TIRA-DÚVIDAS: FERRUGEM ASIÁTICA

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 24 • Nº 6 • JUNHO 2004 • R$ 10,00

FGV EESP | FGV IBRE | FGV EAESP



INFRA-ESTRUTURA
Estudo alerta para o risco de um desastre logístico

LEITE
Confira a rentabilidade atual

BIOTECNOLOGIA
Europa libera a importação de milho transgênico

ISSN 0100-4298

SAFRA 2004/2005

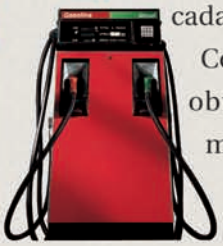
SOJA OU ALGODÃO?
Decida qual dessas culturas plantar

Total Flex da Volkswagen.

Álcool pelas vantagens. Gasolina pela tradição.

Os dois para ver essa tecnologia funcionando.

A tecnologia Total Flex da Volkswagen permite que você abasteça com álcool, gasolina ou até misture os dois no mesmo tanque. Assim é possível aproveitar o melhor de cada combustível.



Com o álcool, você obtém maior performance, não polui o ar e está utilizando uma fonte de energia renovável. A gasolina é o combustível automotivo mais tradicional que você conhece. Então, não é necessário esperar que o tanque esvazie para se beneficiar das vantagens de um ou outro combustível. Pode misturar os dois, porque a tecnologia Volkswagen faz o motor se adaptar em milésimos de segundo, para trabalhar nas condições ideais, com o melhor rendimento.



Tudo automaticamente, sem precisar ligar nenhuma chave ou dispositivo.

Com a tecnologia Total Flex da Volkswagen, em vez de decidir que combustível usar na hora de comprar o carro, você só decide na hora de abastecer.



UNICA
União da Agroindústria Canavieira de São Paulo
www.unica.com.br

Total Flex. A primeira tecnologia a álcool e gasolina do Brasil.

Vocação do Brasil é ser o celeiro do mundo

BRUNO BLECHER
DA REDAÇÃO

"Em 30 ou 40 anos, a Europa vai se tornar um grande jardim, diante das restrições ambientais e da legislação de bem-estar animal. E quem vai fornecer comida para eles somos nós", diz Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, para quem a vocação do Brasil é se tornar o celeiro do mundo.

Físico formado pela Universidade de São Paulo, com pós-graduação em administração pela Fundação Getúlio Vargas, Lovatelli também prevê grandes oportunidades para o País como exportador de energia renovável. Meses atrás, ele apresentou, com indisfarçável orgulho, ao vice-ministro da Agricultura da Alemanha, o carro *flex-fuel* (movido a álcool e gasolina), tecnologia desenvolvida no Brasil. "Ele não conhecia essa tecnologia e ficou entusiasmado", diz o presidente da Abag.



Em entrevista à **Agroanalysis**, Lovatelli voltou a alertar sobre a ameaça de um 'paradão' logístico, diante das precárias condições das estradas, ferrovias e dos portos brasileiros.

Agroanalysis – No último Congresso da Abag, em 2003, praticamente no início do governo Lula, o senhor alertou sobre a possibilidade de um "paradão logístico" no agronegócio brasileiro, como conseqüência das precárias condições para escoamento da safra — estradas esburacadas, falta de ferrovias e portos saturados. De lá para cá, surgiu alguma luz no fim do túnel?

Carlo Lovatelli – O que mudou foi a conscientização do problema. Hoje, pelo menos, todos sabem que o problema existe. Mas, obviamente, ele ainda não foi resolvido. Várias áreas do governo e da iniciativa privada passaram a se interessar pelo assunto, que, na minha visão, é o principal problema do agronegócio nacional. O custo Brasil onera muito nossa comercialização. A soja, por exemplo, tem um deságio na comercialização. Em grande parte, face aos custos da logística brasileira. Quase 50% do deságio da soja provém da dificuldade de se cumprir temporalmente os contratos para a entrega dos produtos.

Agroanalysis – Onde ocorrem os principais gargalos? Nas estradas ou nos portos?

Lovatelli – O problema é generalizado. Existe um pouco de tudo. As estradas estão esburacadas, principalmente, as fede-

rais, o que retarda a entrega de produto a granel em cerca de 40%, devido à redução da velocidade média. As ferrovias melhoraram nos últimos anos, mas ainda apresentam várias deficiências. A privatização foi feita muito rapidamente, e alguns detalhes não foram cuidados. A velocidade média dos trens é muito baixa no Brasil, 23 km/hora, em comparação com cerca de 80 km/hora, nos EUA. Nos portos, há excesso de burocracia. E os investimentos da iniciativa privada nesta área enfrentam problemas com o Ibama, a Cetesb, a burocracia, a ciumeira. Grandes projetos, que poderiam aumentar a capacidade dos portos, estão paralisados. Então, começamos a ter nos picos de safras grandes filas de caminhões e de navios. Ora, um navio graneleiro custa cerca de US$50 mil por dia. Uma espera de 30 dias para carregar, que é uma situação normal no porto de Paranaguá, representa US$1,5 milhão de multa, naturalmente, repassada ao produtor brasileiro. Ou seja, com o valor de 20 a 30 navios na fila de espera, você faz um terminal portuário novo. Estamos jogando fora divisas que poderiam ser usadas para modernizar nossa infra-estrutura. Literalmente, dando um tiro no pé. Hoje, porém, existe vontade política e a consciência de que este é um grande problema. O governo entendeu isso. Grandes trabalhos foram feitos sobre logística. A Abag produziu um trabalho junto com várias associações. Este estudo [Transporte – Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro] configura as reais necessidades e aponta as prioridades. O trabalho é extremante profissional e neutro.

Agroanalysis – A construção de uma saída para o Pacífico é uma destas prioridades?

Lovatelli – Alguns grandes 'gurus' da logística pensam que este projeto não é prioritário para o Brasil. Acham que isso é uma falácia, porque fazer uma ferrovia para atravessar os Andes não é uma coisa barata. É muito mais interessante, e tem uma relação custo-benefício mais favorável, investir em portos novos no próprio Atlântico.

"Com o custo de 20 a 30 navios na fila de espera de Paranaguá, você faz um terminal portuário novo"

Agroanalysis – O senhor esteve recentemente na China, acompanhando a comitiva do presidente Lula. Quais são as grandes oportunidades para o agronegócio brasileiro por lá?

Lovatelli – A viagem foi importante, mas os grandes negócios com a China já existiam antes disso. A soja, o minério de ferro, os aviões da Embraer, os automóveis. Além destes, há uma série de produtos que podem ser exportados para a China. O Brasil, porém, tem que aprender a vender seus produtos. Nós sempre compramos, nunca vendemos coisa alguma. Para se ter sucesso, é preciso visitar o cliente, cativá-lo. Você tem que ir para a China, abrir escritórios, fazer parceria com os chineses. Esta última viagem foi fantástica. Vejo boas possibilidades de negócios, em médio e longo prazo. Os chineses têm simpatia pelo Brasil. Eles vêem o Brasil como um país continental, semelhante ao deles, com alguns problemas comuns. Não somos um risco, nem comercial nem político, para a China.

Agroanalysis – Como o senhor explica a recusa da China em receber alguns carregamentos de soja, sob a alegação de que o produto estava contaminado?

Lovatelli – Os chineses têm uma experiência de 5.000 anos em negociações, nós só temos 500. Nós 'já vimos este filme' antes, só que com um título diferente. No ano passado, tivemos um problema com a certificação da soja. Este ano, o problema é da semente tratada. Mas o grande objetivo de tudo isso é comercial. Os chineses estão atravessando uma fase impressionante, com crescimento do PIB da ordem de 9% ao ano, nos últimos sete anos. Isso gera riqueza, por um lado, e problemas como a inflação, por outro lado. O governo chinês resolveu dar uma 'esfriada' nesse crescimento. E uma das formas que eles escolheram foi dosar a emissão de cartas de crédito para a importação de matéria-prima. Muitos importadores chineses não estão tendo acesso ao crédito para importar matérias-primas. Além disso, os chineses estão estocados. Compraram muita soja em um momento de pico de preços. Ou seja, eles acharam que deviam derrubar os preços, e a forma que encontraram para isso foi quebrar ou tentar renegociar os contratos. A China importa 24 milhões de toneladas de grãos por ano, consome 40 milhões de toneladas e produz 16 milhões. É o maior importador de soja individual do mundo. Vai sempre precisar do Brasil, como também da Argentina e dos EUA. Infelizmente, eles se aproveitaram de uma situação que oferecemos 'de bandeja' para eles: a contaminação de sementes tratadas por fungicidas, embora em níveis absolutamente aceitáveis no mercado internacional. A situação foi ridícula. Eles se valeram de um momento emocional – a visita do presidente Lula à China – para criar uma polêmica.

Agroanalysis – Por aqui, a polêmica continua sendo a soja transgênica.

Lovatelli – O que todos os envolvidos estão esperando é a votação, e logo, da Lei da Biossegurança, que continua na fila de espera do Senado. A lei tem que ser votada até o final deste mês (junho), porque o ano acaba para o Congresso no final deste mês. Uma vez aprovada a lei, com alguns ajustes que devem ser feitos, a transgenia vai ser regulamentada no País. E aí, o governo não vai ter

mais o constrangimento de aprovar mais uma safra gaúcha ilegal. Já o produto não-transgênico é um nicho de mercado e deve ser tratado como tal. A soja transgênica está aumentando de 3 a 4% ao ano. Hoje, mais de 50% da soja no mundo é transgênica. E a tendência é de aumentar a produção cada vez mais, porque já se comprovou que a soja transgênica não traz riscos à saúde humana. Os focos de resistência que haviam na Europa e na Ásia já estão cedendo. A Inglaterra, que sempre exerceu uma forte oposição à soja transgênica, já a liberou. Agora, como existem esses nichos de mercado para a soja não-transgênica, seria até burrice o Brasil não aproveitá-los. Nós podemos ter as duas sojas. Mesmo porque ninguém mais tem soja não-transgênica. Podemos aproveitar áreas da fronteira agrícola no Centro-Oeste, onde a incidência de ervas daninhas é menor, para manter a soja convencional.

Agroanalysis – A recente vitória brasileira na OMC com o algodão sinaliza uma mudança nas relações do comércio internacional?

Lovatelli — Isso foi muito importante. O Brasil tem uma posição relevante no mundo como produtor de alimentos básicos. Muita gente defende que o País deveria vender produtos com maior valor agregado. Sem dúvida, eu concordo com isso. Afinal de contas, exportar matéria-prima é exportar empregos. Mas o Brasil é um grande provedor de matérias-primas básicas e vai continuar sendo para o resto da vida, porque tem condições climáticas, competitividade, áreas enormes a serem exploradas pela agricultura. Temos 90 milhões de hectares que podem ser incorporados pelos produtores rurais, sem a necessidade de derrubar uma árvore. Então, a nossa vocação é ser o celeiro do mundo. A Europa, em 30 ou 40 anos, vai se tornar um grande jardim, diante de tantas proibições em defesa do ambiente e do bem-estar animal. Eles não vão plantar mais nada, e vão precisar comprar alimentos produzidos por nós. Somos grandes exportadores de produtos básicos e estamos incomodando. A performance do agronegócio brasileiro é fantástica. O saldo da balança comercial do agronegócio é maior que o do País, hoje. Estamos incomodando, porque ocupamos o espaço de outros. E com maior competência, apesar dos problemas de logística. Agora, contra o protecionismo e os subsídios que os países ricos concedem a seus agricultores, cabe ao País brigar nos fóruns internacionais.

"Quando você vai brigar com os EUA, eles levam 220 advogados contratados em Washington, por seu peso em ouro"



Agroanalysis – E nós sabemos brigar? Temos competência também nas negociações internacionais?

Lovatelli – Estamos aprendendo. Éramos péssimos nisso. O Itamaraty não tem um corpo técnico para conseguir 'brigar' em todos os fóruns simultaneamente. Estamos negociando na Alca, no Mercosul-UE e na OMC, fora os 'bilaterais da vida'. São várias frentes. A novidade é que o Itamaraty começou a ouvir quem entende de agronegócio e quem pode ajudar. As grandes entidades do agronegócio, como a Abag, a Unica, a Abiec e outras, montaram um instituto, o Icone, para desenvolver estudos e pesquisas, e dar apoio ao governo nas negociações internacionais. Quando você vai brigar com os EUA em qualquer fórum, eles levam 220 advogados contratados em Washington, por seu peso em ouro. Você se depara com uma multidão de profissionais, todos altamente especializados e com informações atualizadas.

Agroanalysis – A agricultura energética é um dos principais temas do Congresso da Abag deste ano.

Lovatelli – Meses atrás, o vice-ministro da Agricultura esteve conosco no Agrishow, em Ribeirão Preto, e ele nunca tinha ouvido falar no *flex fuel*. E isso considerando que a tecnologia é da Bosh, que é uma empresa alemã, embora tenha sido desenvolvida pela Bosh brasileira. Ele ficou totalmente entusiasmado. Esse negócio 'vai pegar fogo'. No Congresso deste ano, vamos falar de álcool e de biodiesel feito com soja, mamona, palma. O aproveitamento de óleo vegetal na mistura com diesel é uma realidade. E o Brasil reúne todas as condições para se tornar um grande exportador também de energia renovável. ■

Quem exporta, transporta

A expectativa de um crescimento sustentável do agronegócio brasileiro passa por investimentos em armazenagem, transporte e portos. A questão da logística constitui o cerne das dificuldades para o País chegar a uma produção de 25 milhões de toneladas de carnes de aves, suínos e bovinos, e 200 milhões de toneladas de cereais e oleaginosas, no cenário para 2010. Os estudos e os diagnósticos desses setores apontam saídas e propostas para a execução de investimentos plenamente exeqüíveis.

A **Agroanalysis**, mais uma vez, coloca o tema da infra-estrutura em evidência e relata o trabalho desenvolvido por importantes instituições do agribusiness brasileiro. O estudo foi entregue ao ministro Roberto Rodrigues. Uma contribuição importante, que merece aprofundamento.

O Modercarga (Programa de Modernização da Frota de Caminhões) vem nessa esteira, com a expectativa de ser tão bem-sucedido quanto o Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Máquinas Agrícolas). A frota nacional de caminhões, estimada em 1,8 milhão de veículos, tem média de idade de 18 anos e causa uma série de transtornos. Além de contribuir para o aumento da poluição, os caminhões velhos gastam mais combustível e trazem risco de acidentes.

Vale destacar também o artigo sobre renda agrícola. O crescimento se deve principalmente à soja. Mas é importante analisar a evolução ocorrida desde 1989, nas culturas mais importantes, como o algodão. O desempenho da produtividade foi fundamental, pois a área permaneceu estagnada durante muito tempo. A recuperação dos preços foi sensível a partir de 2000. Daí a participação do setor primário no PIB nacional estar em rota de crescimento, fato atípico na maioria dos países.

Para a safra 2004/05 vem à tona a questão sobre o que plantar: soja ou algodão? A formulação de cenários alternativos ajuda a encontrar o caminho. Veja a matéria sobre o assunto.

Também a atividade leiteira recebe um tratamento especial, principalmente, depois da crise da Parmalat, em dezembro do ano passado. Os problemas da companhia italiana expuseram ainda mais a vulnerabilidade de toda a cadeia. Com preços cadentes, os produtores, até mesmo aqueles de menor porte, buscam produtividade e proteção. As cooperativas ganham espaço e mudam seus planejamentos estratégicos, com ações na produção industrial e no marketing. Uma reviravolta, depois das vendas promovidas pelas grandes cooperativas centrais de laticínios do País. No consumo, o leite longa vida ganha participação no mercado e, depois de longo período de déficit, a balança comercial dos lácteos conquista o equilíbrio.

Temas ambientais, como biopirataria e desenvolvimento sustentável, estão na pauta desta edição. Fundos internacionais alocam recursos para a exploração racional da Amazônia, enquanto o programa de biodiesel surge com toda a esperança de repetir o sucesso do Proalcóol. Uma alternativa de combustível verde e renovável, com projetos em execução nos mais diferentes pontos do Brasil, face às múltiplas disponibilidades de matérias-primas.

A Lei de Biossegurança continua a concentrar a atenção do Congresso Nacional. Uma matéria de relevância para o progresso da ciência nacional. O conhecimento sobre organismos geneticamente modificados aumenta com os debates, e a mídia muda sua postura. A União Européia, após os desgastes provocados pela febre aftosa e pelo mal da vaca louca, aperfeiçoa sua legislação e libera o milho transgênico para consumo. A falta de prova científica sobre os efeitos e impactos dos materiais em uso no mundo tira cada vez mais o caráter político da questão. Discussões sobre tecnologia precisam ser tratadas com prioridade, como bem mostra a relação entre benefício e custo dos investimentos aplicados pela Embrapa.

No comércio internacional, dois fatos são marcantes para o Brasil. A rejeição de carregamentos brasileiros de soja pela China, sob a alegação de estarem contaminados com produtos químicos, impõe maior rigor e controle nos embarques. A aplicação de tolerância zero quanto à contaminação não é aceita pelo governo e pelas empresas exportadoras. A estratégia do diálogo é um caminho que deu certo no caso do suco de laranja, em que Brasil e Estados Unidos chegaram a um acordo. ■

AGROANALYSIS Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfouri Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO
REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)
REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Ivani Fernandes Oliveira, Orlando Rossini Jr., Rachel Belitardo e Rogério César de Souza.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Rogério César de Souza, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: rsouza@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Ivani Fernandes Oliveira, Orlando Rossini Jr. e Rachel Belitardo. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTOS DE VENDA: São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875; Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

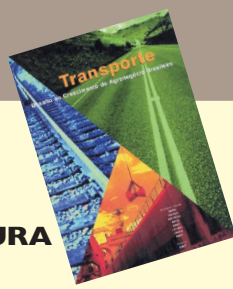
PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa
DIRETOR DE OPERAÇÕES-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella
SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio
VICE-PRESIDENTE: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)
VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), José Ermírio de Moraes Neto (Votorantin Participações S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sanglard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)
SUPLENTES: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A),

CONSELHO CONSULTIVO
Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão





15
INFRA-ESTRUTURA
No limite
Estudo mostra saturação no transporte e nos portos



Os benefícios do Modecarga
Linha de crédito pode renovar frota de caminhões



4
ABRE ASPAS
Vocação do Brasil é ser o celeiro do mundo
Para Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), o Brasil não apenas será um grande fornecedor de alimentos para o mundo como também de energia renovável, mas é preciso investir em logística
BRUNO BLECHER



12
MACROECONOMIA
A arte de se contentar com o possível
MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS

19
SOJA
Embargo na China
Exigência de contaminação zero é exagerada e desnecessária

Tira-Dúvidas:
Ferrugem asiática

13
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
Acordo UE-Mercosul se aproxima do pódio
MARIA HELENA TACHINARDI





21
CITRICULTURA
Acordo com os EUA
Redução da barreira contra o suco brasileiro

22
FLORICULTURA
Exportação de US$ 20 milhões
Holanda, EUA, Itália e Japão são os principais mercados



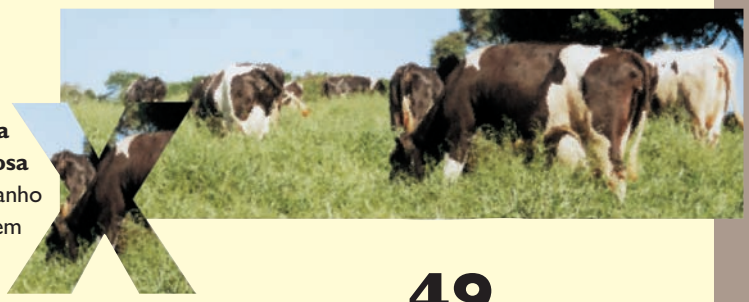
23
O sucesso da agropecuária brasileira
CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

24
Tendências e Mercado
Estoque em baixa



25
PECUÁRIA
A força da carne
Vendas externas devem aumentar entre 15% e 20% e render US$ 2 bilhões

28
SAÚDE ANIMAL
Brasil na guerra contra a febre aftosa
Mais de 90% do rebanho bovino do País estão em zonas livres da doença



34
COURO
Na contramão do mercado
Cadeia produtiva exporta empregos e produtos de baixo valor
AMADEU PEDROSA FERNANDES



31
LEITE
Crise temporária
Como a pecuária leiteira enfrenta o problema Parmalat
ALCIDES DE MOURA TORRES JR. e FABIANO RIBEIRO TITO ROSA

39
EMPREGOS
Agricultura X Indústria:
De janeiro a outubro de 2003, foram abertos 497 mil postos de trabalho no interior de 9 Estados
EVARISTO MARZABAL NEVES e LUCIANO RODRIGUES



42
ENERGIA
A pátria do combustível verde
Brasil tem clima ideal e terra suficiente para liderar a produção mundial de biodiesele e de álcool

44
BIOTECNOLOGIA
Sinal de abertura na Europa
UE libera o consumo de milho transgênico

Percepção, lei e lenda em torno da transgenia
LEILA ODA

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getúlio Vargas.

49
LEGISLAÇÃO
Utilidade pública na reforma agrária
LUIZ AUGUSTO GERMANI

50
MERCADO FUTURO
Como funciona a custódia das mercadorias agrícolas
FELIX SCHOUCHANA E LUIZ CARLOS CAFFAGNI



52
RENDA AGRÍCOLA
Lucros e perdas
Breve análise sobre a renda das principais culturas do país de 1989 a 2004
JOSÉ GARCIA GASQUES



36
SAFRA 2004/2005
Soja ou algodão?
Decida o que plantar
PAULO FURQUIM DE AZEVEDO e MAURÍCIO MACHADO FERNANDES

Jardim Botânico

A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, inaugurou em junho, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o 1º Banco de DNA de espécies vegetais nativas do Brasil. O projeto é patrocinado pela Aliança do Brasil Companhia de Seguros, empresa coligada ao Banco do Brasil, que realizou investimentos da ordem de R$400 mil. A iniciativa realizada em parceria entre o Jardim Botânico e a companhia de seguros visa à conservação de genes que, no futuro, poderão ser utilizados para produzir substâncias de interesse econômico, mesmo que a espécie não exista mais na natureza.

Sinal vermelho

Relatório divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê uma queda nos preços agrícolas, nos próximos anos, devido ao crescimento da produção em taxa superior ao do consumo.

Plantando fora

Por falta de áreas para o cultivo, empresas chinesas começaram a arrendar terras em Cuba e no México, a fim de plantar cereais. O governo chinês está preocupado com a queda da produção agrícola do país, nos últimos anos. Em 2003, a China produziu 70 milhões de toneladas de milho, trigo e arroz, mas teve que importar 20 milhões de toneladas.

Da boa

O Banco do Brasil está destinando R$1,6 milhão para programas de capacitação técnica e gerencial de produtores de cachaça de Salinas (MG). O contrato de financiamento foi assinado pela Cooperativa Central de Salinas, que representa 109 produtores daquele município. A verba será direcionada a várias fases da cadeia produtiva, da produção de cana à comercialização da cachaça, com enfoque na exportação.

A Emater/MG, o Sebrae e a Escola Técnica Federal de Salinas são parceiras da cooperativa mineira neste projeto.



Felizmente, a lavoura continua sendo a salvação nacional. Se não fosse a agropecuária, estaríamos pior

Antônio Ermírio de Moraes, *em artigo publicado na Folha de S. Paulo (13 de junho de 2004)*



Feira da cachaça

De 22 a 25 de julho próximo acontecerá, em São Paulo, a segunda edição da Brasil Cachaça, feira oficial de negócios do setor, que será realizada no Parque de Exposições do Anhembi.

A feira deste ano tem um formato inovador. Os 11 mil m² serão divididos por região.

A delimitação por origem vai permitir aos visitantes conhecer as características da bebida de cada região do País. Promovida pela Fenaca (Federação Nacional dos Produtores de Cachaça de Alambique), a Brasil Cachaça 2004 deverá expor mais de 400 marcas.

ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
e participe da publicação que melhor acompanha o agronegócio
0800 770 88 81

D R O P S

Sabor de erva-mate

Pesquisadores gaúchos inventaram novas aplicações para a erva-mate, além do tradicional chimarrão. A planta, hoje, também serve para produzir balas, matetino (parecido com o capuccino) e sabonetes. O pesquisador da Embrapa Florestas no Paraná, Moacir Medrado, diz que o objetivo é agregar valor à erva.



CHINA RURAL

900 milhões

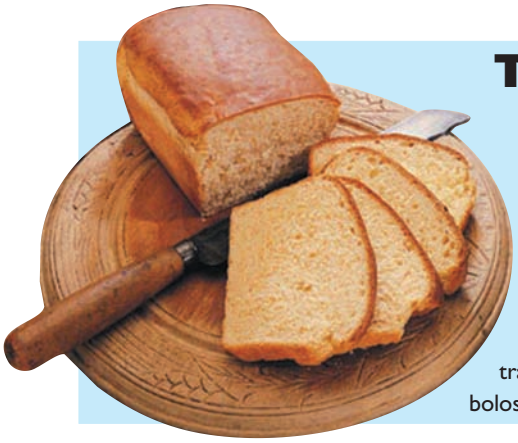
do 1,3 bilhão de chineses vivem no campo

US$3.75 bilhões

é o valor dos subsídios que o governo chinês vai conceder a seus agricultores, na safra de 2004/05

Ano do arroz

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) escolheu 2004 como o Ano Internacional do Arroz. Terceiro cereal mais plantado no Planeta (390 milhões de toneladas por ano), vindo depois apenas do trigo e do milho, o arroz é cultivado em 113 países e é alimento básico para mais da metade da população mundial. O Brasil é o maior consumidor ocidental do cereal.



Trigo caseiro

A Dona Benta Alimentos lançou uma farinha de trigo especial, em embalagem de papel, com 5 quilos, para atender aos hábitos da dona de casa do Sul do País. A região lidera o consumo nacional do produto para uso doméstico, devido à tradição de preparo caseiro de pães, bolos e massas.

De criador para criador

A Central Bela Vista de Genética Bovina lançou, durante a Feicorte, o programa De Criador para Criador, desenvolvido em parceria com seus clientes. Inédito no Brasil, o programa aproxima compradores de vendedores, disponibilizando gratuitamente pela Internet o mais completo catálogo de touros do Brasil. "O objetivo é oferecer aos pecuaristas sêmen de todas as raças, certificado pelas normas internacionais e com total garantia de qualidade. Totalmente gratuito, o programa auxilia os criatórios a venderem sua genética, divulgando informações sobre seus touros", diz Maurício Nabuco, gerente geral da Central Bela Vista. Outra novidade da Central Bela Vista é o Hotel para Touros. Trata-se de um espaço destinado a animais fora de coleta.

Informações para Agrodrops podem ser enviadas para brunoblecher@uol.com.br.

A arte de se contentar com o possível

MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS

A passos acanhados, a recuperação da economia brasileira segue seu percurso. Até agora, o ano foi marcado por diferentes estágios, entre o extremo otimismo e o pessimismo profundo. Ao fim do primeiro semestre, sem nenhuma mudança substancial no quadro macroeconômico, a sensação é de deterioração das expectativas. Existem duas grandes razões para isso: um quadro político francamente menos favorável para o governo e o anúncio de uma mudança na política monetária norte-americana.

No plano político, o governo fica pouco à vontade para lidar com algumas adversidades e com a queda de sua popularidade. As denúncias de corrupção e as críticas duras contra as medidas econômicas, como o minguado reajuste para o salário mínimo, são episódios desgastantes: fazem perder o ritmo na formulação de suas políticas públicas e causam temor quanto a ocorrerem fissuras profundas na coalizão entre os partidos que lhe dão apoio.

Na economia internacional, a perspectiva de elevação dos juros americanos altera o quadro nos mercados mundiais. Para os países emergentes, a disponibilidade de recursos externos fica menor. Além disso, a projeção de um menor crescimento nos EUA antecipa a retração da economia mundial. Os fluxos de capital para o Brasil sofrem limitações. Mesmo com os elevados superávits comerciais, o financiamento do balanço de pagamentos será menos confortável, e a moeda não sofrerá uma reapreciação importante nos próximos meses.

Os resultados do PIB no primeiro trimestre vieram em boa hora, mostrando crescimento de 2,7% em comparação com o mesmo período de 2003. Os indicadores confirmam uma retomada lenta, mas firme. Isso reforça a posição da equipe econômica na sustentação da austeridade fiscal e da vigilância sobre a inflação. A produção da indústria de transformação foi o destaque, com ênfase para o setor de bens de capital. Boas notícias chegaram também do mercado de trabalho, para reavivar as esperanças dos desempregados: parte deles voltou a ser contratada, porém, a taxa de desemprego continua elevada.

Cenário básico para 2004

	2001	2002	2003	2004P
PIB (%)	1,5	1,9	-0,2	3,2
Agricultura (%)	5,1	5,5	5,0	5,3
Indústria (%)	-0,6	2,6	-1,0	2,7
Serviços (%)	2,5	1,6	-0,2	3,1
JUROS				
Taxa Selic (%aa) média	17,5	19,1	23,0	15,5
Taxa Selic (%aa) final	19,0	25,0	16,5	14,5
INFLAÇÃO				
IPCA (%)	7,7	12,5	9,3	6,7
IGP-M (%)	10,4	25,3	8,7	10,0
Câmbio (R$/US$, final de período)	2,4	3,5	2,9	3,1
Balança comercial	2,6	13,2	24,8	23,1
Exportações (US$ bi)	58,2	60,4	73,1	85,5
Importações (US$ bi)	55,6	47,2	48,3	62,4
Conta corrente (% PIB)	-4,6	-1,7	0,8	0,4

P: projeção

O cenário aponta que o processo de retomada vai prosseguir em ritmo constante e modesto. Os reflexos sobre a renda interna e o emprego serão sentidos de maneira mais nítida no segundo semestre. A demanda doméstica terá estímulos. A efetivação das reformas institucionais e estruturais em fase de discussão trará mudança qualitativa nas bases para o crescimento e uma volta revigorada dos investimentos.

O perigo continua 'embutido' na vulnerabilidade externa, que, apesar de reduzida, ainda exige grande cautela para garantir o financiamento do balanço de pagamentos e uma paulatina redução da relação dívida pública/PIB.

Taxa de juros - Ninguém mais duvida da prudência da autoridade monetária com relação à meta de inflação. Pode haver pressões sobre os preços de bens comercializáveis e alguma recomposição dos preços administrados. O Copom manterá a redução da taxa Selic em ritmo moderado.

Nível de atividades - A atividade econômica deve ganhar mais velocidade no segundo semestre, e o ano pode fechar com o PIB tendo crescido ligeiramente acima de 3%.

Contas externas - A balança comercial tem sido responsável pelas melhores notícias da economia, em função do bom desempenho do agronegócio. A timidez da volta do crescimento da atividade econômica doméstica deve restringir um aumento mais acentuado das importações, permitindo a realização de um discreto resultado positivo nas transações correntes do balanço de pagamentos.

Taxa de câmbio - A elevação das taxas de juros norte-americanas e a menor liquidez no mercado internacional motivam uma depreciação considerável do real. Este quadro mantém certo grau de volatilidade no câmbio e impede um movimento de apreciação ao longo do ano.

Inflação - O próprio governo admite trabalhar acima do valor central da meta de inflação. Uma branda elevação dos preços ao consumidor não se verifica nos preços por atacado, cuja variação tem sido mais acentuada. A cotação do petróleo, mesmo se for efetivado um aumento da produção mundial, constitui uma pressão importante sobre a evolução dos índices de preços. ■



Acordo UE-Mercosul se aproxima do pódio

Autoridades dos dois blocos anunciam conclusão dos trabalhos para outubro próximo

MARIA HELENA TACHINARDI

A imagem de uma corrida da qual participam as três grandes negociações – Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Acordo União Européia/ Mercosul e Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – pode ser útil para ilustrar o que vem acontecendo.

O acordo entre europeus e o Mercosul, que, há cerca de dois anos, parecia estar distante da primeira fila, na linha de largada, desponta agora como o mais próximo a subir ao pódio. As autoridades dos dois blocos confirmaram para outubro deste ano a conclusão das negociações.

A Alca, que perdeu sua ambição em novembro do ano passado, quando os 34 países-membros concordaram em dar ao empreendimento hemisférico um formato "à la carte", que permite dois níveis de compromisso – um básico e aplicável a todos e outro formado por entendimentos adicionais, mais profundos, bilaterais ou plurilaterais –, já foi vista como a que lideraria a corrida. E a Rodada de Doha, lançada no final de 2001, dois meses depois dos atentados terroristas de 11 de setembro, chegou a entusiasmar o mundo; tanto que foi determinada uma data como sendo conclusiva para as negociações agrícolas: 1° de janeiro de 2005.

Entretanto, agora, se assiste a um impasse entre as posições do G-20, que defende a eliminação de subsídios agrícolas, e a coalizão entre EUA e União Européia. A Rodada de Doha é, porém, de longe, a mais importante para estabelecer regras destinadas a disciplinar os subsídios domésticos e também para a exportação. Mesmo que as outras negociações – UE-Mercosul e Alca – avancem, a OMC deverá continuar sendo a referência para o estabelecimento de regras e

disciplinas em vários setores do comércio, sobretudo, o agrícola.

Até o momento da redação deste artigo, estava em curso uma das duas reuniões cruciais do Acordo UE/Mercosul, em Buenos Aires (na semana de 7 a 11 de junho), sobre a qual pairavam inúmeras questões não respondidas, entre elas, como Bruxelas tratará os subsídios agrícolas e como serão feitas a distribuição e a administração de quotas dentro do Mercosul.



O Mercosul ainda insiste em uma melhoria das ofertas, pois os volumes apresentados pelos europeus são menores do que o esperado, tendo em vista que o segundo passo ("step 2") da proposta de uma abordagem em duas etapas, programado para acontecer após o final da Rodada da OMC, poderá se dar dentro do conceito de Nação-Mais-Favorecida (MFN, na sigla em inglês), ou seja, poderá não haver tratamento diferenciado para o Mercosul.

Os volumes para os três tipos de carnes – bovina, suína e de aves – são considerados insuficientes pelo setor privado e estão aquém do que o Brasil já exporta. Além disso, a oferta da União Européia exclui o açúcar. No setor da carne bovina, a União Européia está disposta a conceder 50 mil toneladas, de imediato, e 50 mil após a Rodada de Doha (são as duas etapas). O Mercosul pediu 315 mil t (incluindo a carne destinada ao processamento).

A título de comparação, em 2002, o Mercosul exportou para o mundo 1,63 milhão de toneladas; a UE importou 519 mil t, sendo que 397 mil t foram do bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A produção européia é de 7,4 milhões de t, e o consumo é de 7,5 milhões de t. A dúvida que persiste na oferta é o conceito de "high quality beef".

A imposição dessa restrição deixa o Mercosul exposto em relação aos padrões de produtos que a UE deseja importar. Trata-se de uma tentativa de possibilitar somente a entrada de carne bovina com preços elevados, a fim de evitar, ou minimizar, os impactos nos preços domésticos. A tarifa intraquotas para a carne bovina oscila em torno de 20%, mais um encargo adicional de 2.138 euros por tonelada.

Para as carnes de aves, o volume de quotas oferecido pela União Européia é de 37,5 mil t, de imediato, e igual quantidade no "step 2". O pedido do Mercosul é de 250 mil t. O Mercosul é bastante competitivo na exportação de aves e vende para o mundo 1,59 milhão de t. A União Européia importa, no total, 395,5 mil t, das quais, 230 mil t são do Mercosul. Os europeus produzem 6,8 milhões de t e consomem 6,4 milhões de t. A oferta define em uma mesma quota o volume para dois produtos importantes ao Brasil: carne de frango e de peru.

Fica claro que o volume está sendo dividido em dois produtos diferentes, os quais deveriam ser tratados de forma independente. Além disso, inclui carnes de outras aves, que têm menor importância para o Mercosul, mas que podem criar dificuldades no sistema de administração do preenchimento dos volumes.

A tarifa intraquotas para carnes de aves vai de zero a 73,4%. Com relação aos suínos, o Mercosul pede 40 mil t, enquanto a oferta da UE é de 6 mil t, após a entrada em vigor do acordo, e 5 mil t depois da Rodada de Doha. O Mercosul exporta globalmente 590 mil t. Os europeus importam do mundo 65 mil t, porém, nada do Mercosul. De acordo com estudo do ICONE (leia mais a respeito no site www.iconebrasil.org.br), a produção européia de suínos é de 17,8 milhões de t e o consumo é de 16,6 milhões de t. Os volumes se referem apenas ao produto *in natura* e não englobam os itens curados e salgados, aos quais também são aplicadas tarifas elevadas. Além disso, é preciso garantir a regionalização sanitária, como já ocorre com a carne bovina, como forma de viabilizar as exportações intraquotas. A tarifa intraquotas para a carne suína oscila entre zero e 30,8%.

Para o etanol combustível, a oferta européia é de 500 mil t, de imediato, e igual volume após a Rodada da OMC. O pedido do Mercosul é de 2,4 milhão de t. Os países do bloco exportam globalmente 218,3 mil t. A UE importa no total 86,7 mil t, das quais, 6,7 mil são do Brasil, da Argentina, do Uruguai e Paraguai. A produção européia é de 174,6 mil t e o consumo é de 261,3 mil t.

Outro tema que está em discussão é a demanda européia de harmonização de controles sanitários e fitossanitários no Mercosul.

A próxima reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais será realizada de 19 a 23 de junho, em Bruxelas. A Alca parece mesmo estar ficando em segundo plano no que diz respeito aos prazos finais de negociação, pois o calendário eleitoral dos EUA não favorece a aceleração dos compromissos, e o governo americano está privilegiando a estratégia de liberalização competitiva, se ocupando, no momento, da negociação de acordos bilaterais, entre eles, acordos com os andinos.

Quanto à Rodada de Doha, realmente existem hoje, mais do que no início do ano, esforços para sua retomada, sobretudo, devido à insistência com que o G-20 vem pressionando os países industrializados a cederem em matéria de subsídios agrícolas. ■

MARIA HELENA TACHINARDI *é diretora de Comunicação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) – mtachinardi@iconebrasil.org.br.*

No limite

Estudo mostra saturação no transporte e nos portos

O agronegócio brasileiro experimenta notável expansão, à mercê de diversos fatores:

• Aumento da produtividade agrícola, como fruto do trabalho de pesquisa e extensão rural, envolvendo técnicas de manejo e conservação do solo, desenvolvimento de novas variedades, uso racional de insumos e modernização do parque de máquinas, em função do Moderfrota;

• Revolução gerencial das propriedades rurais, caracterizada por melhor administração dos recursos, assistência técnica profissionalizada, melhor dimensionamento de maquinário e mão-de-obra contratada;

• Não-incidência de ICMS nas exportações, em 1997; a desvalorização da moeda em janeiro de 1998 e a negociação da dívida rural com a Securitização, PESA e RECOOP;

• Epidemias globais, como da febre aftosa, do mal da vaca louca e da gripe asiática, abriram espaço para a exportação no complexo da soja e de produtos derivados de carnes.

A acelerada expansão prevista para os próximos anos e as deficiências do sistema viário levam a prever a possibilidade de uma crise de abundância. A capacidade de expansão da agricultura brasileira praticamente chegou ao seu limite, pela falta de infra-estrutura para escoar a produção. Em 2003 e 2004, rodovias esburacadas ou sem pavimentação, ferrovias obsoletas e ineficientes, poucas alternativas hidroviárias, portos sobrecarregados e a escassez de armazéns transformaram a comercialização da safra em um caos. Em 2005, com uma colheita de 140 milhões de toneladas, os prejuízos para os produtores poderão ser enormes.

Desastre logístico

Um grupo de entidades levantou os principais obstáculos ao escoamento dos produtos e insumos movimentados pelo setor agrícola brasileiro, com o objetivo de apontar as medidas necessárias para evitar a ocorrência de um desastre logístico, bem como providências que permitam apoiar o crescimento sustentado da produção.

Com base na movimentação de cargas e nas previsões de médio prazo, considerando as produções de soja, milho, arroz e açúcar, e as movimentações internas de trigo e fertilizantes, percebe-se que:

• No período de 1994 a 2003, o crescimento foi de 68% e chegou a 176 milhões de toneladas;

• Depois de 2002, impulsionado pela soja, o crescimento anual foi de 17,3%;

Balanço do transporte ferroviário do complexo da soja, em mil toneladas

Corredores		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
São Luiz	Exportação	438	559	625	650	890	974	1.089	1.153	1.281
	Ferrovia	428	492	533	575	856	879	907	935	964
Vitória	Exportação	1.294	1.874	2.033	2.912	2.991	3.792	4.243	4.576	4.979
	Ferrovia	1.294	1.874	2.026	2.912	2.991	3.115	3.153	3.247	3.361
Santos	Exportação	3.637	4.340	6.455	7.723	8.717	10.529	11.779	12.644	13.832
	Ferrovia	2.053	3.146	4.789	5.583	5.727	6.015	6.344	6.562	6.929
Do Sul (1)	Exportação	14.331	13.454	17.484	17.492	21.028	24.665	27.043	30.258	32.857
	Ferrovia	7.783	7.840	8.320	8.681	9.084	9.491	9.830	10.101	10.372
Outros	Exportação	1.176	1.727	2.033	1.644	2.354	2.540	2.846	3.069	3.351
Total	Exportação	20.878	21.954	28.630	30.421	35.978	42.500	47.000	51.700	56.300
	Ferrovia	11.558	13.352	15.668	17.751	18.658	19.500	20.234	20.946	21.625

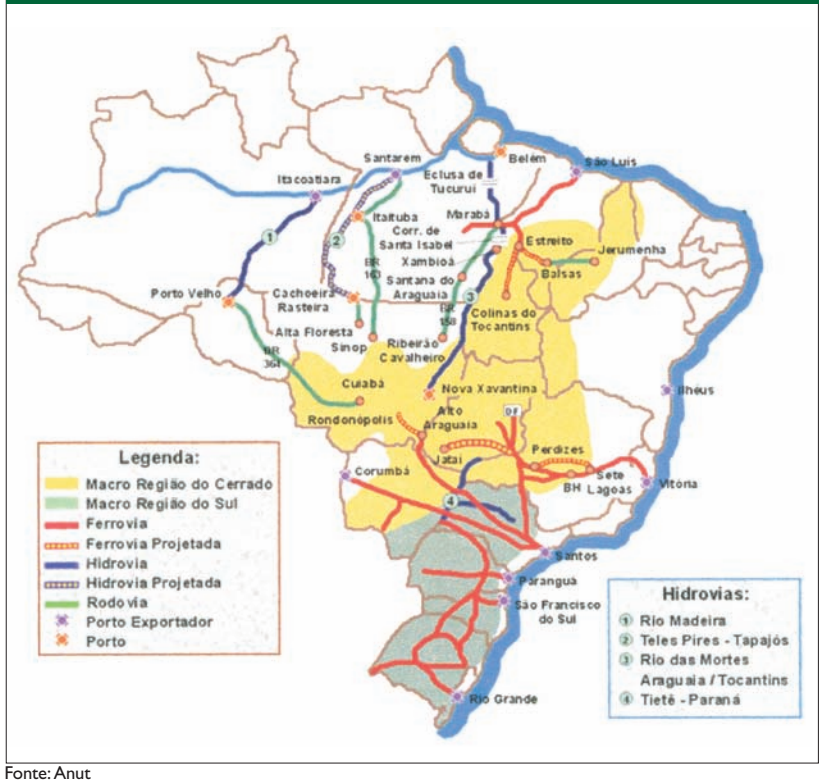
Nota: (1) Os corredores do Sul incluem Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande
(2) Os dados incluem grão, farelo e óleo, de acordo com previsão da ABIOVE
Fonte: ANUT

Ações institucionais em cada modal
Ferrovias
• Reconhecer a figura do operador ferroviário independente, constituída por empresas usuárias, com capacidade para operar trens próprios e de terceiros nas vias permanentes das concessionárias;
• Promover um programa de revitalização da indústria nacional de fabricação de material ferroviário;
• Definir a responsabilidade sobre o investimento na via permanente constituída;
• Adequar os critérios de estabelecimento das tarifas máximas para evitar abusos das concessionárias ferroviárias;
Rodovias
• Aperfeiçoar o funcionamento do sistema de pedágio, face às peculiaridades do agronegócio;
• Harmonizar as atividades de fiscalização nos níveis federal, estadual e municipal, com a inclusão do Ministério Público do Trabalho e da iniciativa privada;
• Aperfeiçoar a segurança rodoviária contra roubos de cargas;
• Promover a redução do número de acidentes nas rodovias;
• Estabelecer medidas de apoio à renovação da frota de caminhões;
Cabotagem
• Desburocratizar as exigências para despacho e transbordo de cargas na cabotagem;
• Implementar uma política governamental para o desenvolvimento da cabotagem.

• Para 2007, a projeção é de um crescimento anual de 8% e de uma superação do volume de 200 milhões de toneladas;
• No período de 2003 a 2007, haverá uma demanda adicional de 23 milhões de toneladas nos transportes.

De um modo geral, o panorama logístico do agronegócio brasileiro pode ser resumido por:
• Malha viária terrestre rarefeita (km de extensão por km² de área), obsoleta e em mau estado;
• Transporte marítimo e fluvial subutilizados;
• Matriz de transporte desequilibrada, com predomínio para o transporte rodoviário, em um país de dimensões continentais e com interiorização cada vez maior da produção;
• Custos logísticos elevados;
• Carência de infra-estrutura de armazenagem;

Corredores de exportação do complexo da soja



Fonte: Anut

• Demanda de transporte concorrente com outros segmentos industriais que também movimentam elevados volumes de cargas, tais como a siderurgia, que movimentou, em 2003, cerca de 100 milhões de toneladas de cargas e aponta para um crescimento previsto de 6% ao ano.

Por meio da implantação de uma operação multimodal, haverá a racionalização do emprego dos meios de transporte em todo o sistema produtivo brasileiro, com benefícios diretos e indiretos ao escoamento da produção agrícola.

Considerando sua participação nas exportações agrícolas, que deve crescer de 66% para 77%, até 2007, a soja foi eleita como base das simulações de avaliação das disponibilidades de transporte. O escoamento da sua produção é feito em 10 corredores principais. No agregado da movimentação no fluxo de exportação e importação, a pressão será de cerca de 20,2 milhões de toneladas, assim distribuídos.

Pressão de volume mil toneladas	
Porto	**Volume**
São Luís	600
Vitória	2.000
Santos	5.000
Paranaguá	8.000
São Francisco do Sul	1.300
Rio Grande	2.400
Outros	900

Quase três quartos dos embarques da oleaginosa ocorrem em três portos: Paranaguá, Santos e Rio Grande. O transporte das regiões de produção aos locais de saída depende de ferrovias, que atendem somente a um terço das necessidades de transporte. Essa modalidade, juntamente com a hidrovia, constitui as modalidades ideais para o agronegócio.

No cenário de 2003 a 2007, caso sejam transportadas somente as quantidades compromissadas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em relação aos fluxos de cargas de exportação, a participação das ferrovias no carregamento cairá de 52% para 38%. Em contrapartida, a quantidade do transporte rodoviário aos portos dobrará e terá que suportar uma carga adicional de mais 16 milhões de toneladas. É preciso tomar iniciativas para importantes mudanças estruturais nos usos dos corredores, de modo a privilegiar os novos por-

Evolução da produção, exportação e importação do agronegócio - produtos selecionados (1000t)

Item	Realizado										Previsto			
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PRODUÇÃO	91.300	96.324	90.895	97.887	99.929	105.953	103.238	123.496	128.701	151.432	152.998	164.300	169.100	175.420
SOJA EM GRÃOS	25.059	25.934	23.190	26.160	31.370	30.765	32.345	38.432	41.917	52.210	56.900	64.200	66.500	70.600
Norte	60	45	14	29	100	123	151	216	369	557	699	867	910	958
Nordeste	1.018	1.268	922	1.300	1.560	1.610	2.064	2.076	2.096	2.653	2.868	3.177	3.396	3.844
Sudeste	2.499	2.366	2.275	2.498	2.496	2.757	2.570	2.874	3.452	3.994	4.255	4.625	4.637	4.640
Sul	11.575	12.170	11.133	11.895	14.324	12.919	12.615	16.264	15.604	21.019	22.335	24.739	24.968	25.636
Centro-Oeste	9.907	10.085	8.846	10.438	12.890	13.356	14.945	17.002	20.396	23.987	26.743	30.792	32.589	35.522
MILHO	33.174	37.442	32.404	36.142	30.608	32.418	31.641	42.289	38.813	47.569	42.300	44.600	45.400	46.300
AÇÚCAR[1]	11.700	12.600	13.700	14.900	17.900	19.400	16.200	19.200	22.700	24.200	24.800	25.400	26.000	26.650
ARROZ	10.523	11.237	10.037	9.604	8.511	11.582	11.423	10.906	11.377	10.927	12.000	12.000	12.000	12.000
FERTILIZANTES	7.146	6.537	6.680	7.264	7.246	7.537	7.985	7.597	8.071	9.069	9.600	10.500	10.800	11.100
TRIGO	2.138	1.524	3.198	2.407	2.188	2.403	1.658	3.194	2.914	5.750	5.250	5.500	6.000	6.250
CAFÉ	1.560	1.050	1.686	1.410	2.106	1.848	1.986	1.878	2.909	1.708	2.148	2.100	2.400	2.520
EXPORTAÇÃO	22.209	23.993	22.784	27.331	30.375	34.665	29.601	47.156	47.909	54.670	62.170	66.670	71.310	76.270
COMPLEXO SOJA	17.573	16.820	16.225	19.477	20.975	20.876	21.954	28.630	30.421	35.978	42.500	47.700	51.700	56.300
Soja em Grão	5.404	3.493	3.647	8.340	9.173	8.931	11.517	15.675	15.970	19.890	22.800	25.500	27.000	30.000
Farelo de Soja	10.635	11.563	11.226	10.013	10.442	10.421	9.364	11.308	12.517	13.602	16.800	18.800	20.700	22.000
Óleo de Soja	1.534	1.764	1.352	1.124	1.360	1.524	1.073	1.647	1.934	2.486	2.900	3.400	4.000	4.300
MILHO	0	0	342	348	7	8	62	5.918	2.500	4.000	4.000	3.000	3.000	3.000
AÇÚCAR[1]	3.600	6.300	5.300	6.500	8.300	12.400	6.500	11.200	13.300	12.900	13.200	13.500	13.800	14.100
CAFÉ	1.036	873	917	1.006	1.094	1.381	1.085	1.408	1.688	1.542	1.470	1.470	1.560	1.620
TRIGO										250	1.000	1.000	1.250	1.250
IMPORTAÇÃO	13.563	13.007	13.706	14.534	16.241	15.954	20.445	19.339	19.868	24.562	23.200	23.200	23.050	23.850
FERTILIZANTES	7.426	6.787	7.822	9.539	9.653	9.050	12.922	12.325	13.296	17.950	17.200	17.200	17.300	18.100
TRIGO	6.137	6.220	5.884	4.995	6.588	6.904	7.523	7.014	6.572	6.612	6.000	6.000	5.750	5.750
Movimentação interna total Produção + Importação	104.863	109.331	104.601	112.421	116.170	121.907	123.683	142.835	148.569	175.994	176.198	187.500	192.150	199.270

Fontes: Soja: ABIOVE e ANEC / Milho: ABIOVE / Açúcar: ABAG / Arroz: ANEC / Fertilizantes: ANDA / Trigo: ABITRIGO / Café: CCAFÉ
Nota: [1] Assumidas como quantidades do ano comercial, as quantidades do ano final do ano safra. - Previsões de produção e exportação e estimadas com base na taxa média de 2,5% de crescimento do mercado internacional de açúcar.

tos alternativos das regiões Norte e Nordeste, com suas rodovias e hidrovias de acesso.

Se a produção nacional de cereais e oleaginosas superar o volume de 160 milhões de toneladas até 2007, com mais 25 milhões de toneladas de acréscimo às exportações, isso vai requerer algumas ações de bases competitivas, tais como:

• Ampliação da capacidade de movimentação de cargas no sistema viário;

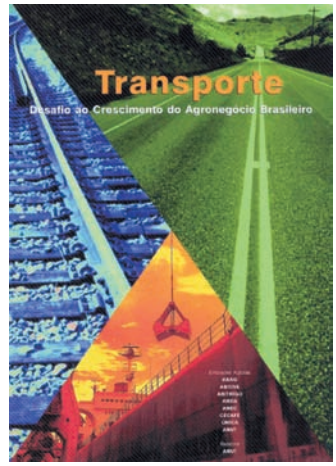
• Recuperação e modernização das malhas ferroviárias e rodoviárias já existentes, bem como do sistema portuário;

• Restabelecimento do equilíbrio da matriz de transportes, com aumento da participação dos modais ferroviário e hidroviário;

• Melhoria da qualidade de prestação dos serviços de transporte em todos os modais.

Caso persista o alargamento da lacuna entre o crescimento das exportações de soja e a oferta de transporte ferroviário, as perspectivas de crescimento sustentado do setor ficarão comprometidas. Daí a necessidade de um levantamento criterioso da demanda de transporte ferroviário do agronegócio e de instrumentos para possibilitar às concessionárias condições para arcar com investimentos em material de circulante.

No plano institucional e geral, cabe regulamentar, com a maior urgência possível, o procedimento para licenciamento ambiental de obras nos portos organizados, terminais e hidrovias. O investidor precisa de pleno conhecimento dos trâmites e obrigações exigidos, com regras claras e precisas a respeito da emissão de licenças ambientais. ■



Fontes:
Transporte - Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro: Documento compilado e redigido pela Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Cargas, com a participação da Abag - Associação Brasileira de Agribusiness; ABIOVE - Associação Brasileira da Indústria de Óleo vegetal; Abitrigo - Associação Brasileira da Indústria de Trigo; ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos; ANEC - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais e UNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.



INFRA-ESTRUTURA

Os benefícios do Modercarga

Se nada for feito antes, em 2013, a frota brasileira de caminhões terá média de idade de quase 21 anos

A busca por maior eficiência da estrutura produtiva passou a ocupar um espaço prioritário no conjunto dos grandes desafios nacionais. A área de infra-estrutura é, particularmente, um 'nó a ser desatado'. O seu desenvolvimento depende de normas e regulamentações elaboradas pelo poder público.

As deficiências no sistema de transportes rodoviário são conhecidas: malha rodoviária exígua (densidade de 17,3 km/1000 km^2), más condições das estradas, frota de caminhões envelhecida (média de idade de 17,5 anos, quando, na Europa e nos EUA, a idade dos veículos não chega a 10 anos), baixa produtividade do transporte de cargas nacional, em comparação com os padrões internacionais.

Além das condições pouco favoráveis da estrutura do transporte rodoviário, segundo um estudo conjunto da Confederação Nacional do Transporte - CNT e da UFRJ, o valor médio pago pelos fretes rodoviários é baixo, por conta das imperfeições do mercado e pela capacidade inadequada de transportar, característica dessa frota envelhecida e ineficiente.

A modernização da estrutura de transportes no Brasil é uma questão de urgência e faz parte da famosa agenda de reformas microeconômicas, necessárias para potencializar a expansão da economia. O mesmo estudo estimou que, caso nada seja feito antes, teremos, em 2013, uma frota de caminhões com média de idade de quase 21 anos, elevando a insegurança no transporte e a emissão de poluentes.

Em meio às pressões por estímulos mais concretos ao crescimento econômico, o BNDES anunciou, em abril, a aprovação de uma esperada linha de crédito para o financiamento de equipamentos de transporte, o Modercarga, no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Caminhões. Os recursos para o crédito vêm do próprio BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Mais especificamente, os recursos do Modercarga podem se destinar à compra de caminhões, caminhões-tratores, cavalos-mecânicos, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias, novos e usados com até sete anos.

Não se trata de um estímulo direto à produção do agronegócio, cuja aquisição de capital – tratores e máquinas agrícolas – pode se beneficiar do Moderfrota, com juros mais baixos. Porém, a nova linha tem impactos inegáveis na melhoria do escoamento da produção.

Apesar de haver concordância geral acerca da necessidade de modernização da frota rodoviária, existe certa desconfiança quanto ao grau de prioridade dado a essa linha de financiamento. Isso porque o Moderfrota atende, também, a dois importantes grupos de pressão sobre o governo: a indústria automobilística e os sindicatos de trabalhadores metalúrgicos.

Exemplo

Refletindo sobre um exemplo concreto, imaginemos a compra de um caminhão-trator, com carreta de 19 toneladas e motor com 380 cavalos, capaz de transportar 27 toneladas de grãos líquidas, e cujo modelo básico, novo, custa cerca de R$247 mil. A este veículo, seria acoplado um semi-reboque, graneleira, com preço aproximado de R$41 mil. O custo total da aquisição seria, portanto de R$288 mil. Desse total, 70% podem ser financiados, ou seja, R$201.600, à taxa de 17% ao ano. Simulando o financiamento desse valor em 48 meses, com três meses de carência, o esquema de pagamentos está descrito na tabela a seguir.

Valor do Financiamento	Taxa de Juros	Prazo total do financiamento	Carência	Periodicidade dos pagamentos	Número de pagamentos
R$ 201.600,00	17%a.a.	48 meses	3 meses	6 meses	8

Pagamentos a cada 6 meses (R$)

	Pagamento por período								Total do pagameto
Meses	6° mês	12° mês	18° mês	24° mês	30° mês	36° mês	42° mês	48° mês	
Pagamento de juros	8.744,56	8.744,56	8.744,56	8.744,56	8.744,56	8.744,56	8.744,56	8.744,56	69.956,48
Pagamento principal	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	201.600,00
Pagamento por 6 meses	33.944,56	33.944,56	33.944,56	33.944,56	33.944,56	33.944,56	33.944,56	33.944,56	271.556,48

MODERCARGA
Características da linha de crédito

Recursos disponíveis: R$2 bilhões, sendo R$600 milhões para caminhões usados

Prazo de pagamento
Equipamentos novos: com até 60 meses e carência de 3 meses.
Equipamentos usados: com até 36 meses, incluindo carência de 3 meses.

Taxa de juros: de 17% ao ano, incluindo a remuneração do agente financeiro.

Índice de participação: até 70% do valor do bem negociado.

Garantias: ficam a critério do agente financeiro.

Maria Antonieta Del Tedesco Lins



O embargo da China

Exigência de contaminação zero é exagerada e desnecessária

O clima é tenso entre os exportadores de soja, face à recusa insistente da China em receber mercadorias fornecidas do Brasil. As vendas para o mercado chinês cresceram de forma substancial nos últimos anos, e as perspectivas traçadas são bastante promissoras. Em 2003, o volume fechado foi de 6 milhões de toneladas, correspondente a 20% da quantidade comercializada externamente pelo País. Para 2004, as projeções partiam de um mínimo de 7 milhões de toneladas. Até maio, os contratos fechados somavam 5 milhões de toneladas, dos quais, dois terços já haviam sido entregues. Faltava ainda um terço.

O problema começou em 29 de abril, quando houve a recusa de uma carga de 59 mil toneladas, vendidas pelas empresas Noble Grain, Cargill Agrícola, Irmãos Trevisan e Bianchini. Até o final de maio, foram registradas três recusas, respectivamente, dos portos de Xiamen, Huangpu e Zhangzhou. Aquelas companhias, e mais a Louis Dreyfus, a Libero Trading e a ADM do Brasil tiveram posteriormente suas exportações suspensas. Na comunicação oficial entregue ao governo brasileiro, consta a alegação de haver mistura de grãos com sementes tratadas com dois tipos de fungicidas, o Captan e o Carboxin. A apuração foi constatada inicialmente nos navios Bunga Saga Tujuh e Nord Star, que partiram do Porto do Rio Grande (Rio Grande do Sul) e, depois, detectada na embarcação Elespheria, saída do Porto de Santos. No começo de junho, outra embarcação foi rejeitada. A soma total é de 241 mil toneladas.

As autoridades governamentais e os empresários do setor não concordam com a medida e interpretam como sendo radical e de zelo excessivo a exigência de grau de contaminação zero. A legislação dos Estados Unidos aceita a tolerância de três sementes tratadas para cada quilo de soja. A União Européia, conhecida pelo rigor das suas inspeções, aceita contaminação de 0,2%. O rompimento de contratos de venda, em razão de fungicidas em alguns carregamentos, é inaceitável e injustificável tecnicamente. Há cerca de 30 navios a caminho de empresas que continuam operando normalmente, como Bunge, Wilmar, V. Ocean, Conagra e Harvest.

Responsável pela inspeção de dois carregamentos devolvidos, a empresa multinacional suíça SGS, que avalia 35% da soja exportada pelo Brasil e está presente em 135 países, atesta que o lote rejeitado não tinha sementes contaminadas. Um técnico da área de defesa fitossanitária do MAPA, outro do Ministério das Relações Exteriores e um representante das empresas exportadoras embarcaram para a China com o objetivo de trazer novas informações e obter elementos para negociar uma solução.

Uma das saídas para evitar misturas nas etapas que antecedem ao embarque das cargas seria a retirada de amostras de lotes já colocados do lado interno do navio. Se o resultado do teste for negativo, o governo emitiria um certificado. O impasse consiste no fato de os exames laboratoriais poderem demorar até 15 dias, enquanto o exportador banca o custo da *demurrage* (multa diária paga pela embarcação atracada no porto), superior a US$15 mil por dia.

Internamente, o setor ainda convive com outro impasse: a quebra dos contratos com os produtores. A Associação Brasileira de Óleos Vegetais estima que 3% dos 17 milhões de toneladas adquiridos pelas indústrias estão sob litígio. Os produtores alegam ser elevada a diferença entre o preços da época da contratação e da liquidação, enquanto os esmagadores reclamam dos prejuízos causados pelo rompimento dos contratos, além da jurisprudência e do comprometimento da credibilidade dos contratos antecipados.

Mundo: balança da oferta e demanda de soja - milhões de toneladas

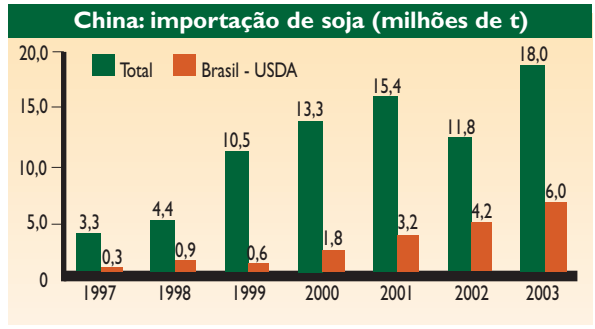
Item	2002/03	2003/04 (*)	2003/04(**)
Estoque inicial	32,18	39,29	39,81
Produção	197,28	193,41	190,05
Importação	63,21	62,50	61,77
Esmagamento total	190,76	199,50	198,01
Exportação	62,10	62,69	61,89
Estoque final	39,81	33,01	31,73

Fonte: USDA (*) abril (**) maio.

Com uma capacidade de esmagamento de 27,4 milhões de toneladas, acima das 26,4 milhões de toneladas prensadas no ano passado, a China é o maior importador mundial da oleaginosa. Governo e empresários do país mostram interesse em investir US$3 bilhões em portos e ferrovias no Brasil. Um fato é certo: as normas e a inspeção de seus cumprimentos ficarão bem mais rígidas. O mundo das certificações e seus negócios já fazem parte da realidade das cadeias produtivas do agribusiness nacional. Em relação ao mesmo mês do ano passado, as entregas para os chineses caíram 44% em abril, de 2,21 milhões de toneladas para 1,23 milhão de toneladas. Enquanto isso, as cotações que rondaram no elevado patamar de 1 dólar por libra-peso diminuíram de 20% a 25%, com a recuperação dos estoques projetados pelo Departamento de Agricultura dos EUA.

ADMINISTRANDO O IMPASSE

A Instrução Normativa n° 15, de 9 de junho, do MAPA, estabeleceu os requisitos e procedimentos para a certificação das condições higiênico-sanitárias da soja em grãos, destinada à comercialização interna, à exportação e à importação. O produto deverá ser apresentado fisiologicamente desenvolvido, são, limpo, seco e isento de odores estranhos e impróprios ao produto. Quando a soja apresentar insetos vivos, deverá sofrer tratamentos fitossanitários e, antes de ser comercializada diretamente para o consumo humano, não poderá apresentar insetos mortos ou partes destes acima dos limites estabelecidos na legislação específica e no Codex Alimentarius. Na presença acidental de partículas de origem vegetal com toxidade desconhecida: uma partícula por quilo, na média ponderada das amostras coletadas, para o produto que for destinado ao consumo *in natura*, a tolerância será zero.



Os embarques nacionais para a China ficaram praticamente paralisados, com a decisão do governo chinês de proibir temporariamente o embarque de soja brasileira de mais quinze empresas (Singapore Pte. Ltd.;Adubos Moema;Allicorp Trading e Comércio Exterior S/A; Bunge Alimentos S/A; Coamo Agroindustrial Cooperativa; Cocari-Cooperativa Agropecuária e Industrial; Cooperativa Lar; Cooperativa Castrolândia; Coopermibra; Fertimourão Agrícola Ltda.; Glencore Importadora e Exportadora S/A, Lavoura Indústria; Comércio Oeste S/A; Peron Ferrari S/A - Comércio de Cereais; Sementes Guerra Ltda. e Sumimoto Corporation do Brasil S/A). Segundo o comunicado do Ministério da Quarentena e Agricultura da China, a suspensão começou em 11 de junho passado. O governo brasileiro apresentou à embaixada chinesa as providências tomadas. O próximo passo consiste do envio de uma missão àquele país. As receitas obtidas na exportação do complexo da soja foram de US$8,125 bilhões. Para este ano, a Associação Brasileira de Óleo Vegetal refez a estimativa inicial de US$10,4 bilhões para US$9,868 bilhões. ■

TIRA-DÚVIDAS

Ferrugem asiática reduz a colheita

Problemas climáticos e a ferrugem asiática provocaram uma diminuição de cerca de 6 milhões de toneladas na última safra nacional de soja, segundo estimativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Isso representa uma perda de R$4 bilhões para os agricultores.

Causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, a ferrugem asiática provoca desfolha precoce da soja e redução do peso do grão. A doença é disseminada pelo vento, e não pela semente. Nos casos mais severos, há relatos de perdas de cerca de 70% da produção.

A ferrugem da soja reduz a capacidade de fotossíntese da planta, tanto pela formação de lesões como pelo amarelecimento e queda prematura das folhas. A queda precoce das folhas compromete o enchimento das vagens, resultando em grãos com menor peso e, como conseqüência, com menor produtividade.

A doença apareceu pela primeira vez há dois anos, mas sua identificação na fase inicial ainda é uma dificuldade para técnicos e agricultores. É comum confundi-la com a mancha parda ou com a septoriose (*Septoria glycines*).

Quais são os principais sintomas da doença?

• Eles são observados nas folhas. Normalmente, a doença se inicia pelas folhas localizadas nas partes baixas da planta. Os primeiros sintomas são caracterizados por minúsculos pontos escuros (com no máximo 1 mm de diâmetro) no tecido sadio da folha, com coloração variando de esverdeada à cinza-esverdeada, observados mais facilmente contra um fundo claro, como o céu, por exemplo. Na face inferior das folhas, podem ser observadas saliências que correspondem a estruturas de frutificação do fungo (urédias). São essas saliências que diferenciam a ferrugem das outras doenças, sendo sua observação facilitada com auxílio de uma lupa com capacidade de aumentar de 10 a 20 vezes.

Por que a doença se dissemina mais em regiões de climas frios?

• Temperaturas médias menores do que 28°C e molhamento foliar de mais de 10 horas favorecem a infecção da planta. É por isso que, nas regiões mais quentes, é mais difícil a doença aparecer. E quando ela surge, não se desenvolve de forma explosiva. As regiões com altitude superior a 700 metros são as mais favoráveis à ocorrência da doença, devido às temperaturas noturnas mais amenas associadas a um maior número de horas de orvalho. Regiões mais baixas, porém com chuvas bem distribuídas, também são favoráveis ao desenvolvimento mais rápido da doença.

Como controlar a ferrugem?

• A doença pode ser facilmente observada na fase de maturação, quando as folhas já estão amarelas, mas os danos são irreversíveis. O diagnóstico tardio pode ser evitado fazendo-se o monitoramento semanal da lavoura, principalmente, nas folhas da parte inferior da planta, que estão mais próximas do solo. A única forma de controle é a aplicação de fungicida, mas é preciso saber identificar o momento certo de fazê-lo. Estudos da Embrapa Soja mostram que os fungicidas protegem, em média, durante cerca de 25 dias. Se forem aplicados no momento errado, o agricultor pode ter que fazer várias aplicações, o que aumenta sensivelmente os custos de produção. Por outro lado, se o produtor não estiver monitorando a lavoura, somente vai perceber os sintomas quando for tarde demais, comprometendo assim a eficiência dos produtos. Em longo prazo, a Embrapa Soja está trabalhando no desenvolvimento de cultivares mais resistentes e tolerantes à doença, para reduzir o custo de produção.

ONDE SABER MAIS
www.cnpso.embrapa.br/alerta



Acordo com os EUA

Redução de barreira contra o suco brasileiro

O Estado da Flórida, desde 1970, taxava os processadores de produtos cítricos importados em US$40 a tonelada. A medida tinha grande impacto e onerava os exportadores nacionais, responsáveis por 85% das vendas aos EUA. Um custo anual de US$4 milhões.

A aplicação da tarifa se baseava no argumento de igualar os encargos fiscais cobrados dos produtos importados aos impostos pagos pelos citricultores locais (Equalizing Excise Tax/EET). A receita arrecadada era empregada pelo Departamento de Cítricos para bancar campanhas publicitárias, com o objetivo de promover o consumo de suco de laranja.

Em março de 2002, o Brasil acionou o mecanismo de solução de controvérsias, da Organização Mundial do Comércio, por considerar a tarifa adicional discriminatória e prejudicial aos produtores brasileiros. O questionamento da sobretaxa abrangia o destino dos recursos arrecadados e o não cumprimento dos compromissos tarifários assumidos pelos EUA junto à própria OMC. O suco de laranja importado já paga uma tarifa aduaneira de US$418 por tonelada.

A solicitação de abertura do painel aconteceu em 16 de agosto de 2002. As consultas solicitadas à OMC para fazer aos EUA não tinham levado à solução do problema. Depois, o processo passou por um período de interrupção, e foi retomado em abril de 2003.

Uma emenda no estatuto da Flórida alterou, em 12 de maio, o texto que regulamenta as regras de cobrança do imposto de equalização. O importador poderá optar por não pagar dois terços da taxa.

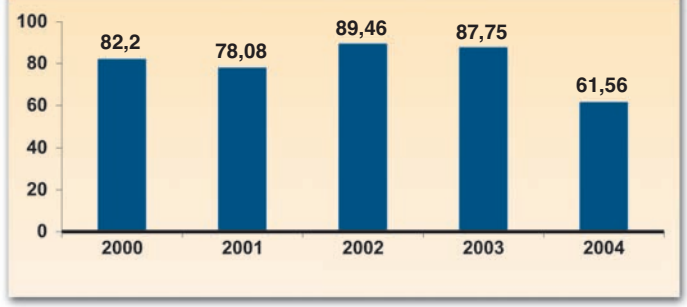
Agora, o Itamaraty anuncia que os dois países chegaram a um acordo e devem fazer a notificação ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Os EUA se comprometem a dar outro destino aos recursos coletados, sem utilizá-los para realizar *lobby*.

A medida não terá efeito significativo nas exportações nacionais. Na presente temporada norte-americana, a produção é recorde e equivale a quase 110% da sua produção tradicional. A média das exportações do Brasil para os EUA, nos últimos cinco anos, varia de US$200 a US$250 milhões. ■

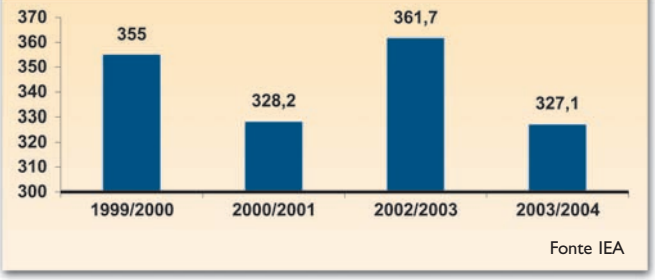
Estado de São Paulo: preços da laranja - R$ por caixa



Cotação do suco de laranja – Bolsa de NY (US$ -cents p/lb peso)

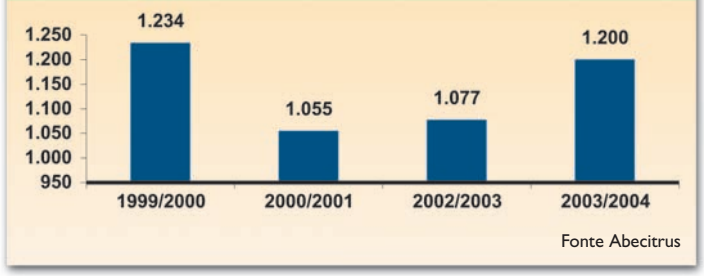


Estado de SP: produção de laranja – milhões de caixas 40,8 kg



Fonte IEA

Brasil: exportação de suco de laranja – milhões de toneladas



Fonte Abecitrus

Exportações de US$ 20 milhões

Holanda, EUA, Itália e Japão são os principais mercados

IKUYO KIYUNA, JOSÉ ALBERTO ANGELO e PAULO JOSÉ COELHO

Os produtos da floricultura tiveram um desempenho excepcional em 2003, com receita de US$20 milhões, um salto de 30% em relação às vendas de 2002. A análise do desempenho do primeiro trimestre de 2004, em comparação ao mesmo período de 2002, mostra resultados interessantes. De um lado, confirma a demanda crescente por flores de corte para buquês. De outro, permite vislumbrar algumas tendências para os próximos meses e aponta para um ano promissor.

A promoção da floricultura brasileira, intensificada a partir de 2001, se reflete agora em termos de cifras. Holanda, Estados Unidos, Itália e Japão continuam sendo os principais destinos dos embarques nacionais. A maior expansão acontece nas exportações para os mercados norte-americano e japonês, com destaque para as flores de corte para buquês, que apresentaram crescimento de 198% nas vendas, com receita de US$1,9 milhão.

Enquanto as exportações brasileiras de produtos da floricultura registraram aumento de 30%, o crescimento das importações foi menor, de 22,4%. Com isso, o saldo da balança comercial apresentou um incremento expressivo de 39,9%.

A análise do valor das exportações por países de destino revela uma concentração em seis países. A Holanda, primeira do *ranking*, aumentou em 40,2%, mas os EUA surpreenderam, com 127,5%. Espanha, Canadá e Portugal também cresceram bastante, respectivamente, com 466,2%, 162,6% e 119,1 %. Não houve vendas para França, Hungria, México e Rússia. Os embarques para Angola, Suíça e Alemanha caíram muito.

Quanto às importações, os grandes fornecedores são Holanda, Colômbia, Costa Rica e França. A Costa Rica teve um desempenho bem positivo, enquanto a participação do Equador caiu. Mais de 60% do saldo da balança vêm do resultado apurado com os Estados Unidos e a Holanda. A Itália contribuiu com 20%, e o Japão, com 10%. Em termos de grupo, a exportação de flores teve um desempenho bem superior, acima do das mudas, enquanto as folhagens e bulbos reduziram os seus embarques.

As perspectivas são de expansão do setor. Os Estados Unidos mantêm a posição de ser o parceiro comercial mais promissor, embora a Holanda figure como a primeira do *ranking*. Espanha e Canadá tiveram ascensão nas exportações, enquanto Argentina e Angola perderam força. O incremento nas vendas de flores cortadas para buquês ratifica uma tendência que vem desde o ano passado. ■

Brasil: exportação de flores (janeiro a março/US$)

País	2003			2004			
	Valor	Ranking	Part. %	Valor	Ranking	Part. %	Variação %
Holanda	1.419.589	1	35,9	1.990.173	1	37,1	40,2
EUA	644.261	3	16,3	1.465.750	2	27,4	127,5
Itália	827.900	2	20,9	862.623	3	16,1	4,2
Japão	168.218	6	4,2	274.494	5	5,1	63,2
Alemanha	219.840	5	5,6	168.894	6	3,2	-23,2
Reino Unido	125.232	7	3,2	152.157	7	2,8	21,5
Dinamarca	88.655	8	2,2	107.713	8	2,0	21,5
Outros	464.601	4	11,7	335.473	4	6,3	-27,8
Total	3.958.296	-	100,00	5.357.277	-	100,00	35,3

Brasil: importação de flores: (janeiro a março/US$)

País	2003			2004			
	Valor	Ranking	Part. %	Valor	Ranking	Part. %	Variação %
Holanda	803.188	1	77,6	816.865	1	64,5	1,7
Colômbia	108.519	2	10,5	160.891	2	12,7	48,3
Costa Rica	33.708	5	3,3	135.783	3	10,7	302,8
França	35.239	3	3,4	57.710	4	4,6	63,8
Itália	19.920	6	1,9	49.261	5	3,9	147,3
Outros	34.873	4	3,3	46.902	6	3,6	34,5
Total	1.035.447	-	100,0	1.267.412	-	100,0	22,4

Brasil: saldo da balança comercial de flores (janeiro a março/US$)

País	2003			2004			
	Valor	Ranking	Part. %	Valor	Ranking	Part.%	Variação %
Holanda	616.401	3	21,1	1.173.308	2	28,7	90,3
EUA	644.261	2	22,0	1.465.750	1	35,8	127,50
Itália	807.980	1	27,6	813.362	3	19,9	0,7
Japão	167.718	6	5,7	274.494	4	6,7	63,7
Alemanha	219.840	5	7,5	168.894	5	4,1	-23,2
Reino Unido	121.497	7	4,2	152.157	6	3,7	25,2
Outros	345.152	4	11,9	41.850	7	1,1	-89,7
Total	2.922.849	-	100,00	4.089.815	-	100,00	39,9

O sucesso da agropecuária brasileira

CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

A tendência histórica dos países tem sido de queda da participação da agropecuária no PIB . Existem algumas razões levantadas para isso. O fato da demanda de alimentos ser inelástica à renda, ou seja, a demanda crescer em proporção menor a da expansão da renda. Outra é o fato de as políticas dos países estimularem mais as atividades não-agrícolas.

Esse fenômeno é bem visualizado no Brasil de 1947 a 1993, quando, em relação ao PIB nacional, a agropecuária caiu de 20,7% para 5,8%. Um processo inverso ocorre desde 1994, quando a participação da agropecuária no PIB mostra um aumento de 67%, para chegar a 9,7% em 2003. Trata-se de um processo não previsto na literatura sobre crescimento econômico, que coloca o Brasil em posição bem distinta dos países mais desenvolvidos. Em 2001, a agropecuária representou apenas 1,6% do PIB norte-americano, 1,3% do PIB alemão, 1,4% do PIB japonês e 1,3% do PIB britânico.

A recuperação da participação da agropecuária no PIB deve-se a, no mínimo, três fatores: 1) o crescimento da produtividade na agropecuária; 2) a melhoria dos preços agrícolas versus preços industriais; 3) o aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria.

A agropecuária brasileira expande sua produtividade vigorosamente desde a segunda metade da década de 1970, quando se toma as 38 principais lavouras cultivadas. De 1975 a 2001, a produtividade média em quilos por hectare saltou de 3.492 para 10.219. Um crescimento anual no período de 3,9%, que permitiu crescimento na produção, mesmo com queda da área cultivada. Entre 1989 e 2001, a área cultivada reduziu em 5.083 mil ha e a produção aumentou em 126 milhões de toneladas.

Ano	Área - mil hectares	Produção - milhões de toneladas
1989	54.215	377
2001	49.232	503

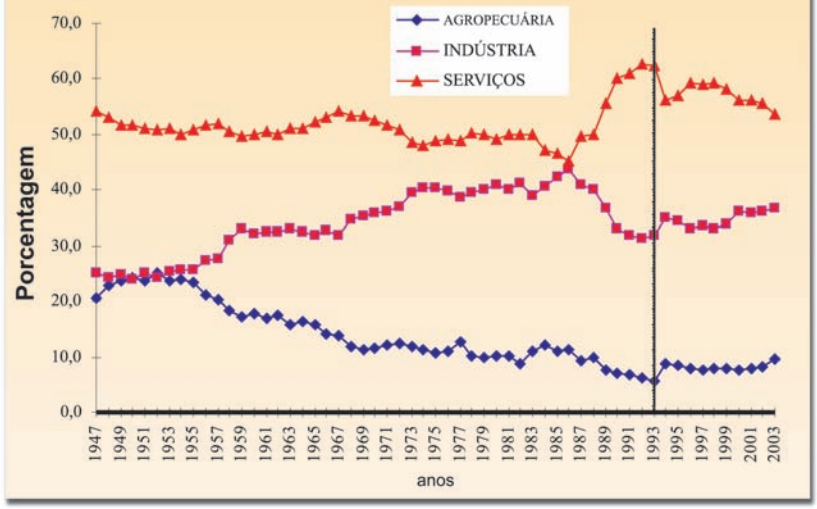
Esse movimento aconteceu em um cenário de redução drástica dos instrumentos públicos de apoio à agropecuária. Na década de 1990, foram concedidos créditos rurais equivalentes a 1/3 do montante concedido na década de 1970. A política de preços mínimos foi alterada significativamente na segunda metade da década de 1990. Os Empréstimos do Governo Federal - EGF's, praticamente extinguiram a partir de 1999, e as Aquisições do Governo Federal - AGF's, tiveram forte redução. As atividades públicas de pesquisa e extensão rural também sofreram com a escassez de recursos públicos. O milagre é explicado pela reorganização da produção por parte dos produtores, de modo a aumentar a eficiência na produção, o que se concretizou com o aumento da produtividade.

Ainda a soar estranho, a abertura econômica brasileira na década de 1990 permitiu uma melhoria nos preços agrícolas versus preços industriais. Se essa relação de preços deteriorou em alguns anos, na média da década de 1990 se manteve em melhor patamar em relação ao existente nos três últimos anos da década de 1980. A relação preços agrícolas/preços industriais em 1999 foi 146% superior à de 1989.

Finalmente, há que se ressaltar o aumento das exportações brasileiras de produtos agropecuários e agroindustriais em US$ 7 bilhões entre 1990 a 2001. Um crescimento geométrico anual de 6,3%. O setor obteve no mercado externo o complemento da demanda por seus produtos. Isso evitou os impactos negativos que a inelasticidade-renda da demanda interna tem sobre o crescimento da agropecuária.

A pergunta apropriada é até quando a situação de crescimento da agropecuária persistirá acima do crescimento economia nacional? Mas não há uma resposta para isso. No mínimo, o quadro se manterá enquanto a produtividade da agropecuária estiver aumentando, a relação de preços agrícolas versus preços industriais ficar no patamar atual e as exportações agrícolas e agroindustriais estiverem crescendo. Não há como prever a duração desses fenômenos. ■

Participação dos setores na composição do PIB brasileiro - 1947 a 2003



CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA é Professor de Economia na ESALQ/USP e autor do livro Economia e Política Agrícola no Brasil. Atlas, São Paulo, 2004.

Estoque em baixa

O relatório do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos ameniza um pouco o quadro de especulação em importantes commodities agrícolas, quando projeta as colheitas previstas para a temporada 2004/05. De um modo geral, há uma recuperação na produção. Quanto à situação dos estoques, existe uma nítida melhoria no complexo soja e nos grãos forrageiros, mas piora no trigo, arroz e milho.

Os últimos meses foram particularmente nervosos nos mercados da soja em grão, diante da quebra de safra nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, justamente os principais países produtores. A demanda crescente da China também ajudava pressionar os preços. Depois de ultrapassar a barreira de US$ 10 o bushell, é bem provável que a oleaginosa volte a operar nos patamares históricos, em torno de US$ 5,70 e US$ 6,10 o bushell (27,2 quilos) .

As notícias de uma colheita mundial recorde, junto com o embargo da China contra a soja brasileira, teve uma contribuição significativa para esfriar o mercado. Para a safra 2004/05, haverá um reajuste para baixo no volume das importações chinesas, em 6,1%, de 20,25 milhões para 19,0 milhões de toneladas. A quantidade esmagada também cairá de 19,2 milhões para 27,6 milhões de toneladas. Quando começar a comercialização externa da safra dos Estados Unidos, estimada em 80,69 milhões de toneladas, lá pelo final de agosto, os preços estarão operando em valores bem mais baixos. A ABIOVE fez uma nova previsão de receitas, face a configuração desse novo cenário.

Alguma surpresa poderá aparecer no mercado de milho. O aumento na produção mundial não será suficiente para atender ao crescimento do consumo. Os estoques finais projetados correspondem a somente um mês e meio de consumo. Nos Estados Unidos, muito do cereal vai para a produção de álcool e o excedente para exportação reduz rapidamente. Os contratos futuros da Bolsa de Chicago mostram cotações firmes a US$ 3 o bushell (25,4 quilos). ■

Mundo: produção de grãos (milhões de toneladas)

Produto	2004/2005	2003/2004	Variação %	2004/2005	2003/2004	Variação %
Total *	1.925,09	1.837,16	4,79	296,74	334,93	-11,40
Trigo	593,43	550,02	7,89	126,43	128,74	-1,79
Arroz	399,82	388,30	2,97	64,92	82,42	-21,23
Grãos Forrageiros **	931,84	898,84	3,67	105,39	123,76	-14,84
Milho	643,83	615,92	4,53	66,86	89,22	-25,06
Algodão ***	102,88	93,46	10,08	35,35	32,03	10,36
Soja	224,97	189,12	18,96	46,69	33,01	41,44
Farelo de soja	144,15	133,87	7,68	4,26	3,54	20,34
Óleo de soja	33,40	30,98	7,81	1,71	1,46	17,12

Fonte-USDA:junho/2004
* total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado
** milho, sorgo, cevada, aveia e centeio
*** milhões de fardos de 480 libras peso cada

3pontos

FGV
EAESP

EDUCAÇÃO EXECUTIVA DA FGV-EAESP. AS MELHORES OPÇÕES PARA AS MELHORES ESCOLHAS.

MPA
Mestrado Profissional em Administração
Mestrado Executivo com reconhecimento nacional e internacional, pela comunidade empresarial e pelo meio acadêmico.

OneMBA
Global MBA
MBA executivo com certificado brasileiro e internacional, desenvolvido em parceria com *The Chinese University of Hong Kong* (China), *ITESM* (México), *Rotterdam School of Management* (Holanda) e *The University of North Carolina at Chapel Hill* (EUA).

Gvpec
Cursos *in company*
Programas de Educação Executiva desenvolvidos com formato e conteúdo adequados às necessidades de cada empresa.

Direção Estratégica
Programas que oferecem ao participante um completo e atualizado panorama do mundo empresarial sob a ótica de quem tem e exerce o poder de decisão dentro de uma empresa.

Gestão Executiva
Mais de 50 cursos, com temas de vanguarda para os profissionais de alta e média gerência, que estimulam a reflexão sobre os desafios do mundo empresarial e ampliam sua rede de relacionamentos.

CEAG
Cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) amplamente reconhecidos pela comunidade empresarial. Destinam-se a jovens executivos que buscam uma formação atualizada em Administração e novas conquistas em sua carreira.

Gvnext
Curso de Especialização em Negócios para Executivos
Combinando aulas presenciais com novas tecnologias, destina-se a executivos de consolidada vivência profissional. Um curso para quem precisa de flexibilidade.

50 anos FGV EAESP

Informações
cci@fgvsp.br
(11) 3281-7926 / 3281-3208



Vendas externas devem aumentar entre 15% e 20%, e receita pode chegar a US$2 bi

PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA

O setor da pecuária de corte do País apresenta vigoroso crescimento, impulsionado pela expansão das vendas externas. O resultado reflete o aumento do volume embarcado e a recuperação dos preços da carne brasileira no mercado externo.

Após se tornar o maior exportador mundial do produto, em 2003, o Brasil aumenta as vendas externas e consolida a liderança alcançada no mercado internacional. Em 2003, as exportações brasileiras de carne bovina *in natura* e industrializada somaram US$1,5 bilhão, com o embarque de 1,3 milhão de toneladas em equivalente de carcaças (t.e.q.). Esse resultado levou o Brasil ao primeiro lugar no *ranking* dos maiores exportadores mundiais, à frente da Austrália e dos Estados Unidos; historicamente, os dois maiores exportadores mundiais.

Item	2003	2004	Variação % 2003/2004
Valor - milhões[1]	US$533	US$866	62,5%
Embarque - toneladas[1]	522	643	
Preço médio - maio[2]	US$1.647	US$2.249	36,6%
Preço médio - maio[3]	US$ 1.808	US$ 2.277	25,9%

[1] Janeiro a maior; [2] in natura; [3] industrializada

A expectativa é de que as vendas externas brasileiras aumentem entre 15% e 20%, em 2004, devendo superar 1,5 milhão de toneladas em equivalente-carcaça, com participação de 25% nas exportações mundiais e receitas de aproximadamente US$2 bilhões.

O caso de encefalopatia espongiforme bovina (BSE), conhecida como "doença da vaca louca", em um animal do Estado

Balanço da pecuária de corte 1998 a 2004**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	2004**
População (milhões de habitantes)	161,4	163,6	169,8	172,0	174,3	176,5	178,8
Rebanho bovino (milhões)	157,8	159,2	164,3	170,6	179,2	186,4	191,2
Taxa de abate	19,14%	19,69%	19,80%	19,83%	19,82%	20,20%	20,87%
Abate (milhões)	30,2	31,3	32,5	33,8	35,5	37,6	39,9
Produção/cCarne (mil ton. eq. carc.)	6.040,0	6.270,0	6.650,0	6.900,0	7.300,0	7.700,0	8.000,0
Consumo *per capita* (kg eq. carc.)	35,9	35,4	36,3	35,4	36,7	36,6	36,7
Consumo interno (mil ton. eq. carc.)	5.797,4	5.793,3	6.158,0	6.091,0	6.394,7	6.463,7	6.563,7
Exportação (mil ton. equiv. carcaça)	377,6	559,9	591,9	858,3	1.006,0	1.300,0	1.500,0
Importação (mil ton. equiv. carcaça)	135,1	83,2	99,9	49,3	100,7	63,7	63,7
Exportação (US$ milhões)	588,5	784,7	786,3	1.022,5	1.107,3	1.510,0	1.812,0
Importação (US$ milhões)	220,0	98,9	128,3	64,9	84,0	60,0	60,0

Fonte dos dados básicos: SRF/MF, SECEX/MDIC, MAPA, EMBRAPA, IBGE, Sec. Estaduais de Agricultura.
Elaboração: Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA.
Obs.: *Estimativa; **Previsão; [1] Em mil toneladas em equivalente-carcaça
Rebanho: 1998 a 2003 - Estimativa; 2004 - Departamento de Defesa Animal (DDA/SDA/MAPA).

de Washington, nos Estados Unidos, no final de 2003, provocou o embargo à carne daquele país, nos principais mercados mundiais, favorecendo um aumento da demanda pela carne brasileira. Além disso, outros fatores, como a valorização do euro em relação ao dólar dos Estados Unidos, o aumento de consumo de carne bovina no mercado europeu e a redução de estoques do produto nos países da União Européia, favorecem o aumento do volume embarcado e a recuperação dos preços da carne brasileira no mercado internacional.

Outros aspectos poderão favorecer ainda mais o desempenho exportador, como as negociações com vistas a um acordo de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Européia. O bloco europeu apresentou proposta de concessão de quota adicional de exportação de 100 mil toneladas de carne bovina para o Mercosul. Existe possibilidade de a proposta ser melhorada, tendo em vista os avanços nas ofertas dos países do bloco.

O Brasil poderá aumentar suas vendas para a Rússia, em decorrência da suspensão imposta às compras de carne bovina da União Européia, por questões relacionadas a problemas nos certificados sanitários. O Brasil preenche boa parte da quota de carne bovina dos Estados Unidos, cujas vendas para a Rússia estão suspensas, em função do caso de BSE.

Há tendência de queda nas exportações mundiais de carne bovina em 2004, como resultado do embargo aos Estados Unidos. A expectativa para o Brasil e a Austrália é de aumentarem suas vendas externas. Conforme informações divulgadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em seu último relatório sobre o mercado mundial de carnes, de março de 2004, as exportações mundiais totais de carne bovina foram de 5,9 milhões de toneladas em equivalente-carcaça, em 2004. A estimativa ficou 15% abaixo da previsão do relatório de outubro de 2003, anterior ao anúncio do caso da BSE nos Estados Unidos, em dezembro passado.

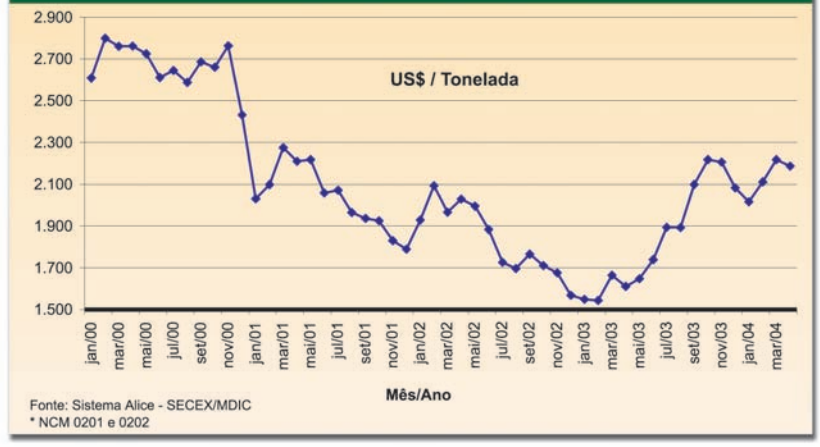
A previsão de exportações da Austrália é de 1,3 milhão de toneladas, cujo principal destino é o mercado asiático. No entanto, o Japão reduzirá suas importações de carne bovina para 520 mil toneladas, enquanto a Coréia diminuirá para 200 mil toneladas, em virtude da suspensão das compras de carnes dos Estados Unidos.

A previsão de exportações de carne bovina dos Estados Unidos é de 195 mil toneladas, em equivalente-carcaça, volume 83% menor em relação a 2003, quando o país remeteu 1,14 milhão de toneladas do produto ao exterior. Com a queda da produção e a previsão de crescimento de 4% no consumo, estimado em 12,84 milhões de toneladas, a expectativa é de que as importações de carne bovina dos Estados Unidos aumentem 10,8%, alcançando 1,51 milhão de toneladas, o que mantém o país como maior importador mundial do produto.

Mercado interno

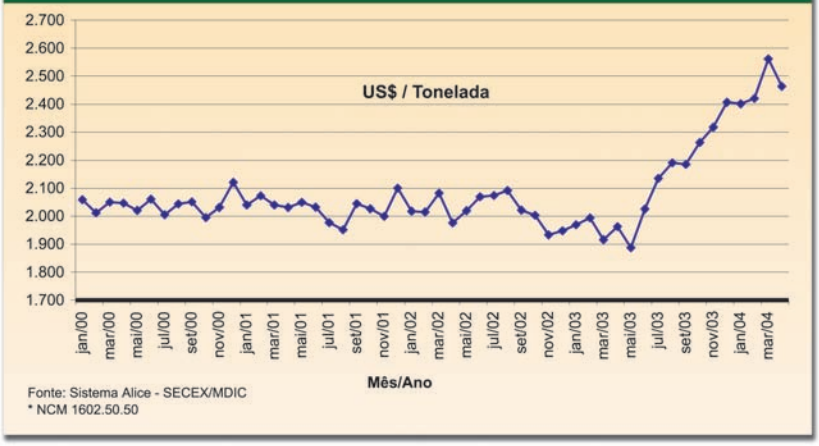
O bom desempenho no mercado externo também ajuda o crescimento do setor neste ano. O rebanho bovino brasileiro é de 191,2

Preços médios de exportação de carne bovina *in natura janeiro/2000 a abril/2004**



Fonte: Sistema Alice - SECEX/MDIC
* NCM 0201 e 0202

Preços védios de exportação de carne bovina industrializada* janeiro/2000 a abril/2004



milhões de cabeças, de acordo com dados do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A produção brasileira de carne bovina, em 2004, alcançará 8 milhões de toneladas (t.e.q.), com um crescimento em torno de 4%. O abate total ficará em 40 milhões de cabeças, uma taxa de 21% em relação ao rebanho. O consumo *per capita* de carne bovina permanecerá em 36,7 Kg.

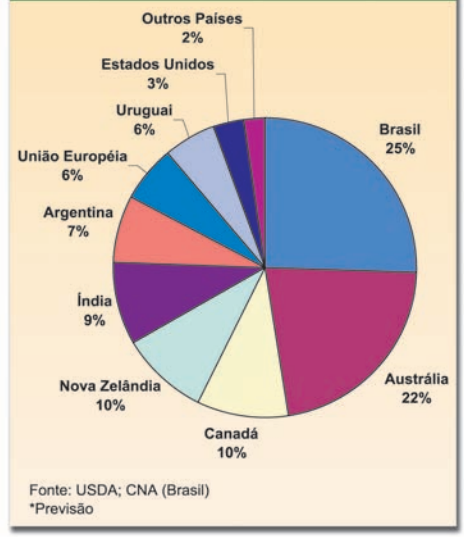
O baixo nível de crescimento da economia é o principal responsável pela estagnação no consumo de carne bovina, especialmente, em classes de baixa renda. O faturamento bruto do setor está estimado em R$29,15 bilhões, com crescimento de 3,4% em relação a 2003, com base nos preços médios reais do primeiro trimestre, deflacionados pelo IGP DI. O crescimento do faturamento bruto reflete o aumento da produção física de carne bovina, sendo que os preços médios reais vêm apresentando tendência de queda desde o final de 2001.

Além da tendência de queda nos preços do boi gordo, o aumento de custos é outro fator responsável pela pressão sobre a rentabilidade da pecuária. Dados do boletim: Indicadores Pecuários, editado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em conjunto com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ/USP), indicam que os custos operacionais totais da pecuária de corte brasileira aumentaram em 1,5% no acumulado do primeiro quadrimestre de 2004, frente a uma queda de 5,4% nos preços médios da arroba no mesmo período do ano passado. O estudo considera a evolução dos preços dos insumos e do boi gordo em nove Estados pesquisados, que representam 77,89% do rebanho bovino brasileiro.

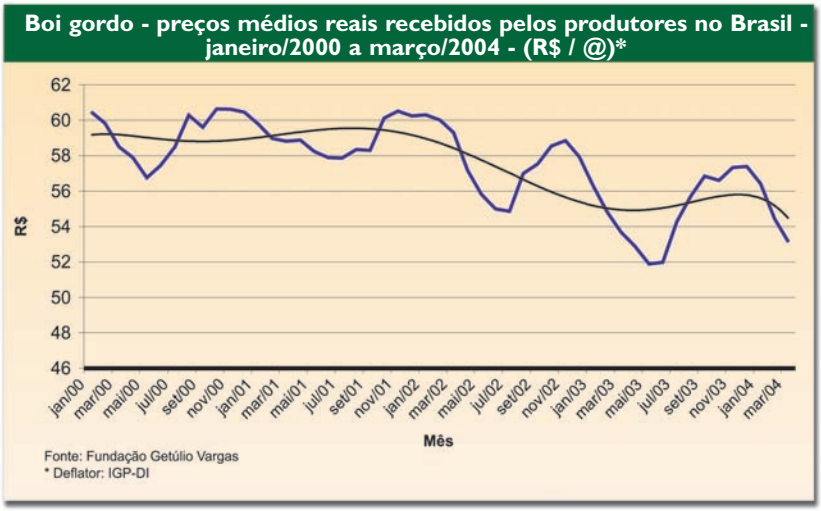
O aparente paradoxo entre a queda dos preços pagos aos produtores e o aumento da produção só pode ser explicado pela redução da idade de abate e pelo aumento da taxa de desfrute do rebanho. Os ganhos de produtividade são fundamentais, face à crescente necessidade de geração de excedentes para atender à demanda do mercado externo e para compensar a perda de rentabilidade.

Desde o ano passado, o aumento contínuo dos custos e a queda nos preços do boi gordo provocaram desestímulos aos investimentos e comprometeram o crescimento do setor. O elevado índice da taxa de abate de fêmeas e a substituição de áreas de pastagens por lavouras agrícolas, como soja e cana-de-açúcar, são fortes indícios da queda no interesse pela atividade. É necessário então verificar se os ganhos de produtividade têm sido suficientes para compensar a perda de rentabilidade e ainda estimular novos investimentos. ■

Participação nas exportações mundiais de carne bovina - 2004*



Boi gordo - preços médios reais recebidos pelos produtores no Brasil - janeiro/2000 a março/2004 - (R$ / @)*



PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA é *economista, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).*



Brasil na guerra contra a feb

Mais de 90% do rebanho bovino do País estão em zonas livres da doença

A partir da década de 90, aumentaram os quesitos de qualidade impostos aos produtos pecuários no mercado internacional. Enquanto as medidas protecionistas de natureza fiscal tendem ao desaparecimento, as exigências epidemiológicas e sanitárias se intensificam sobre os países exportadores. Fundamentadas em informações e conhecimentos cientificamente aceitos, novas regras surgem, sustentadas em princípios de harmonização, equivalência e transparência.

Por um lado, isso disciplina o comércio de animais e de seus produtos e subprodutos, por outro, evita a construção de barreiras alfandegárias com fins protecionistas sob argumentos sanitários, alheios aos riscos reais de introdução de enfermidades.

Uma das maiores barreiras sanitárias à exportação de produtos pecuários é a febre aftosa, que ataca animais biungulados, dentre eles, bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos, com grandes perdas econômicas e físicas.

Classificada na Lista A da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a doença é altamente infecciosa, de rápida difusão, e afeta o comércio internacional de animais e produtos de origem animal. O mundo está dividido em dois grandes circuitos: 1) livre da doença, cujos países têm acesso a diferentes mercados para seus produtos e preços competitivos; 2) com a doença, caso em que os países desenvolvem a comercialização de seus produtos a preços inferiores e com um número restrito de países.

Circuitos

Para acessar, a preços competitivos, os mercados fechados para seus produtos, é prioridade para o governo brasileiro a erradicação da febre aftosa em todo o seu território. Em 1992, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - PNEFA/MAPA encetou três grandes e importantes mudanças:

1) a mudança de enfoque, do controle para a erradicação da doença;

2) a estratégia de trabalhar por circuitos pecuários, e não em cada Estado isoladamente;

3) o envolvimento da cadeia produtiva no planejamento, na execução, avaliação e no financiamento do Programa.

Programa de erradicação da febre aftosa

Ano	Rebanho (1)	Animais vacinados (2)	(2)/(1) %
1994	159.227.797	102.326.522	64
1995	158.503.190	107.543.498	68
1996	155.368.527	114.731.921	74
1997	158.446.481	123.911.138	78
1998	158.009.814	131.200.698	83
1999	160.395.129	139.950.430	87
2000	166.974.605	147.718.162	88
2001	170.625.996	156.101.114	91
2002	183.668.123	157.639.726	86

Fonte: MAPA

Atualmente, há cinco circuitos pecuários definidos: Sul, Centro-Oeste, Leste, Norte e Nordeste. Os seus limites são bem demarcados e não estão diretamente relacionados com as divisas das unidades federativas. As fronteiras foram definidas, principalmente,



pelos fluxos predominantes e pela intensidade de comercialização entre os setores produtivos da pecuária.

A estratégia de trabalhar por circuitos pecuários, nos quais são considerados os aspectos epidemiológicos da doença e as formas de organização da pecuária, possibilitou a divisão do País em cinco grandes regiões relativamente independentes em relação ao trânsito de bovinos e também a fixação de metas distintas a serem alcançadas. Com isso, houve uma diminuição na ocorrência da doença: de 2.093 focos em 1994, para 37 em 2001. Depois de 34 meses desde a última ocorrência de febre aftosa no País, agora em junho foi registrado um foco no município de Monte Alegre, no Estado do Pará.

Sucesso do programa

A primeira zona livre de febre aftosa com vacinação obteve reconhecimento internacional em maio de 1998, estando representada pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Entretanto, em função do ressurgimento da doença no Rio Grande do Sul, nos anos de 2000 e 2001, ambos os Estados tiveram o reconhecimento internacional suspenso. A recuperação da condição sanitária se deu em 29 de novembro de 2002, após a execução de intensos trabalhos de saneamento. O Estado de Santa Catarina, em específico, por ter mantido a suspensão de uso da vacina contra a febre aftosa e por não ter sido atingido pela doença, apresenta o reconhecimento nacional como Estado livre de febre aftosa, sem vacinação.

Em maio de 2000, a OIE reconheceu os Estados do Paraná, parte de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal como zonas livres de febre aftosa, com vacinação.

Em janeiro de 2001, dando continuidade ao processo de erradicação da febre aftosa do território nacional, com base na incorporação progressiva de zonas livres da doença, o governo brasileiro requereu junto à Comissão de febre aftosa e outras epizootias da OIE, em Paris, a incorporação de uma nova zona livre de febre aftosa com vacinação (composta pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Tocantins e parte de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Goiás e de São Paulo), que foi aceita em maio de 2001.

Em 2002, o Programa trabalhou com duas grandes metas: a restituição da condição sanitária internacional como zona livre de febre aftosa com vacinação para os estados do RS e de SC, e a ampliação da atual zona livre de febre aftosa com vacinação, por meio da incorporação do Estado de Rondônia.

Os circuitos pecuários

CIRCUITO PECUÁRIO SUL - Rio Grande do Sul-RS, Santa Catarina-SC e a região sul do Estado do Paraná- PR.
Meta: erradicação da doença até dezembro de 1997 - foram reconhecidos internacionalmente pela OIE os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como zonas livres de febre aftosa, com vacinação, em maio de 1998.

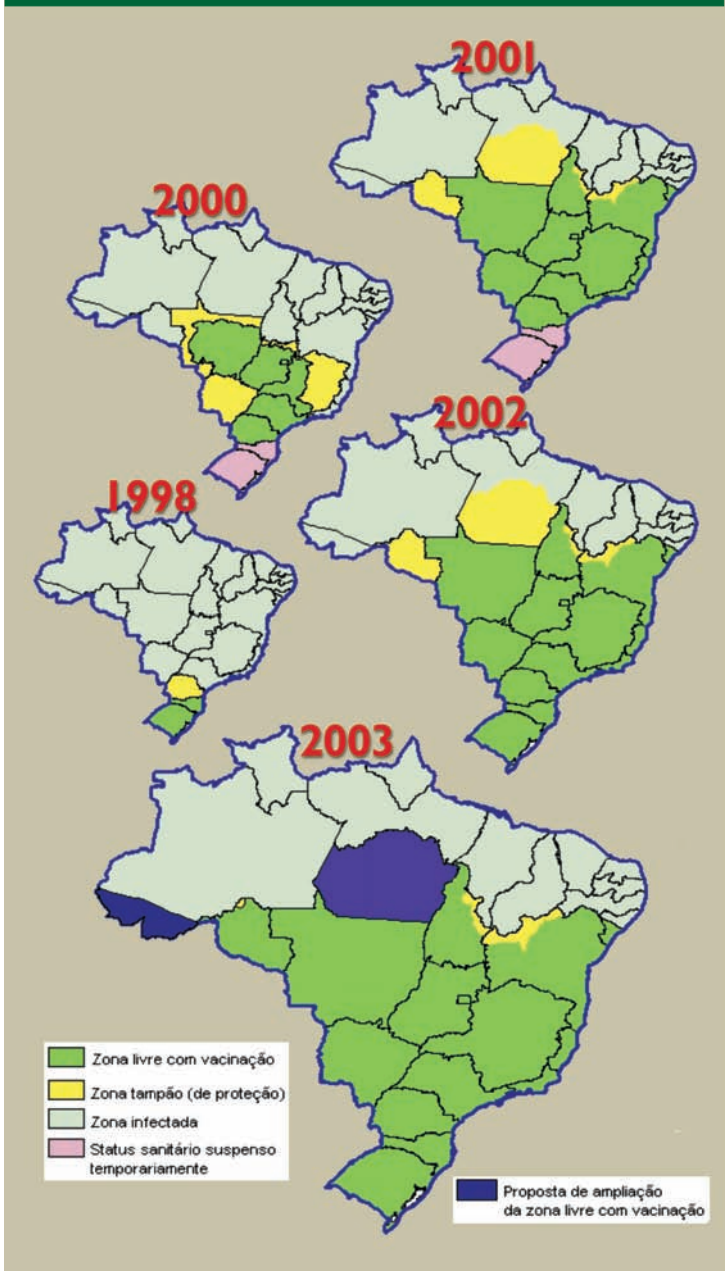
CIRCUITO PECUÁRIO CENTRO-OESTE - constituído pelos Estados do PR (região norte), São Paulo-SP, Minas Gerais-MG (triângulo mineiro, parte do sul de Minas, centro-oeste e noroeste do Estado), Goiás-GO, Mato Grosso-MT, Mato Grosso do Sul-MS, parte do Tocantins-TO e pelo Distrito Federal-DF.
Meta: erradicação da doença até dezembro de 2000 - foi reconhecido internacionalmente pela OIE, em maio de 2000 e 2001.

CIRCUITO PECUÁRIO LESTE - formado pelos Estados do Espírito Santo-ES, Rio de Janeiro-RJ, Bahia-BA, Sergipe-SE e demais regiões de MG.
Meta: erradicação da doença até dezembro de 2000 - foi reconhecido internacionalmente pela OIE, em maio de 2001.

CIRCUITO PECUÁRIO NORDESTE - constituído pelos Estados de Alagoas-AL, Pernambuco-PE, Paraíba-PB, Rio Grande do Norte-RN, Ceará-CE, Piauí-PI e Maranhão-MA.
Meta: erradicação da doença até dezembro de 2005.

CIRCUITO PECUÁRIO NORTE - Rondônia-RO, Acre-AC, Amazonas-AM, Pará-PA, Amapá-AP, Roraima-RR e parte de TO.
Meta: erradicação da doença até dezembro de 2005 - o estado do TO foi reconhecido pela OIE em 2001, o estado de RO foi reconhecido pela OIE em maio de 2003, e o estado do AC, com mais 43 municípios da região centro-sul do PA e dois municípios do AM aguardam reconhecimento pela OIE

Esquema do processo de implantação da zona livre de febre aftosa com vacinação, Brasil, 2003



Calendário de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos - 2004

UF	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ACRE					1						1	
ALAGOAS				1						1		
AMAPÁ					1						1	
AMAZONAS*				1	1					1	1	
BAHIA			1						1			
CEARÁ			1						1			
DISTRITO FEDERAL					1						1	
ESPIRITO SANTO			4						1			
GOIÁS					1						1	
MARANHÃO					1						1	
MATO GROSSO		3			4						1	
MATO GROSSO DO SUL		3			4						1	
MINAS GERAIS			5		6				7		8	
PARÁ					1			2			1	
PARAÍBA				1						1		
PARANÁ					1						1	
PERNAMBUCO				1						1		
PIAUÍ					1						1	
RIO DE JANEIRO			1						1			
RIO GRANDE DO NORTE				1						1		
RIO GRANDE DO SUL**	1	1				4	4					
RONDÔNIA					1						1	
RORAIMA				1						1		
SÃO PAULO					1						1	
SERGIPE					1						1	
TOCANTINS					1						1	

Legenda
1 = vacinação de todo o rebanho
2 = reforço de vacinação em animais jovens
3 = vacinação de animais com idade abaixo de 12 meses
4 = vacinação de animais com idade abaixo de 24 meses
5 = vacinação de todo o rebanho localizado no Circuito Pecuário Leste de MG
6 = vacinação de todo o rebanho localizado no Circuito Pecuário Centro -Oeste de MG
7 = vacinação do rebanho com idade abaixo de 24 meses, localizado no Circuito Pecuário Leste de MG

A primeira meta foi alcançada em 29/11/2002, sendo restituído aos Estados do RS e de SC o status de Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação pela Comissão Científica para as Doenças dos Animais da OIE.

Em 2003, houve a incorporação do Estado de Rondônia à atual zona livre de febre aftosa com vacinação, decisão aprovada na 71ª Sessão do Comitê Internacional da OIE em Paris - França, no dia 21 do mês de maio de 2003.

Atualmente, estes são os Estados livres de febre aftosa, com vacinação: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Tocantins e Distrito Federal (reconhecidos internacionalmente pela OIE). O Estado de Santa Catarina é livre de febre aftosa sem vacinação (reconhecido nacionalmente pelo MAPA). O Estado do Acre, dois municípios do Amazonas e 43 municípios da região centro-sul do Pará foram declarados livres de febre aftosa, com vacinação, pelo MAPA, aguardando o reconhecimento internacional da OIE.

Mais de 90% do rebanho do País estão seguros contra a febre aftosa. Nos últimos dez anos, em média, foram gastos, a cada ano, cerca de US$143 milhões no sistema de defesa sanitária animal. O número de Estados livre da doença subiu de três, em 1998, para 14, em 2003, sem contar Pará e Amazonas, que ainda não estão totalmente incluídos.

Cada vez mais conscientizado, o criador adquire as vacinas e trata do animal. A indústria veterinária comercializou 328,3 milhões de doses no ano passado, com um aumento de 3,3 milhões em relação a 2002. As estatísticas do Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para a Saúde Animal (SINDAN) mostram que a quantidade vendida em 2003 é dobro do apurado em 1993. A previsão para este ano é chegar a 375 milhões de doses. ■

Tempestade na cadeia produtiva

Como a pecuária leiteira enfrenta a crise da Parmalat

ALCIDES DE MOURA TORRES JÚNIOR
FABIANO RIBEIRO TITO ROSA

A notícia da crise na Parmalat começou a ser veiculada em dezembro de 2003. De lá para cá, a empresa protagonizou uma série de acontecimentos. Houve afastamento de seus principais dirigentes, intervenções administrativas e falta de pagamento. A interrupção das atividades trouxe perda de credibilidade junto a fornecedores e clientes. Os passivos totais são da ordem de US$17 bilhões.

No cenário nacional, os concorrentes ocupam o espaço da Parmalat, tanto na compra do leite como nas vendas dos produtos industrializados. Na captação, segundo estimativas otimistas, a redução foi de cerca de 67,5%.

Preços médios do leite em R$/litro

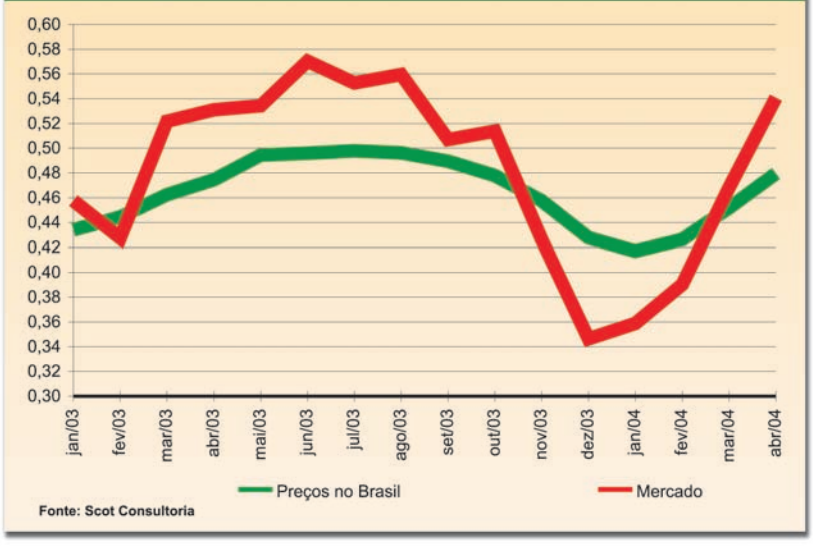
Região	Média Brasil	SP	MG	GO	PR	RS
Média de 2004	0,445	0,444	0,461	0,449	0,430	0,441
Média de maio de 2004	0,480	0,502	0,476	0,473	0,492	0,510

Fonte: Scot Consultoria

Em junho, com a reabertura da unidade de Santa Helena, em Goiás, a recepção ficou em 48% do volume médio coletado antes da crise.

No final de 2003, a empresa detinha 18% das vendas do leite UHT (Ultra High Temperature) e 28% das de leite em pó, condensado e longa vida. Apenas em janeiro de 2004, a queda de faturamento foi da ordem de 70%. Mesmo assim, no leite longa vida, seus preços de varejo se mantêm acima dos preços médios.

Preços do leite no mercado spot e ao produtor (média Brasil), em R$ nominais/litro



Fonte: Scot Consultoria

A CRISE

Contando com o fornecimento direto de 10.350 produtores, os problemas da Parmalat provocaram queda nos preços da matéria-prima. Em dezembro de 2003, a baixa no mercado spot foi de 37,3%. Havia sobra de matéria-prima e muita especulação. A empresa reduzia as compras e os fornecedores evitavam as entregas.

As cooperativas, que negociaram 40,6% do volume captado no mercado *spot* em 2002, segundo censo divulgado pela Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL), foram prejudicadas.

O recuo nos preços do leite aos produtores superou as estimativas mais pessimistas. Houve perda de receita na cadeia produtiva, mesmo para os produtores sem vínculo com a empresa. Os produtores da Parmalat

– individuais, associados ou cooperativados – ficaram com o fluxo de caixa deteriorado e recebiam em produtos, como leite em pó e leite condensado, valorizados acima dos preços de mercado.

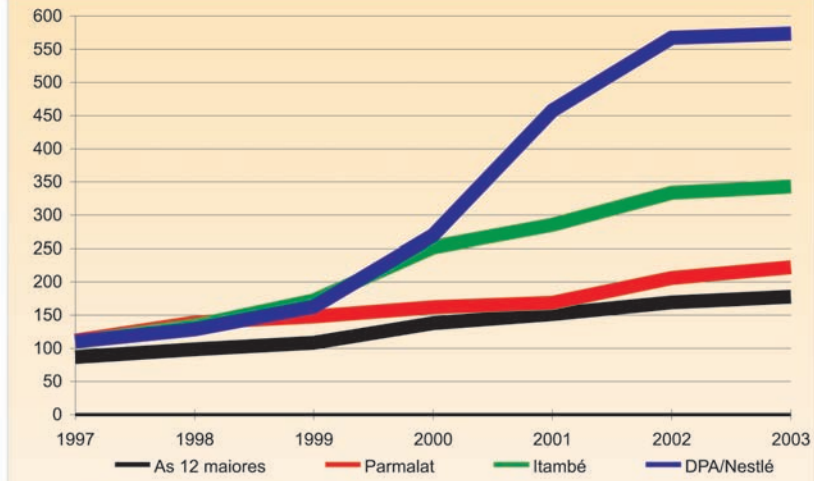
Competitividade e recuperação nos preços

A partir da segunda metade da década de 90, as maiores empresas de leite investiram na redução de custos operacionais, como transporte e coleta de leite. A granelização e a premiação pela eficiência de produção foram intensificadas.

A análise do cenário atual da competitividade das empresas no mercado ajuda a entender o comportamento dos preços do leite ao produtor. De 1997 a 2003, a média diária das entregas por produtor subiu. Nas três maiores compradoras (DPA/Nestlé, Parmalat e Itambé), passou de 110 para 380 litros, enquanto nas 12 maiores empresas, passou de 87 para 178 litros. A Itambé melhorou o desempenho individual por fornecedor em 212% e chegou a 343 litros. A Parmalat melhorou em 99%, com volume de 222 litros. A DPA/Nestlé apresentou aumento de 420% e quantidade de 574 litros.

O sistema cooperativo mostra uma tendência de recuperação do mercado. Em 2003, a lista das quinze maiores empresas de leite do mercado passou a incluir seis Cooperativas, com a entrada da Confepar, enquanto a Central Leite Nilza e a Centroleite avançaram no *ranking*. Em 2004, a Itambé pretende ocupar a segunda posição e ultrapassar a Parmalat. O resultado da pecuária leiteira dependerá do nível de competição na região do produtor e do comportamento das exportações. As perspectivas são de pressão nos preços do leite, com previsão de ficarem próximos dos valores de 2003: no primeiro quadrimestre de 2004, ficaram 2,2% menores do que os preços do mesmo período de 2003.

Volume médio de produção diária por fornecedor das principais receptoras do País – Em litros por dia



Fonte: LEITE BRASIL, CNA/Decon, OCB/CBCL, EMBRAPA/Gado de Leite e Scot Consultoria

Custos médios de produção por litro de leite

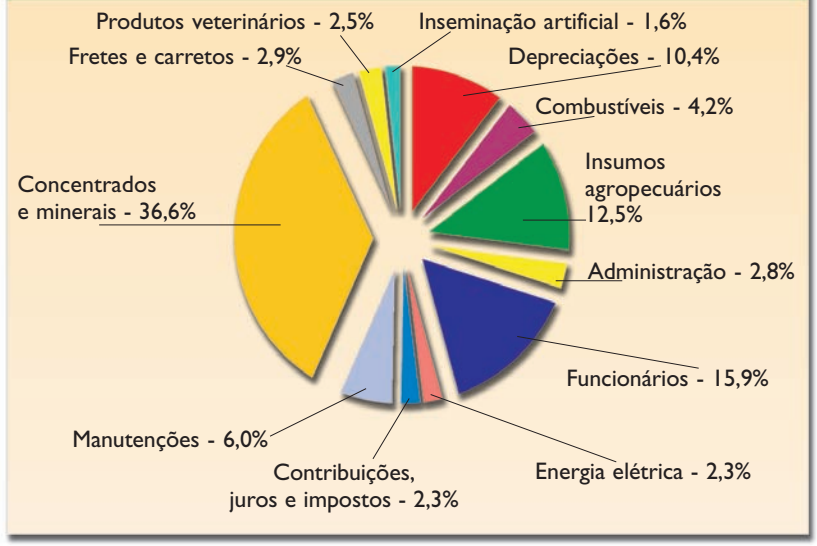
Custos médios de produção	R$/litro de leite
Custo fixo	0,05
Custo variável	0,42
Custo operacional	0,47
Custo de oportunidade do capital imobilizado	0,06
Custo econômico	0,53
Preço bruto da venda do litro de leite - em média	0,53

Custos

A análise de custos da pecuária leiteira levanta problemas conceituais, tendo em vista a diversidade de sistemas de produção. Para obter uma planilha aceitável, foi realizada uma estimativa com base em índices técnicos reais encontrados em diversas unidades de produção leiteira. Os valores foram atualizados com os preços de mercado e extrapolados para as condições de uma empresa com:

- produção diária de 5,5 mil litros;
- produtividade anual de 17 mil litros de leite por hectare útil;
- propriedade com 120 hectares destinados à produção leiteira;
- rebanho estabilizado com 480 cabeças, com 235 vacas em lactação;
- preço recebido pelo litro de leite: R$0,53

Custos de produção do leite no Brasil



Custos, receitas e resultados de produção de leite. Período de um ano (R$)	
1. Custos fixos totais	110.823,08
1.1. Depreciações de forragens	19.602,00
1.2. Depreciação de maquinários	24.800,00
1.3. Depreciação de benfeitorias e edificações	17.076,92
1.4. Depreciação de equipamentos	10.350,00
1.5. Depreciação do rebanho	38.994,16
2. Custos variáveis totais	951.356,81
2.1. Custos variáveis indiretos	233.918,44
2.1.1. Funcionários	168.034,64
2.1.2. Administração	29.400,00
2.1.3. Energia elétrica	24.547,07
2.1.4. Contribuições sindicais	5.155,48
2.1.5. Juros ao ano	6.781,25
2.2. Custos variáveis diretos	717.438,37
2.2.1. Combustíveis e lubrificantes	44.736,61
2.2.2. Insumos agrícolas	132.815,81
2.2.3. Produtos veterinários	26.762,12
2.2.4. Inseminação (sêmen e materiais)	17.251,34
2.2.5. Sal mineral e alimentos concentrados	389.214,85
2.2.6. Fretes e carretos	30.469,74
2.2.7. Manutenções	64.000,00
2.2.8. Impostos gerais	12.187,90
3. Remuneração anual do capital fixo *1	95.405,78
4. Remuneração anual do valor da terra *2	48.000,00
5. Custo operacional total *3	1.062.179,89
6. Custo de oportunidade do uso de capital *4	143.405,78
7. Custo econômico ou custo total *5	1.205.585,67
8. Receitas	
8.1 Venda de leite	1.071.722,43
8.2. Venda de animais	113.468,79
8.3. Outras receitas	11.346,88
9. Receita total	1.196.538,10
10. Resultados	
10.1. Caixa (receita - custos variáveis totais) *6	245.181,29
10.2. Lucro operacional (receita - custos operacionais) *7	134.358,21
10.3. Rentabilidade (lucro operacional/capital imobilizado) *8	5,62%
10.4. Lucro econômico (receita - custos econômicos ou totais) *9	(9.047,57)

Fonte: Scot Consultoria

*1 Taxa de 6% ao ano sobre os bens depreciáveis imobilizados (máquinas, equipamentos, edificações, vacas, forragens, benfeitorias etc.).
*2 Taxa de 6% ao ano sobre o valor total da terra.
*3 O custo operacional é a soma dos custos variáveis totais e dos custos fixos totais.
*4 O custo de oportunidade de uso do capital é a soma das remunerações do capital fixo e do valor da terra.
*5 O custo econômico ou custo total é a soma do custo operacional e do custo de oportunidade do uso do capital.
*6 Diferença entre a receita total e os custos variáveis totais. Visa mensurar a entrada e saída de caixa.
*7 Diferença entre a receita total e os custos operacionais. Considera os custos variáveis e as depreciações, ou seja, a capacidade de a empresa repor, substituir e atualizar seu capital imobilizado.
*8 Rentabilidade é a relação porcentual entre o lucro operacional e o total imobilizado na atividade, incluindo o valor da terra.
*9 Lucro econômico é a diferença entre a receita total e o custo econômico ou total. Mensura os resultados, incluindo os custos de oportunidade de uso de capital.

Os custos econômicos de produção de leite continuam acima dos R$0,53/litro, correspondentes a US$0,17/litro no câmbio. Um valor baixo, se forem consideradas as condições de produção do País. O custo operacional cobre os custeios e as depreciações, de R$0,47/litro.

Os custos de oportunidade do uso de capital são importantes na avaliação. O produtor migra de atividade ou arrenda a terra quando fica em condição financeira desfavorável em relação a outras oportunidades de produção. Estimativa da Scot Consultoria aponta a transferência de 4,9 milhões de hectares da pecuária para a agricultura, nos últimos anos. No Paraná, a redução da área para a pecuária foi de 17% .

A produção empresarial, com índice anual de produtividade em torno de 15 mil litros de leite por hectare, fica no limite dos bons resultados. A criação exige alta produção por área. Resultados econômicos negativos indicam perdas em relação a outras oportunidades de negócios. A comparação foi feita com a remuneração obtida em arrendamentos: de 6% ao ano sobre o valor da terra.

Tendência

A recuperação do mercado e a concorrência para ocupar o espaço da Parmalat favorecerão o produtor tecnificado, ao longo da entressafra. A sustentação das vendas externas dá firmeza aos preços. Para que os produtores menos tecnificados sobrevivam, o fortalecimento do cooperativismo é fundamental.

Duas razões parecem embasar a hipótese de a Parmalat do Brasil preparar a recuperação dos ativos, para depois vendê-los. A primeira é a ausência do Brasil como país estratégico para suas ações futuras da *holding* internacional. A segunda, pelo próprio potencial de produção e de mercado no Brasil, dentro do agronegócio internacional. Como é mais lógico pensar que os ativos com maiores possibilidades de valorização estejam no estrangeiro, uma recuperação do valor e a liquidação da filial brasileira seriam interessantes. Mesmo com a gradual recuperação da Parmalat no País, a liquidação de seus ativos ainda parece ser uma tendência. ■

ALCIDES DE MOURA TORRES JÚNIOR *é engenheiro agrônomo.*
FABIANO RIBEIRO TITO ROSA *é zootecnista.*

Na contramão do mercado



Cadeia produtiva exporta empregos e produtos de baixo valor

AMADEU PEDROSA FERNANDES

A cadeia produtiva do couro é um dos grandes motores da economia brasileira. O País é o segundo maior produtor de peles do mundo. Em 2003, suas exportações atingiram US$3,3 bilhões e geraram um superávit de US$2,9 bilhões – o equivalente a 12% do superávit nacional. O ganho da atividade representou a criação de 10 mil novos empregos.

O setor está preparado para atuar no ambiente globalizado: as empresas de industrialização investiram mais de US$300 milhões em tecnologia e na modernização de suas fábricas. A grande oferta de couro é uma das vantagens comparativas do País. Com o maior rebanho bovino comercial do mundo, o Brasil abriga um parque industrial moderno e centros de formação de mão-de-obra reconhecida internacionalmente por sua qualidade.

Política de exportação de couro wet blue

País/Região	Peles (em milhões)	Exportação de Wet Blue
China	43	Restringe
Estados Unidos	38	8,0
União Européia	37	Restringe
Brasil	35,5	13,5
Rússia	25,8	Restringe
Índia	40 (**)	Restringe
Argentina	12	Restringe
Austrália	9	Restringe

Fonte: FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
(**) Couros pequenos, equivalentes a 26 milhões, com tamanho médio de 4,2 m². Ou seja: considerando 26 milhões de unidades produzidas na Índia.

O País, entretanto, precisa capitalizar mais suas vantagens competitivas. O caminho consiste em aumentar a exportação de produtos acabados, que absorvem mais mão-de-obra e agregam valor à atividade. É seguir o exemplo dos concorren-

tes, como China, Itália, Rússia, Índia e Argentina. Esses países proíbem a saída da matéria-prima, com a aplicação de alíquotas de exportação ou o estabelecimento de cotas de retenção. Com isso, asseguram acesso à matéria-prima, por meio da industrialização de calçados, móveis e outros artigos.

Além de impedir a saída do wet blue, os grandes produtores e exportadores de calçados e couros industrializados do mundo sobretaxam as importações de produtos acabados. Os produtos brasileiros acabados são taxados em 6,5% e 18% para ingressar nos mercados italiano e chinês, respectivamente. Em contrapartida, sem qualquer tipo de taxação, as importações de matéria-prima brasileira praticadas abastecem a indústria de transformação de países concorrentes no mercado internacional.

O caso da Itália ilustra como uma política prejudica o desempenho da cadeia produtiva do couro. Apesar da restrita oferta de matéria-prima local, suas exportações de produtos acabados figuram entre as maiores do mundo. Uma proeza conseguida, em grande parte, graças ao wet blue brasileiro, presente nos valorizados calçados italianos.

Ao incentivar as exportações de wet blue, o Brasil repassa ganhos de competitividade aos seus concorrentes e deixa de arrecadar preciosas divisas em exportações e impostos. Investimentos em novas instalações industriais, da ordem de US$1 bilhão, não são realizados em curto prazo. Se todo o wet blue brasileiro exportado fosse acabado e manufaturado internamente, a cadeia produtiva ganharia mais de 500 mil postos de trabalho diretos e geraria US$6 bilhões de divisas extras na balança comercial brasileira.

A falta de uma política para valorizar a produção de artigos com valor agregado torna o Brasil exportador de empregos e mão-de-obra qualificada. A China, por exemplo, "importou" cerca de 1.200 técnicos brasileiros, justamente por eles saberem trabalhar com o couro e o calçado. O pecuarista também deixa de ganhar: quando o Brasil praticou a política de retenção do wet blue, de 2001 a 2003, o quilo do couro verde atingiu a média de US$0,81, enquanto a média histórica anterior era de US$0,65. Os prêmios pagos pela indústria pela qualidade do couro aos frigoríficos, se repassados ao pecuarista, ficam entre R$4,00 e R$12,00 por couro.

No aspecto ambiental, os importadores do nosso wet blue têm acesso ao produto limpo. Os dejetos da produção representam um enorme passivo ambiental, se for considerada a escala de produção brasileira.

O Brasil está na contramão, quando dispensa a produção de artigos com valor agregado e a criação de novos postos de trabalho. Para reverter esse quadro, cabem ações como a criação de um programa de fomento, conduzido por agentes da cadeia, e o apoio da Embrapa. O objetivo deve ser o de visar à melhoria da qualidade do rebanho bovino e do couro. Para desonerar as exportações de produtos com alto valor agregado, criar mecanismos de restituição instantânea (no ato da exportação) dos créditos tributários, possibilitando o desenvolvimento das empresas exportadoras. ■

Maiores processadores mundiais de couro

País	Peles	Industrialização por estágios (em milhões)				
	(milhões)	Wet Blue	Semi-Acabado	Acabado	Manufaturado	US$ Exportações
China	70	33	50	70	70	11,5 bi
Itália	60	20	50	60	30	8,0 bi
EUA	38	18	18	18	30	2,6 bi
Brasil	35,5	35	21	18	14	2,5 bi

Fonte: FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)/2003.

Comparação das cotações do couro

Produto convertido	Cotação no Brasil
Wet blue	US$30
Couro acabado	US$90
Sapato (couro transformado)	US$350

Fonte: Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB)

Multiplicando empregos

Produto	Empregos Diretos
Wet blue	200 empregos
Couro acabado	1.250 empregos
Transformados em manufaturados (calçados e estofados)	25.000 empregos

Fonte: Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB)

Brasil: exportação de couro

Couro	2001		2002		2003	
	Quantidade	Valor - US$	Quantidade	Valor - US$	Quantidade	Valor - US$
Salgado	263.242	5.264.280	318.233	4.813.844	259.036	2.488.643
Wet blue	11.857.805	435.910.614	12.535.585	395.553.526	12.944.265	383.687.591
Semi-acabado	2.808.072	207.681.263	2.318.477	167.629.258	2.452.288	172.799.298
Acabado	2.263.730	214.258.757	3.983.618	362.242.425	5. 705.965	457.964.713
Subtotal	17.192.849	863.114.914	19.155.913	930.239.053	21.361.554	1.016.940.245
Calçados *	171.000.000	1.615.000.000	164.000.000	1.449.000.000	186.000.000	1.513.000.000

Fonte: Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB)
(*) Correspondem a 7,44 milhões de couros, de uma disponibilidade de 35,5 milhões de couros/ano.

AMADEU PEDROSA FERNANDES *é presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), entidade de âmbito nacional que reúne associados de empresas privadas e sindicatos da indústria de couro, e vice-presidente do International Council of Tanners (ICT), entidade internacional que congrega representações de 25 países.*





Soja ou algodão?

O que vale mais a pena plantar nesta temporada, na região Centro-Oeste

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO
MAURÍCIO MACHADO FERNANDES

Duas 'vedetes' disputam a atenção dos agricultores do Centro-Oeste. De um lado, a soja, tradicional e principal responsável pelo valor da produção agrícola da região, com momento favorável de preços internacionais. Do outro, o algodão, com taxas de crescimento de produção formidáveis e maiores facilidades de transporte nessa região ainda desfavorecida do ponto de vista logístico. Ambos os produtos disputam diversos recursos: terra, capital, trabalho e a capacidade da agricultura empresarial do Centro-Oeste. A idéia é detalhar os principais elementos para a escolha entre as duas culturas, com ênfase em seus custos de produção, preço esperado, rentabilidade e condições de comercialização.

Custos de produção

De forma geral, o investimento necessário para a implantação e condução da lavoura de algodão é maior em relação ao da soja, nos Estados do Centro-Oeste. Em termos de dispêndio médio por hectare, o do algodão é três vezes superior ao da soja. As estimativas de custo de produção para a safra de 2004/2005 foram elaboradas pela CONAB, com base em preços de 31 de janeiro de 2004, para Goiás e Mato Grosso.

Com a ajuda das planilhas de custos, é possível obter informações quanto à participação das diferentes unidades de custo em relação ao custo operacional total das culturas. Como um ponto em comum, se destaca o elevado peso das atividades de implantação e condução das lavouras sobre o custo operacional total, perfazendo aproximadamente de 70 a 75% desse valor. Existem diferenças quanto à importância de cada uma dessas atividades entre as culturas. Nas áreas de algodão, os dispêndios com 'defensivos' apresentam a maior participação relativa, resultando em 30 a 33% (MS e MT) do custo operacional, enquanto 'fertilizantes' e 'operações com máquinas' aparecem logo em seguida, em termos de importância (20 a 30%). Já nas lavouras de soja do cerrado, o item 'fertilizantes' aparece com o maior peso no custo operacional da cultura (de 24 a 30%), seguido por 'defensivos' (19 a 22%) e 'operações com máquinas' (9 a 10% em MT e MS).

Essa participação distinta dos componentes de custos tem uma importante implicação na avaliação da rentabilidade esperada de ambas as culturas, particularmente, quando existe alguma volatilidade da taxa de câmbio. O valor dos itens 'defensivos' e 'fertilizantes' varia na mesma proporção que o dólar e, portanto, são muito sensíveis às variações da taxa de câmbio, ao contrário do item 'operações com máquinas'. De um modo geral, portanto, os custos de produção do algodão são menos sensíveis à variação do dólar do que os da soja. O mesmo pode ser dito a respeito

dos cultivos mais intensificados (com maior utilização de defensivos e fertilizantes) em cada cultura, como é o caso da produção de algodão no Mato Grosso.

Rentabilidade

A decisão entre as duas culturas depende da rentabilidade esperada, incluindo as dificuldades e os custos de comercialização. É necessário avaliar o comportamento esperado do preço de venda, que pode diferir substancialmente do preço vigente à época de plantio. Soja e algodão compartilham uma característica comum em sua formação de preços: são *commodities*, cujo mercado internacional é amplo e bem organizado, e em que a participação do Brasil é relevante. Nos dois casos, o preço esperado é dado pelas condições internacionais de oferta e demanda, somadas às perspectivas para a taxa de câmbio.

O Brasil dá mostras de ser bastante vulnerável às instabilidades internacionais, o que torna mais arriscada uma projeção da taxa de câmbio. Entretanto, o desempenho espetacular das exportações brasileiras permite prever uma taxa de câmbio livre das mesmas flutuações que 'pegaram os produtores no contra-pé', na safra de 2002/2003. Naquela época, os produtores pagaram os insumos a um dólar beirando os R$4,00 e colheram a um dólar inferior a R$3,00. Isso coloca em cheque até a rentabilidade dos produtores mais eficientes. Para a safra de 2004/2005, a maior parte dos analistas prevê um dólar valendo R$ 3,20.

A previsão dos preços internacionais de soja e algodão é um dos principais elementos para diferenciar a rentabilidade esperada de cada cultura e influenciar na decisão do produtor sobre a destinação de seus recursos. O entusiasmo com as duas culturas não é gratuito. O crescimento da renda da economia mundial e, particularmente, da China, sustenta uma expressiva alta no preço dos grãos, notadamente, daqueles destinados à nutrição animal. Também o algodão se beneficiou do crescimento da renda em países onde a população ainda tem carências básicas, com aumento da demanda por produtos têxteis. Resta perguntar sobre a sustentação do quadro favorável de preços até a colheita em 2005.

No mercado do algodão, ocorre convergência quanto à firmeza da demanda, embora com uma ligeira elevação dos estoques mundiais. Mesmo com a esperada expansão da área plantada, o mercado deve sentir os efeitos da eliminação das quotas de exportação de têxteis para os EUA e a União Européia, a partir de janeiro de 2005. Como o preço interno americano é superior ao internacional, se espera uma pequena elevação de preços no mercado internacional. Na estimativa da rentabilidade, foi considerada uma elevação de 2% no preço em dólares para o período de safra de 2005, somado à variação do dólar no período.

No mercado da soja, por sua vez, a projeção de preços está sujeita a maiores incertezas. A demanda por farelo de soja, base da sustentação de preços, foi impulsionada pelo aumento de consumo de carne bovina na China, resultado do surgimento de uma classe média ligada à pujante atividade industrial chinesa. A expectativa de crescimento da China, entretanto, está em xeque, diante do aquecimento excessivo daquela economia, que já exige políticas de contenção do crescimento por parte de autoridades chinesas. Outro ponto de incerteza está nas conseqüências do embargo chinês às exportações de soja de empresas brasileiras, por conta de contaminação com fungicidas.

Este episódio pode tanto constituir um fato isolado, sem

Custo operacional e produtividade do algodão no cerrado

	Algodão		
	MT	MS	GO
Fertilizantes	764,75	768,40	535,39
Sementes	120,40	96,45	80,68
Defensivos	1.319,85	1.140,15	545,93
Operações com máquinas	921,54	960,07	805,34
Mão-de-obra	43,26	38,34	64,67
Comercialização	96,56	105,28	72,61
Assistência técnica	64,86	59,90	40,47
Desp. financeiras	276,22	250,74	193,40
Depreciação	387,08	439,09	369,28
Custo operacional (R$/ha)	3.994,52	3,858,42	2.707,77
Produtividade (kg/ha)	3.300	3.300	2.550
Produtividade (@/ha)	220	220	170
Custo operacional (R$/@)	18,16	17,54	15,93

Fonte: CONAB

Custo operacional e produtividade da soja no cerrado

	Soja		
	MT	MS	GO
Fertilizantes	341,72	286,84	273,68
Sementes	82,39	77,50	104,19
Defensivos	249,31	209,98	219,03
Operações com máquinas	109,78	100,09	251,95
Mão-de-obra	29,10	34,60	30,39
Comercialização	80,53	39,52	33,81
Assistência técnica	16,08	14,01	17,39
Desp. financeiras	86,96	67,18	67,21
Depreciação	212,14	134,12	151,24
Custo operacional (R$/ha)	1.208,01	963,84	1.148,89
Produtividade (kg/ha)	3.000	2.400	3.000
Produtividade (sacas/ha)*	50	40	50
Custo operacional (R$/saca)	24,16	24,10	22,69

Fonte: CONAB

quaisquer conseqüências às exportações brasileiras na safra de 2004/2005, quanto pode implicar maiores restrições por parte da China e de outros países. Mesmo no caso da ausência de restrições às exportações de soja, a exigência de fiscalização mais rigorosa – provável resposta do Ministério da Agricultura – pode representar um aumento do custo nas exportações de soja. Uma vez que os produtores recebem o preço internacional líquido de todos os custos para colocação no mercado internacional, esse aumento de custos pode se reverter em uma queda equivalente do preço recebido pelo produtor brasileiro.

Diante destas incertezas, a avaliação da rentabilidade esperada considerou a possibilidade de dois cenários: a) Cenário I, em que a demanda internacional continua intensa e o problema do embargo chinês à soja brasileira constitui um fato isolado e b) Cenário II, no qual a demanda internacional se estabiliza e existe a necessidade de incorrer em maiores gastos de fiscalização na comercialização da soja. Para a estimativa da rentabilidade esperada, a projeção de preços, no caso do Cenário I, é de alta de 2%, em dólar, e no caso do Cenário II, é de queda de 10%. Em ambos os casos, se considerou uma taxa de câmbio de R$3,20 por ocasião da colheita.

Nos resultados da rentabilidade esperada para cada cultura, a planilha de custos não incorporou o custo de oportunidade da terra, e a medida de produtividade constitui importante base de comparação. Por outro lado, considerando que o acesso a crédito é um obstáculo para muitos produtores, a medida de rentabilidade por real investido pode ser mais relevante para aqueles que têm restrições de crédito.

Da análise da rentabilidade esperada, dois resultados gerais se sobressaem. Primeiro, como as margens se mostram favoráveis para ambas as culturas, é de se esperar mais um ano de renda agrícola favorável. Segundo, a rentabilidade por real investido na soja é sempre superior à do algodão, em todos os Estados e cenários. Deve-se, ainda, acrescentar que o sistema agroindustrial da soja desenvolveu mecanismos de comercialização entre produtores e indústria na oferta de crédito, como é o caso da 'CPR de gaveta'. Aqueles que encontram maiores restrições de capital não devem, portanto, ter muitas dúvidas na opção entre as duas culturas.

Quando considerada a rentabilidade por hectare, a análise muda radicalmente. No caso de Goiás, a opção depende do cenário considerado, sendo o algodão preferível apenas na ocorrência do Cenário II. Nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, o maior produtor, a cultura do algodão, se mostra mais atraente, seja qual for o cenário para os preços internacionais da soja. As únicas ressalvas são as facilidades de comercialização da soja, por conta dos diversos mecanismos já desenvolvidos entre indústria e produtores, e da maior necessidade de capital por hectare na cultura do algodão. Em síntese, as notícias recentes, a respeito de obstáculos ao extraordinário crescimento chinês e da necessidade de aumento dos custos de fiscalização na comercialização de soja, podem levar diversos produtores a migrarem para a nova vedete do agronegócio, o algodão. ■

Rentabilidade esperada das culturas de soja e algodão

	Algodão	Soja	
GOIÁS		Cenário I	Cenário II
Faturamento total (R$/ha)	3.884,16	2.431,68	2.145,60
Custo operacional (R$/ha)	2.707,77	1.147,89	1.147,89
Rentabilidade I (R$/ha)	**1.176,39**	**1.283,79**	**997,71**
Rentabilidade II (R$/R$ investido)	**0,43**	**1,12**	**0,87**
MATO GROSSO			
Faturamento total (R$/ha)	5.265,92	2.358,24	2.080,80
Custo operacional (R$/ha)	3.944,52	1.208,01	1.208,01
Rentabilidade I (R$/ha)	**1.271,40**	**1.150,23**	**872,79**
Rentabilidade II (R$/R$ investido)	**0,32**	**0,95**	**0,72**
MATO GROSSO DO SUL			
Faturamento total (R$/ha)	5.098,37	1.915,97	1.690,56
Custo operacional (R$/ha)	3.858,42	963,84	963,84
Rentabilidade I (R$/ha)	**1.239,95**	**952,13**	**726,72**
Rentabilidade II (R$/R$ investido)	**0,32**	**0,99**	**0,75**

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO
é professor da Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo (CEAgro-FGV-EESP) - e-mail: pfa@fgvsp.br.

MAURÍCIO MACHADO FERNANDES *é professor da CEAgro-FGV-EESP*
E-mail: mauriciomfernandes@yahoo.com.

Agricultura X Indústria



De janeiro a setembro de 2003, foram abertos 497.347 postos de trabalho no interior de nove Estados do Brasil

EVARISTO MARZABAL NEVES
LUCIANO RODRIGUES

As cadeias produtivas do agronegócio estão entre as maiores geradoras de empregos da economia, não somente por envolver muitos agentes econômicos, mas principalmente por operar com vidas (vegetal e animal) no espaço "dentro da porteira", em que as relações biológicas estabelecidas requerem maiores cuidados e uso mais intensivo de serviços de mão-de-obra. As explorações hortifrutícolas, em especial, são as mais exigentes em mão-de-obra, pois predominam em sua condução sistemas de produção de trabalho intensivos, desde o plantio, passando pelos tratos culturais e chegando até a colheita.

Como a saúde do agronegócio vai bem, impulsionada pelo sucesso das exportações e o superávit crescente na balança comercial, o emprego no setor primário aumenta. Pesquisa da CAGED/MT (Cadastro Geral de Empregos e Desempregos/Ministério do Trabalho) revela que, de janeiro a setembro de 2003, foram abertos 497.347 postos de trabalho no interior de 9 Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia). Os destaques couberam para São Paulo, com a criação de 249,6 mil empregos; Minas Gerais, com 85,3 mil, e Paraná, com 72,9 mil vagas preenchidas, enquanto os setores mais impulsionados, pela ordem, foram a agricultura, a pecuária, a indústria de alimentos, bebidas e álcool, de calçados, o comércio varejista e os serviços (transporte, imóveis e comunicação).

Bom negócio

Para os técnicos da CAGED, o dinamismo do agronegócio se espalha nas regiões do Brasil, favorece a instalação e o deslocamento para o interior do País de suas empresas. Para Silvia Freire, da *Folha de S. Paulo*, "se comer é essencial, produzir alimentos é sempre um bom negócio. A indústria alimentícia, pelo próprio crescimento vegetativo do mercado interno, também aumenta. E como os alimentos são essenciais para a subsistência humana, o setor alimentício é o último a entrar em crise e o primeiro a sair dela".

As estatísticas do Ministério do Trabalho mostram que o emprego formal, fora das grandes regiões metropolitanas, cresce mais no interior do que nas grandes cidades, devido aos seguintes fatores:
1) a agricultura ter se transformado em um dos setores mais ativos da economia e, dessa forma, atrair empresas, como as de fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas etc.;
2) as empresas de alimentos e serviços



montarem suas instalações no interior, face ao menor custo e à saturação das regiões metropolitanas;
3) o aumento do número de carteiras assinadas, em função da fiscalização mais intensiva do governo;
4) os incentivos fiscais para uma empresa se instalar no interior.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), no primeiro bimestre de 2004, nos empregos formais de carteira assinada, o saldo gerado foi de 25.159, resultado da contratação de 170.097 trabalhadores e da demissão de 144.938. Foi o maior saldo registrado nos últimos quatro anos. Em igual período de 2003, o superávit foi de 18.400. Na safra de 2003/2004, no período de plantio, de junho a outubro, o saldo de empregos formais no campo foi de 220 mil.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) projeta uma geração de 1,32 milhão de empregos em 2004, distribuídos da seguinte forma: cerca de 400 mil para postos de trabalho diretos no campo; outros 340 mil em empregos indiretos, em toda a cadeia produtiva, e 580 mil vagas geradas como conseqüência do efeito da renda agropecuária em outras áreas da economia, como a indústria de construção civil, têxtil, automobilística e o comércio. O estudo do BNDES (1993, coordenado por Sheila Najberg, do Depto. Econômico) ajuda a entender melhor esses números.

Emprego	Conceito
Direto	Mão-de-obra que eleva a produção (por exemplo: um tratorista, cujo salário depende de seu trabalho direto na produção no campo);
Indireto	Gerado pelo aumento da produção de um bem, na prestação de serviço eventual (por exemplo: um caminhoneiro no transporte da zona de produção aos portos, em função do aumento das exportações, pode transportar outro produto, inclusive, industrial);
Efeito-renda	Gerado a partir do consumo de outros produtos.

O setor automobilístico apresenta menor potencial de geração de empregos, com a injeção de R$10 milhões na produção, com 361 empregos, sendo 15 diretos, 126 indiretos e 220 pelo efeito-renda (os salários pagos são mais elevados e causam impacto na demanda em outros setores). Já o setor de construção civil (16º setor na geração de empregos), considerado gerador de empregos, cria mais empregos diretos (185) do que indiretos (95); porém, emprega mão-de-obra menos qualificada e com baixos salários, com impacto reduzido na economia.

Os setores geradores de poucos empregos diretos tendem a apresentar maior efeito-renda, devido aos salários e benefícios maiores. Os setores primários (a agricultura, principalmente) e terciários (serviços prestados à família e ao comercio) geram mais empregos diretos, que superam o somatório dos empregos indiretos e os provenientes do efeito-renda. O setor agropecuário gera mais empregos diretos no campo (496 vagas), que ultrapassa os empregos indiretos (157) e do efeito-renda (333). Já o comércio gera 467 empregos diretos, 89 indiretos e 301 advindos do efeito-renda.

A agricultura gera maior quantidade de empregos diretos, pois trabalha com seres vegetais e animais, que requerem maiores cuidados. É uma indústria a céu aberto, sujeita às condições edafoclimáticas e exigente em termos de mão-de-obra. Identicamente, os setores mais fortes em pequenos estabelecimentos, diante da dimensão e tecnologia capital intensiva do setor industrial e os de serviços prestados à família e ao comercio, exigem mão-de-obra menos qualificada e pagam salários menores; dessa forma, apresentam maior participação no aumento de empregos diretos quando ocorre aquecimento da demanda e do crescimento econômico. Por sua vez, seus impactos são menores, relativamente, na geração de empregos advindos de seu efeito-renda.

Quando a análise da geração de empregos se estende para o agronegócio, não resta dúvida de que, pelo fato de ser a cadeia agroalimentar a mais longa, a geração de empregos (diretos, indiretos e pelo efeito-renda) é maior, se imaginarmos todos os elos da cadeia, desde o P&D nas estações experimentais, universidades e institutos de pesquisas, indústria de suprimentos de insumos e materiais (fertilizantes, defensivos, máquinas, sementes, rações, embalagens etc.) até chegar ao consumidor (nacional e internacional).

Ao longo da cadeia, existe grande envolvimento de relações biológicas e mecânicas, alongando e estendendo, quantitativamente, os canais de comercialização, e contando, ainda, no fim da cadeia, com elevado número de equipamentos varejistas. Daí vem uma das justificativas do esforço brasileiro de colocar nas mesas de conversação e negociação (OMC, ALCA, Mercosul-Unidade Européia etc.) a agricultura e o agronegócio em destaque, pois todas as barreiras comerciais (tarifárias e não-tarifárias; principalmente, o protecionismo por meio de subsídios nacionais e às exportações) prejudicam o acesso ao mercado e afetam, substancialmente, a formação de renda e de capital do País, interferindo negativamente na geração de empregos e de divisas nos Estados produtores, com impactos distorcidos no setor primário. ■

Geração de empregos (diretos, indiretos e pelo efeito-renda) – Setores da economia com aumento de R$10 milhões na produção

	Geração de empregos			
Setor	diretos	indiretos	efeito-renda	Total
Serviços à família	625	118	338	1081
Agropecuário	496	157	333	986
Comércio	467	89	301	857
Vestuário	449	164	272	885
Madeira e mobiliário	338	257	319	914
Construção civil	185	95	295	575
Elementos químicos	20	228	314	562
Automobilístico	15	126	220	361
Siderurgia	13	161	282	456
Petróleo e gás	13	95	356	464

Fonte: BNDES, 2003 (pesquisa coordenada por Sheila Najberg – Depto. Econômico).
Obs.: valores ordenados de forma decrescente em relação aos empregos diretos.



CaliaAssumpção

NOSSOS SERVIÇOS SÃO COMO NOSSOS PRODUTOS: NÃO PARAM.

Com a SEW SERVICE você conta com engenheiros e consultores técnicos por todo o Brasil para suporte técnico e atendimento emergencial 24 horas por dia, sete dias por semana. Quando você escolhe SEW, tem a garantia da combinação perfeita de produtos e serviços. SEW. Solução em movimento.

(11) 6489-9090
www.sew.com.br

SEW EURODRIVE SERVICE

A pátria do combustível verde

Brasil tem clima ideal e terra suficiente para liderar a produção mundial de biodiesel e de álcool

Mais de um quarto da energia global virá de fontes renováveis em 2040, segundo o Conselho Europeu de Energias Renováveis - CEER. A principal contribuição das energias renováveis será a produzida pelo mar, que representará 21%, seguida da energia termo-solar, com 15%, e da fotovoltaica, com 13%. Medidas como a ratificação do Protocolo de Kyoto, o fim dos subsídios à energia convencional e outras iniciativas podem acelerar esta tendência.

Especialistas do setor energético apontam o potencial do Brasil para se transformar, em pouco tempo, numa espécie de pátria dos biocombustíveis. O País tem clima ideal e terra suficiente para produzir oleaginosos para a fabricação do biodiesel, além da cana para o álcool.

O Brasil iniciou estudos sobre o biodiesel, na década de 70. Com a baixa de preços do diesel, os trabalhos perderam importância. Agora, com a tendência do desenvolvimento sustentável, a matéria volta à tona. A economia obtida pelos países com a utilização do biodiesel na venda direta aos consumidores é animadora. Nos postos de combustíveis da Alemanha, por exemplo, o litro de biodiesel de metanol custa 0,76 Euros, enquanto o litro do diesel custa 0,90 Euros.

Produção de litros de biodiesel por hectare
soja: 400
amendoim: 900
babaçu: 1600
dendê: 5900
girassol: 800
mamona: 1.200
pequi: 3200
macaúba: 4.000

Em 2001, o Ministério da Ciência e Tecnologia criou o Pró-Biodiesel, com o objetivo de substituir parte do óleo diesel consumido pelos caminhões e carros brasileiros. O consumo nacional de diesel é da ordem de 40 bilhões por ano, dos quais, 12 bilhões são importados. Estima-se em 6 milhões de hectares a área de cultivo suficiente para substituir o consumo nacional de óleo diesel. Isso é menos de 10% das terras ocupa-

As vantagens do biodiesel

No momento em que os preços do petróleo alcançam patamares historicamente elevados, volta a se falar em redução do uso de combustíveis fósseis, cujas reservas são finitas. No Brasil, face ao fraco desempenho econômico dos últimos anos, ao aumento da mistura do álcool anidro (25%) e ao incremento do gás natural veicular, o consumo de gasolina tem até decrescido.

O cálculo de consumo estimado em trânsito urbano é de 13,5 a 14,0 km para um metro cúbico de gás; 7,0 a 7,5 km para o álcool e 9,0 a 10,0 km para a gasolina. O sucesso do carro *flex fuel*, lançado com tecnologia nacional em 2003, possibilita a mistura livre de álcool e gasolina. A escolha é do consumidor, de acordo com a relação de preços.

Para 2005, haverá o lançamento dos veículos tricombustíveis (gasolina, álcool e gás natural), e o mesmo processo de decisão de consumo se repetirá. A tendência não é de crescimento intenso no consumo da gasolina, mas até mesmo de perda de participação relativa no consumo para o álcool e o GNV.

No caso do óleo diesel, a situação é bem diferente. Como a malha rodoviária é a base da matriz de transporte no País, a quantidade de caminhões nas estradas brasileiras significa a necessidade de garantir a oferta do diesel. O risco é de ocorrer uma 'paralisia' no sistema de distribuição. Caminhões e ônibus movidos a GNV devem surgir até 2006, resultando em uma pressão menor no consumo de diesel, apesar de a infra-estrutura de armazenamento e de a movimentação de gás liquefeito de petróleo (GLP) estarem saturadas. É preciso obter investimentos para ampliar a malha de dutos e terminais, bem como para novos parques de envase. Em muitas regiões, o custo do GLP já pesa bastante e inviabiliza seu consumo.

Sabe-se que a Petrobrás já produz, em média, 1,5 milhão de barris de petróleo por dia. Isso corresponde à cerca de 80% das necessidades do País. Até 2006, a auto-sufici-

das pela agricultura no País.

Economia

Se fosse utilizado como aditivo no Brasil, na proporção de apenas 5%, o biodiesel proporcionaria uma economia de US$350 milhões em importações, com uma produção anual de 1,8 bilhão de litros e a geração de 1 milhão de postos de trabalho diretos. O País pode iniciar o projeto do biodiesel com mistura facultativa do diesel comum de 5% (B5) até 20% (B20).

O governo vai editar novo marco regulamentar para a cadeia da indústria de biodiesel até o mês de novembro, para: 1) regulamentar a mistura de até 2% do combustível no diesel derivado de petróleo; 2) melhorar a pauta de exportações, pois países como Alemanha, Itália e Estados Unidos já utilizam comercialmente a mistura; 3) fomentar políticas de desenvolvimento regional sustentável.

Obtido a partir de óleos vegetais, o biodiesel é um combustível utilizável em motores a diesel, em mistura com o gás-óleo, ou mesmo puro. É uma fonte de energia renovável e uma alternativa aos combustíveis tradicionais. Além disso, reduz as emissões poluentes, estimula a agricultura rural e reduz a dependência energética do País – uma vez que interfere na importação de petróleo bruto pelo Brasil.

Existem, pelo menos, 12 diferentes oleaginosas produzidas no Brasil para serem usadas como matéria-prima do biodiesel: soja, amendoim, girassol, algodão, milho, canola, dendê (ou palma), babaçu, pequi, macaúba e ouricuri (ou licuri).

O biodiesel faz parte da pauta de projetos e acordos de cooperação técnica entre o Ministério de Minas e Energia e o Departamento de Energia norte-americano. Nos Estados Unidos, onde se consomem 70 milhões de litros ao ano, o produto é extraído da soja. A fabricação do biodiesel gera também, como subproduto, a glicerina, uma substância utilizada nas indústrias cosmética, farmacêutica e de explosivos. ■

ência deverá ser alcançada, se forem mantidos os investimentos na prospecção e extração do óleo cru. As reservas brasileiras estão submersas em águas profundas, e o custo de captação é alto. O gás natural, diante das descobertas de reservas na Bacia de Santos e da oferta do gás boliviano, ficará bem competitivo com o diesel.

O cenário converge de forma promissora para o biocombustível no Brasil. No aproveitamento do álcool, a energia gerada da biomassa é extremamente vantajosa. Desde o surgimento do Proálcool, os menores custos de produção e os ganhos de produtividade, seja no campo ou na indústria, possibilitaram reduzir o preço do álcool e deixá-lo em condições de concorrer com a gasolina. Cabe agora fazer o mesmo com o biodiesel.

Projetos começam a decolar

Rio de Janeiro – Parceria de cooperação técnica no desenvolvimento do biodiesel entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppe/UFRJ. O cultivo do girassol, do dendê e da mamona pode representar aumento de renda e empregos para o interior fluminense – cada mil hectares plantados viabiliza a produção de um milhão de litros de biodiesel. A proposta é a utilização de biodiesel misturado ao diesel, já consumido pelos ônibus da frota fluminense. O objetivo é testar a mistura chamada de B5 (5% de biodiesel e 95% de diesel convencional) e avaliar o desempenho dos veículos comerciais.

Rio Grande do Norte – A Petrobrás e o governo do Rio Grande do Norte assinaram protocolo de intenções para a implementação do Programa de Agronegócio da Mamona. O acordo envolve a instalação de uma unidade de produção de biodiesel , no município de Carnaubais, no vale do Assu, a 80 quilômetros de Mossoró, para produção inicial de cinco mil litros, com aproveitamento de 10 mil toneladas de mamona. A Petrobrás adquirirá 30% da produção (três mil hectares) e a empresa Santana Sementes ficará com os 70% restantes (sete mil hectares). A meta é atingir 40 mil hectares em quatro anos.

Minas Gerais – O Instituto de Volta ao Campo (IVC), em Uberlândia, desenvolve estudos com grupos de produtores rurais, órgãos públicos e empresas privadas, para a criação da primeira usina de biodiesel na cidade. A proposta é envolver os pequenos produtores rurais, que possuem até 100 hectares de terras, apontando uma alternativa que consiga associar geração de renda e empregos, fixação do homem no campo e ainda mão-de-obra qualificada para o processamento e beneficiamento dos produtos. A produção funcionará em sistema de cooperativas.

São Paulo – A companhia Petroquímica Capital deve colocar em operação uma das primeiras unidades industriais para produção de biodiesel, no município de Charqueada, interior do Estado de São Paulo. A capacidade instalada é para 400 mil litros mensais. A planta terá duas unidades: uma para fabricar solventes especiais, principalmente o hexano, utilizado para a extração química de óleos, e outra para o biodiesel. Os custos previstos das unidades são, respectivamente, de US$11 bilhões e US$4,5 milhões. A capacidade instalada da unidade de solventes é de 10 milhões de litros por mês.

Pará – A Agropalma é a maior produtora de óleo de palma da América Latina, projeta a instalação da primeira unidade de produção de biodiesel da região Norte (a primeira no País a utilizar a palma). Com investimento de US$1 milhão, vai produzir inicialmente 15 milhões de litros por ano do chamado palmdiesel, para substituir o diesel que a própria empresa utiliza. O excedente será comercializado. Geradoras de energia elétrica são clientes em potencial. A empresa possui uma área de 82 mil hectares, sendo que 32 mil hectares têm palmeiras plantadas.

Piauí – O Brasil é o terceiro maior produtor e exportador mundial de óleo de mamona, depois da Índia e da China, mas já foi o primeiro. De fácil cultivo e resistente à seca, a cultura requer pouca água e terras altas, condições encontradas nas áreas mais estéreis do semi-árido. O Programa Nacional de Biodiesel pode 'ressuscitar' o produto e criar a oportunidade de geração de empregos e renda em zonas áridas e empobrecidas, como o nordeste brasileiro. O óleo extraído das sementes de mamona tem um crescente mercado doméstico e internacional, pois pode ser utilizado como matéria-prima para o biodiesel e em mais de 700 aplicações, inclusive, para fins medicinais, produção de cosméticos e substituição do petróleo na fabricação de plásticos e lubrificantes. A mamona também é usada na produção de fibra ótica, de vidro à prova de balas e próteses ósseas. A Brasil EcoDiesel está assentando agricultores para produzir mamona em grande escala no semi-árido nordestino. O primeiro núcleo envolve 560 famílias em Canto do Buriti, no Piauí, e a meta é implantar 20 núcleos na região. Até o final de 2005, serão instalados mais cinco projetos semelhantes, sendo dois no Ceará e três no próprio Piauí, que já foi um dos maiores produtores de mamona do nordeste e, atualmente, já conta com cerca de 70 mil hectares plantados.

Sinal de abertura na Europa

Com uma legislação rigorosa, a UE libera o consumo de milho transgênico

Depois de quase seis anos sem liberações de novas variedades de organismos geneticamente modificados (OGMs), a União Européia anunciou em 19 de maio a aprovação das importações para consumo humano do milho doce transgênico. A variedade, desenvolvida pela multinacional suíça Syngenta, como outras da família Bt – *Bacillus thuringiensis* –, é resistente à praga da broca tolerante do milho. O inseto é atraído pelo teor de açúcar de 12% do milho doce, acima dos 4% das espécies produtoras do grão.

A notícia tem impacto muito mais político do que comercial. A UE é um bloco de tradição na resistência à tecnologia dos transgênicos. O milho doce, de consumo popular mais antigo nos Estados Unidos e na Ásia, foi o pivô de um conflito de grande dimensão, envolvendo os argumentos pró e contra dos defensores e críticos dos OGMs. Existe uma acusação, de cunho ambientalista, mas sem reconhecimento científico, de que os OGMs provocam danos à borboleta monarca (*Danaus plexippus*).

Para o futuro dos OGMs, a decisão é importante e significa outro ambiente institucional para o mundo. De fato, a medida abre espaço para a liberação de outras variedades transgênicas na UE e oferece chances para sua disseminação em outros países. Aqui no Brasil, a discussão emperra a formalização de uma Lei de Biossegurança, de relevância para a pesquisa nacional.

No relatório divulgado pela CE, consta o rigor com que, em defesa da saúde do consumidor e da proteção ao meio ambiente, o processo foi conduzido. Se o produto é considerado tão seguro quanto o convencional, existem as regras de rastreabilidade e rotulagem a serem cumpridas.

Os varejistas e consumidores estão assegurados do acesso a produtos de qualidade, além do arbítrio da escolha de outras mercadorias. Embora o produto seja empregado como milho na espiga, nos EUA e no Canadá, provavelmente, na Europa, será comercializado em lata ou congelado.

Resistência

É crucial destacar o avanço registrado nos últimos anos nos esquemas regulamentares da UE. As regras em vigor são bastante rigorosas. Os produtores europeus ainda não poderão cultivar o milho doce Bt11, e a aprovação da comercialização terá vigência de dez anos. A decisão final ficará por conta dos consumidores, que, depois de toda a polêmica, têm uma certa resistência aos produtos transgênicos.

Ainda não se pode asseverar que a UE suspendeu a moratória para os usos dos OGMs, não obstante, se cogite liberar mais 20 produtos. Variedades transgênicas de soja e milho, liberadas antes de 1998, são consumidas na UE, enquanto o processo movido pelos EUA na Organização Mundial do Comércio contra a moratória européia aos transgênicos permanece intacto.

OGMs liberados na União Européia

Data	Produto
18/12/92	Vacina contra a doença de Aujeszky
19/10/93	Vacina contra a raiva
08/06/94	Tabaco tolerante à herbicida
18/07/94	Vacina contra a raiva
06/02/96	Canola resistente à herbicida
03/04/96	Soja resistente à herbicida
20/05/96	Chicória resistente à herbicida
23/01/97	Milho resistente à herbicida
06/06/97	Canola resistente à herbicida
20/10/98	Cravo modificado
22/04/98	Canola resistente à herbicida
22/04/98	Três variedades de milho resistente a herbicida
20/10/98	Duas variedades de cravo modificado

Plantio cresce

Apesar dos obstáculos, a área cultivada com OGMs cresce no mundo. Em 2003, avançou mais 15% em relação a 2002, em seis países – EUA, Argentina, Canadá, China, África do Sul e Brasil (plantio autorizado por medida provisória). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), um dos órgãos mais resistentes à biotecnologia, autorizou a Embrapa a realizar pesquisas de campo com mamão, feijão e batata transgênicos.

A Food and Agriculture Organization (FAO), organismo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, acabou de publicar (em maio) um documento com 208 páginas, no qual a biogenética é apontada com uma esperança para a superação da pobreza. Os cientistas da FAO mostram que o custo de produção do algodão diminuiu na China e houve redução de 28% no uso de defensivos. Norman Borlaug, na década de 60, desenvolveu o trigo Sonora 63, resistente à seca e a pragas, e, depois, o arroz IR6, de grande produtividade, a partir de seleções genéticas. Ele foi acusado de desestabilizar culturas convencionais, porém, salvou milhares de vidas, o que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz. ■

Percepção, lei e lenda em torno da transgenia

É ético impedir o uso de uma tecnologia, levando em conta suposições futuristas e sem base científica?

LEILA ODA

A biotecnologia é a grande prioridade mundial da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico deste milênio. A economia gerada pela biotecnologia é o novo referencial de crescimento da economia mundial: entre 1999 e 2000, aumentou de US$75 milhões para US$ 95 bilhões.

Ao longo da história da humanidade, a Ciência e a inovação tecnológica têm sido o grande diferencial entre as sociedades e têm representado quem domina e quem é dominado. Se, por um lado, existe uma distância entre o cientista e o "homem comum", por outro, a Ciência busca dar respostas aos problemas da humanidade. A pouca socialização do conhecimento científico e a lacuna existente entre Ciência e Sociedade explicam os temores existentes.

O surgimento de paradigmas científicos e tecnológicos faz surgir sentimentos naturais no homem, tais como medo, insegurança, incerteza, desconfiança. Há resistência à mudança de hábitos estabelecidos, sobretudo, se as inovações não apresentam um retorno visível de imediato para a sociedade em geral. A história mostra o impacto da experiência vivida por Galileu; a descoberta da vacina, por Edward Jenner; a introdução dos híbridos na agricultura; a fertilização in vitro (o bebê de proveta); a introdução de novos produtos na cadeia alimentar, como óleo de soja em substituição às gorduras animais, a margarina, o leite pasteurizado, dentre outros.

A partir da década de 50, descobertas no campo das Ciências da Vida aprofundaram o conhecimento científico sobre a química da vida. A biotecnologia moderna trouxe, a partir de 1975, produtos de aplicação farmacêutica, como a insulina, hormônios, fatores de coagulação, enzimas, vitaminas, suplementos alimentares, tais como aminoácidos essenciais obtidos a partir de Organismos Geneticamente Modificados.

O processo de intervenção humana na natureza e a alteração do genoma das espécies ocorrem há milhares de anos. Hoje, a maioria das variedades agrícolas é modificada geneticamente pelo homem, por meio de intercruzamentos e por processos de indução de mutação por agentes químicos ou radioativos.

Após 1920, com o desenvolvimento da energia atômica, os processos de mutação genética na agricultura se intensificaram. A mutação genética induzida para cerca de 80% do trigo é obtida por meio da azida sódica ou de feixe de nêutrons, enquanto para uma grande variedade de alfaces, pelo etil-metanosulfonato. Esses métodos de melhoramento genético convencionais são comercializadas há vários anos.

Em relação aos procedimentos "naturais", a engenharia genética, ou biotecnologia moderna, aplica a mesma idéia, porém, de forma mais precisa, rápida e, muitas vezes, mais segura. O gene de interesse é identificado e introduzido no DNA da planta, que passa a ser um organismo modificado recombinante. Essa ferramenta tecnológica faz parte do cotidiano e permite às bactérias produzirem medicamentos, vitaminas e nutrientes.

A maioria dos queijos é feita com uma enzima chamada quimosina, produzida por uma bactéria geneticamente modificada, há mais de 20 anos, em todo o mundo. O produto substituiu a renina extraída de estômagos de bezerros. A quirosina produzida pelo Organismo Geneticamente Modificado (OGM) possui maior pureza, consistência e qualidade. O mesmo acontece com a alphaacetolactate decarboxilase, que ajuda no processo de fabricação e fermentação da cerveja. Enzimas derivadas de OGMs, como proteases, hemicelulases e amilases, auxiliam na indústria de panificação. Aminoácidos, como a fenilalamina, usada no aspartame, presente em cerca de 5.000 produtos, são fabricados com o auxílio de bactérias geneticamente modificadas.



Por que existe resistência e movimentos contrários tão fortes que, anteci-

padamente, condenam a tecnologia do DNA recombinante, ou transgenia? Certamente, não há uma resposta precisa para isso, mas algumas reflexões podem ser feitas a partir de estudos da percepção pública da biotecnologia, realizados no Brasil.

As vantagens da biotecnologia moderna são negligenciadas pela mídia em todo o mundo e, em particular, no Brasil, onde existe a lacuna entre ciência e sociedade. As percepções ou atitudes não são racionais e sofrem a influência de organizações ambientalistas e de consumidores que exacerbam os riscos de uma tecnologia pouco compreendida por eles e que lhes causa temor. Diante desse cenário, se torna fundamental estreitar a relação entre quem faz a ciência (os cientistas) e a sociedade leiga. Esse é um caminho para entender uma ferramenta tecnológica importante para o desenvolvimento e a competitividade de um país no cenário mundial.

No setor do algodão transgênico resistente a pragas, a China é o segundo país com propriedade intelectual autônoma e o primeiro na produção comercial (2 milhões de hectares plantados em 2001).

Fatores em prol dos OGMs na agricultura chinesa

1- Redução no uso de agrotóxicos;
2- Diminuição de até oito vezes na contaminação dos trabalhadores rurais;
3- Maior produtividade das culturas;
4- Menor consumo de combustíveis fósseis;
5- Menor degradação do solo.

Fonte: Academia de Ciências da China

Em 2003, os cientistas do movimento "Luto pela Ciência", liderado pela Associação Nacional de Biossegurança - ANBio, levaram ao Congresso Nacional as informações sobre as potencialidades do País no campo da biotecnologia moderna. Isso rendeu o título, ao Brasil, na revista Economist de "Bom em Futebol, Samba e Genoma". A partir daí, começou uma 'mudança de eixo' na mídia nacional. Cerca de 80% das matérias mostram mais otimismo com relação aos benefícios da tecnologia e diminuem as dúvidas quanto à segurança.

O cenário atual é de elevada complexidade regulamentar. Existe sobreposição de exigências de diferentes órgãos de governo, conforme o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados e ações jurídicas impostas por movimentos contrários ao avanço da transgenia. O resultado é a paralisação das pesquisas e a impossibilidade da aplicação do conhecimento em genômica, no Brasil.

Se, em 2001, existiam cerca de 200 pesquisas de campo com culturas transgênicas, o número foi reduzido para 80 pesquisas, em 2002, e para 10 pesquisas, posteriormente. Sem pesquisas tecnológicas, não se podem realizar pesquisas de produção. Quando se investe em tecnologia, o retorno deve vir em termos de, no máximo, 5 anos, sob pena de a tecnologia ficar obsoleta.

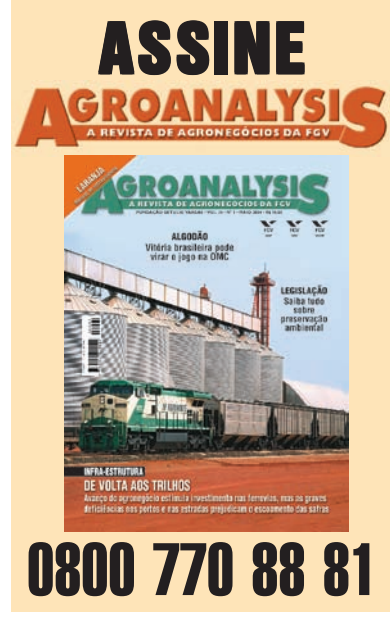
O crescimento do plantio das culturas transgênicas no mundo, hoje, se aproxima de 70 milhões de hectares. Isso levou a uma redução na venda de agrotóxicos de US$30 bilhões, em 1996, para US$26 bilhões, em 2002; mesmo com um crescimento anual médio de 4% no uso desses produtos. Esses dados mostram claramente o impacto ambiental positivo da introdução dessas culturas.

Cabe perguntar: é ético impedir o uso da transgenia? A discussão sobre usar ou não uma tecnologia dentro de uma perspectiva ética passa pela liberdade de escolha daquele que usa a tecnologia. Será ético impedir os agricultores de optarem por uma tecnologia que não só os beneficia economicamente como também melhora as condições ambientais? Vamos continuar a aceitar argumentos contrários, que não passam de uma lenda retrógrada contra o desenvolvimento de um país?

As campanhas contrárias a esta tecnologia têm sempre ponderado os possíveis riscos futuros (imaginários) e exigem uma "certeza absoluta" da segurança desses produtos. Por que não questionar o risco de não se introduzir esta tecnologia? A redução no uso de agrotóxicos, a menor erosão do solo, a economia de água e o aumento da produção por área plantada, o que levaria a menor desmatamento, são fatores importantes a serem considerados na adoção de uma agricultura mais sustentável.

É ético impedir o uso de uma tecnologia, com base em suposições futuristas e sem base científica? É ético submeter a pesquisa brasileira a um atraso irrecuperável, mesmo sem se ter qualquer fundamentação sobre um risco iminente? Para que serve um aparato legal, senão para garantir o controle necessário do avanço seguro de uma tecnologia? Ou será que queremos usar o aparato legal para impedir o avanço da ciência e do País?

O novo projeto de lei de Biossegurança, que se encontra, hoje, no Senado Federal, deve permitir o desenvolvimento da biotecnologia com segurança, e não se transformar em um instrumento para dizer não a uma tecnologia! Que a ciência seja ouvida e que os legisladores tenham o bom senso de criar um instrumento que permita ao Brasil colocar em prática toda sua liderança no campo da genômica, que ele conquistou. Não será pela imposição de barreiras ao avanço tecnológico que se poderá superar os grandes desafios de nosso País. ■



Biopirataria nos santuários ecológicos

A biodiversidade da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal representa, praticamente, a metade do Planeta. Se forem consideradas também a Mata Atlântica e a Caatinga, os números avançam ainda mais. São santuários ecológicos com uma incomensurável riqueza de flora e fauna natural.

A Academia Brasileira de Ciências defende a instituição de regras jurídicas para proteger esses santuários como patrimônios nacionais. No caso da Floresta Amazônica, o argumento não é apenas em razão do seu tamanho, já que ela representa mais da metade do território brasileiro, mas também por representar o ecossistema mais diversificado da Terra.

A matéria passou a chamar a atenção após o caso das marcas e patentes depositadas por empresas japonesas na exploração dos derivados do cupuaçu. Houve uma reação do Brasil, e o processo foi sustado. O mesmo acontece com outras plantas ligadas às culturas indígenas e populares brasileiras.

Especialistas em biodiversidade alertam sobre a necessidade de uma revisão das patentes feitas por estrangeiros com produtos nacionais e fazem algumas recomendações importantes. Colocam como relevante a realização de um amplo levantamento sobre as leis brasileiras de Patentes (9.279/96), de Biodiversidade e Biogenética, a fim de avaliar a validade e eficácia da norma jurídica em defesa dos interesses nacionais.



A Carta do Direito Amazônico, aprovada no I Congresso Internacional de Direito Amazônico, deixa algumas propostas oportunas aos poderes públicos dos diferentes países da região. A principal delas diz respeito ao cadastramento, controle e fiscalização das missões religiosas e organizações não-governamentais, estrangeiras e nacionais, atuantes na Amazônia.

Mais diretamente, o documento cita, como medida de prevenção e repressão de patenteamento de produtos autóctones por estrangeiros, a constituição de um banco de dados da região, contendo informações sobre sua biodiversidade, instituições privadas, centros de pesquisas e de tecnologia, universidades, instituições públicas. ■

Flora Amazônica: produtos com patentes no exterior

Nome	País	Indicação	Proprietário
Quebra-pedra	EUA	Contra hepatite B	Fox-Chase Cancer Center, Filadélfia
Guaraná	EUA	Contra coágulos	Cincinatti University
Espinheira-santa	Japão	Antiinflamatório	Laboratório Mektron
Muirapuama	Japão	Afrodisíaco	Tisho Pharmaceutical Company
Borracha	EUA, Japão Inglaterra,	Películas de embalagens e revestimentos	Governo do Japão e BP Chemicals (Britsh Petroleum)
Pfaffia (sumo)	Japão	Antiumoral	Wakunaga Pharmaceutical Co. e Rohto Pharmaceutical Co.
Sangue de dragão	EUA	Antiviral e diarréia em doenças de AIDS	Shaman Pharmaceutical
Andiroba	França	Antiinflamatório e celulite	Yves Rocher

Fonte: Luiz (1998); Valéria (1999); Passos (2000) Homma, K. I Congresso Internacional de Direito Amazônico, abril de 2004.

Prestação de contas

Estudo avalia custo-benefício da Embrapa para o agronegócio

ANTONIO FLÁVIO DIAS ÁVILA

O papel da Embrapa tem relação direta com a evolução da produção e da produtividade da maioria das cadeias produtivas do agronegócio. Isso pode ser verificado com a aplicação de metodologias de reconhecimento internacional para estimar os efeitos das tecnologias geradas pelos seus 37 centros de pesquisas, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

A avaliação envolve a geração de excedentes de renda, por meio do aumento da produtividade e da redução de custos, além da melhoria da qualidade do meio ambiente, em função de cultivos como manejo integrado de pragas, controle biológico e plantio direto. Os impactos das tecnologias também são importantes na geração de empregos no campo e ao longo da cadeia produtiva. Os ganhos de produtividade reduzem o custo dos alimentos e dão maior competitividade às exportações.

Desde 1997, em caráter pioneiro, a Embrapa publica seus balanços sociais. Em 2003, o valor dos benefícios, quando se compara as tecnologias da Embrapa com as utilizadas pelos produtores, foi de R$11,5 bilhões. As estimativas envolveram uma amostra de 100 tecnologias adotadas a partir dos anos 90, e mais todas as cultivares da Embrapa de algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo, comercializadas no mercado de sementes, segundo levantamento feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ABRASEM.

Como no desenvolvimento de tecnologias existem parcerias entre instituições de pesquisa, são deduzidos os benefícios atribuídos às instituições parceiras.

Em 2003, a relação custo-benefício foi de 14:1. Se admitirmos que as tecnologias não são fruto do orçamento de 2003, mas do estoque de investimentos acumulado no período 1974/2000 (sem contar 2001-2003), atualizado a uma taxa de 12%, a proporção cai para 9:1. Este valor é usado nos centros internacionais de pesquisa agrícola, vinculados ao CGIAR (Consultative Group for International Agricultural Research), de referência mundial.

Estudo recente de avaliação do impacto do programa de melhoramento de soja, feijão e arroz de sequeiro, da Embrapa, desenvolvido pelo IFPRI - International Food Policy Research Institute, vinculado ao CGIAR e à Universidade de Davis (Califórnia, USA) estimou a relação benefício/custo média em 16:1.

A relação de 9:1 significa, para a Embrapa, o retorno de R$9 para cada R$1 investido. O montante de retorno divulgado pela Empresa confirma, mais uma vez, os resultados apurados no passado.

Lucro social da Embrapa

Ano	(bilhões de R$)
1999	7,046
2000	8,1081
2001	8,4238
2002	9,7495
2003	11,6975

Fatores de correção:
1999 = 1,084 – 2000 = 1,053
2001 = 1,094 – 2002 = 1,147

De 2002 a 2003, o valor do agronegócio passou de R$477,09 para R$508,27 bilhões. Uma variação de R$31,1 bilhões, em que o benefício gerado pela Embrapa corresponde a 37%. Uma evidência clara da contribuição substancial da Empresa.

Em 2003, a relação entre o valor total do agronegócio com o orçamento da Embrapa (R$779 milhões), foi de 0,15%. Já a relação com uma estimativa dos impostos pagos pelo agronegócio (5% de R$508,3 bilhões) chega a 3,1%. Como os impostos recolhidos são bem maiores, a relação é menor.

Desde 1976, quando foi firmado o primeiro empréstimo internacional com o Banco Mundial (Projeto BIRD I), seguido depois por um outro empréstimo com o BID (PROCENSUL I), a Embrapa recebe recursos externos. O pagamento dessas operações decorre do desenvolvimento de tecnologias. As avaliações de impacto "ex-ante" e "ex-post" taxas de retorno são de 20% a 43%. Esses resultados projetam a Empresa no exterior como uma das instituições de melhor desempenho na execução de empréstimos junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Embrapa conta com um patrimônio de 2200 pesquisadores, dos quais, mais de 95% têm mestrado e doutorado. Um capital humano decisivo na criação e manutenção do fluxo de geração de tecnologias. Daí o sucesso na incorporação da fronteira agrícola representada pelos "Cerrados" e a "explosão de crescimento" do agronegócio brasileiro.

Graças às tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, o agronegócio apresenta recordes sucessivos de aumento da produção, da produtividade, da geração de empregos e de excedentes exportáveis. Os aumentos se refletem numa maior arrecadação por parte do Governo Federal. Isso deixa claro que, além de cumprir sua missão específica de "viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural", o trabalho da Embrapa promove um evidente retorno econômico às finanças públicas. ■

ANTONIO FLÁVIO DIAS ÁVILA *é pesquisador da Secretaria de Gestão e Estratégia da Embrapa e coordenador dos estudos de avaliação de impacto.*

Utilidade pública na reforma agrária

LUIZ AUGUSTO GERMANI

Qualquer imóvel rural, produtivo ou improdutivo, deveria ser objeto de desapropriação, segundo Dom Tomás Balduíno, presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Na sua opinião, ocorre uma discriminação. O Estado só pode desapropriar imóveis improdutivos para fins de reforma agrária. Porém, no caso da desapropriação por utilidade pública, qualquer bem está sujeito à expropriação.

Do ponto de vista jurídico, a consideração do clérigo se resumiria à "desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária". Todas as desapropriações de imóveis rurais ficariam enquadradas na categoria única: "bens passíveis de desapropriação por utilidade pública". As desapropriações por "interesse social" simples são regidas pelas normas das desapropriações por "utilidade pública", conforme estabelece o Artigo 5° da Lei 4591/64.

Se, num primeiro momento de pouca reflexão jurídica, social e administrativa, essa não é uma proposta a ser desprezada, sua implementação exigiria alteração constitucional, especialmente com relação à destinação do bem expropriado, ao beneficiário e à forma da indenização do expropriado.

Na desapropriação de um imóvel rural improdutivo por interesse social, o Poder Público Federal retira o bem do patrimônio particular, incorpora ao patrimônio do INCRA e implanta um assentamento. Os agricultores assentados adquirirão a titulação definitiva das áreas, sob certas condições de utilização. A desapropriação retira o bem das mãos de um particular, para transferi-lo às mãos de outros particulares.

Na desapropriação por utilidade pública, conforme estabelecido no Artigo



5° da Lei de Desapropriações (Decreto-Lei 3365/41), o bem pode ser retirado das mãos do particular por diversas razões: segurança e defesa do Estado; calamidade e salubridade pública; criação e melhoramento de centros populacionais, meios de subsistência; minas e jazidas minerais, águas e energia hidráulica; obras de higiene e decoração; casas de saúde, clínicas, estações climáticas e fontes medicinais; exploração e conservação dos serviços públicos; abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos etc.

Cada tipo de desapropriação obedece a um critério de indenização. Na de utilidade pública, o expropriado deve ser indenizado de forma prévia, com uma importância que lhe permita repor, imediatamente, o patrimônio. No caso da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, o expropriado só recebe o valor das benfeitorias à vista, sendo indenizado em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em longo prazo, para o valor correspondente da terra nua.

Resumindo: atualmente, no caso de desapropriação por interesse social, o imóvel rural improdutivo sai das mãos de um particular para as mãos de outro particular, especialmente selecionado por, teoricamente, ser mais capaz de produzir; a indenização é feita em dinheiro e em títulos governamentais resgatáveis em longo prazo; e, na desapropriação por utilidade pública, às custas do tesouro, o bem sai das mãos de um particular para integrar o patrimônio público e ser "utilizado" por todos. Pela nova "proposta", qualquer imóvel rural sairia das mãos de um particular para as mãos de outro particular desprovido de terras, mas que deseje tê-las.

Entretanto, para que as "soluções" da Pastoral da Terra e dos Sem-terra se tornem factíveis, há que se alterar toda a legislação concernente à desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, inclusive, as normas constitucionais que tratam do tema, adaptando-as às seguintes condições de utilidade pública:

(1) não mais seriam exigidos do proprietário rural quaisquer índices mínimos de produtividade, uma vez que, produtivo ou não, ele poderia vir a ser desapropriado;

(2) a indenização do proprietário de um imóvel rural a ser desapropriado deveria passar a ocorrer totalmente em dinheiro, com pagamento à vista, tanto para a indenização correspondente às benfeitorias quanto à correspondente à terra nua;

(3) o novo proprietário do imóvel rural expropriado, o assentado, este sim, deveria passar, de alguma forma, a garantir uma melhora na produtividade do bem, até para justificar a transferência forçada de titularidade da propriedade. ■

LUIZ AUGUSTO GERMANI *é advogado. E-mail: germani@germaninet.com.br.*

Como funciona a custódia de mercadorias agrícolas

FÉLIX SCHOUCHANA
LUIZ CLAUDIO CAFFAGNI

Os contratos futuros agrícolas possibilitam aos clientes entregar ou receber as mercadorias no vencimento do contrato em armazéns cadastrados pelas bolsas de mercadorias, com a convergência entre o preço futuro e o preço à vista, embora a maior parte seja liquidada financeiramente.

Existem 54 armazéns gerais de café habilitados para a entrega do produto por meio do contrato, com uma capacidade estática de mais de 7 milhões de sacas, ou algo em torno disso. Nos outros mercados, como o do milho, da soja, do açúcar, do álcool e do algodão, a Bolsa utiliza outras redes de armazéns cadastrados.

A Bolsa implementa a custódia de mercadorias agrícolas à semelhança da custódia de ouro para permitir:

- segurança e transparência aos depositantes, aos armazéns, aos recebedores de mercadorias e aos financiadores;
- uso dos warrants como garantia nos mercados da BM&F;
- redução dos custos operacionais globais dos agentes no sistema da Bolsa;
- alternativas operacionais para os investidores.

O proprietário de mercadoria depositada, ao necessitar de recursos, oferece como garantia um título de *warrant* emitido pelo armazém geral. O agente financiador analisa o preço da mercadoria, o risco e a saúde financeira do armazém geral, concedendo ou não o financiamento. No vencimento do empréstimo, o proprietário da mercadoria quita seu compromisso com o banco e resgata o *warrant*.

Existem algumas limitações relacionadas à participação de outros agentes, tributação, risco do armazém e aceitação do título pela Bolsa. Os fundos de investimento ou outros investidores não podem realizar operações com mercadorias depositadas em estoque, embora tenham recursos. As operações de carregamento de estoques podem ficar inviabilizadas quando incide ICMS, PIS/COFINS e CPMF na transferência de titularidade de mercadorias. Já o agente financiador corre o risco de a mercadoria sofrer danos físicos, morais e de responsabilidade civil. A Bolsa não aceita o *warrant* tradicional como margem de garantia, devido ao risco do armazém.

Custódia de mercadorias pela BM&F

A BM&F obteve dos fiscos dos Estados de SP e MG o Regime Especial para o diferimento ou postergação do pagamento do ICMS, até o momento de saída da mercadoria da custódia. A BM&F faz a custódia da mercadoria depositada, emitindo notas fiscais de entrada, de transferência de titularidade e de saída da custódia.

O recadastramento dos Armazéns Gerais, com o objetivo de analisar a saúde financeira e a qualidade técnica dos serviços prestados, é o primeiro passo da custódia.

O Armazém Garantido pela Bolsa (AGB) apresenta o seguro de garantia de guarda ou garantias aceitas pela *Clearing* de Derivativos da BM&F para ter balanço com o equilíbrio financeiro e aderir ao Regime Especial do ICMS .

Nos armazéns cadastrados, as mercadorias depositadas são de responsabilidade dos depositantes e do depositário. A BM&F está livre de eventuais problemas no estoque ou no processo de liquidação por entrega de contratos futuros.

A Bolsa aceita os *warrants* emitidos pelos AGBs sobre mercadorias custodiadas, como margem de garantia em operações de derivativos, e é responsável pela custódia, pelo controle das garantias do AGB, o acompanhamento da entrada, a transferência e saída da mercadoria e a contratação de auditoria independente. Todas as transferências de titularidade dentro da custódia terão o ICMS diferido para o momento da saída da mercadoria.

Oportunidades de operações

Os investidores carregam o estoque quando os preços futuros permitem a operação. O mercado fica arbitrado, o número de agentes se eleva e cria um novo fluxo de financiamento de estoque. Os investidores de qualquer Estado participam do carregamento de estoque face ao diferimento do ICMS nas operações de transferência de titularidade de mercadorias sob custódia.

Outra oportunidade para os investidores é a compra de CPR e títulos semelhantes, a ser liquidada com a entrega da mercadoria dentro da custódia da Bolsa. A liquidação do *hedge* do investidor fica facilitada pela entrega da mercadoria custodiada contra o vencimento futuro em questão. A operação atende aos investidores e às empresas de insumos, no momento da liquidação da CPR, sem interesse em receber a mercadoria. O desenvolvimento do mercado secundário de mercadorias custodiadas é esperado.

O processo de custódia pode elevar o interesse de agentes não-residen-

tes nos mercados futuros da BM&F, conforme o fluxo:

1) Proprietário deposita a mercadoria "V" em AGB e solicita custódia à BM&F;

2) A BM&F verifica as condições da mercadoria, solicita a emissão do conhecimento de depósito e do *warrant*, emite a Nota Fiscal de Mercadoria sob Custódia - Entrada para dar início à custódia. Até a transferência de titularidade, o proprietário pode oferecer o *warrant* como margem de garantia em operações na BM&F;

3) O proprietário da mercadoria vendida no mercado futuro, desde antes do depósito da mercadoria em um AGB, no vencimento do contrato futuro, deve apresentar o aviso de entrega de seu contrato futuro à BM&F;

4) Um comprador com a intenção de manter sob custódia e carregar dentro do armazém a mercadoria, caso seja de outro Estado, terá o ICMS diferido para o momento da saída da mercadoria da custódia da Bolsa;

5) Transferência de titularidade da mercadoria da BM&F ao comprador, com emissão da Nota Fiscal de Transferência de Titularidade;

6) Até a nova transferência, o proprietário pode oferecer o *warrant* como margem de garantia em operações na BM&F;

7) O proprietário da mercadoria vendida no mercado futuro apresenta o aviso de entrega à BM&F, no vencimento do contrato futuro;

8) O comprador, que pode estar em outro Estado, se quiser deixar a mercadoria sob custódia, deve proceder de acordo com a etapa;

9) Se o comprador manifestar a intenção de retirar da custódia, a BM&F cobra o ICMS, recolhe o imposto e emite Nota Fiscal de Mercadoria sob Custódia - Saída:

10) O AGB entrega a mercadoria ao novo proprietário.

Nova Lei de Armazenagem

A legislação dos armazéns gerais foi estabelecida em 1903. Com a evolução das relações entre armazéns gerais e seus clientes, o ambiente mudou. Assim, foram sancionados a Lei 9.973, de 29/05/2000, e o Decreto 3.855, de 03/07/2001, com avanços conceituais relacionados ao aumento da transparência, responsabilidade e habilidade dos armazéns gerais referente à guarda de mercadorias.

Os investidores carregam o estoque quando os preços futuros permitem a operação. O mercado fica arbitrado, o número de agentes se eleva e cria um novo fluxo de financiamento de estoque.

A legislação determinou que o Ministério da Agricultura criará um sistema de certificação com as condições técnicas e operacionais para qualificar os armazéns.

O armazém geral deve: 1) apresentar garantias referentes ao valor das mercadorias depositadas, para o depositante; 2) comercializar mercadorias, inclusive de propriedade de depositantes, desde que seja autorizado; 3) emitir títulos representativos de mercadorias diferentes dos atuais, considerados como ativos financeiros.

Os novos títulos representativos de mercadorias incorporam novidades para atrair investidores institucionais, com aceite de endosso e a vantagem de execução extrajudicial. Também admitem garantia de aval ou seguro, podendo ser registrados em sistemas de registro autorizados pelo Banco Central, transformando-se em ativo financeiro.

A garantia e o registro permitem a aquisição de títulos por fundos de investimentos, sem a incidência de ICMS nas transferências, por ser um ativo financeiro. Os títulos são registrados no Sistema de Registro de Negócios de Títulos do Agronegócio da BM&F, autorizado pelo Banco Central. Os proprietários de mercadorias detentores de títulos podem ofertá-los a investidores interessados em financiá-los na Bolsa Brasileira de Mercadorias.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias foi criada em 2002 a partir da associação de seis bolsas de mercadorias e da BM&F. O objetivo é negociar mercadorias no mercado disponível, para liquidação no mercado: à vista, a termo e de opções; de títulos referenciados em mercadorias e serviços; e por meio de licitações públicas de bens e serviços, por conta e ordem de órgãos governamentais e de empresas privadas.

Desafios e conclusões

O desafio para tornar os mercados agropecuários mais competitivos começa pela tributação incidente sobre a mercadoria e pelos ajustes diários na Bolsa. Como regra geral, no processo de entrega, há incidência de ICMS, de Pis/Cofins, de CPMF, e, nos ganhos de capital, do IR. Nos EUA, o processo de intermediação não é tributado, incidindo apenas o IR sobre os ganhos de capital. A tributação coloca o Brasil em situação de desvantagem em relação aos seus competidores.

O desenvolvimento das garantias agregadas aos títulos representativos de mercadorias dão credibilidade à operação. Nos EUA, as transferências de titularidade são realizadas por meio de recibos do armazém (*warehouse receipts*) ou de certificados de embarque (*shipping certificates*), cobertos por seguros multiriscos (*all risks*), ainda não plenamente desenvolvidos no Brasil.

A estabilização das taxas de juros e a diminuição dos riscos e custos no processo de financiamento e comercialização de *commodities* agropecuárias trarão importantes ganhos competitivos, com benefícios para o mercado doméstico e atração de novos parceiros internacionais. Outro resultado importante será o alongamento dos prazos contratuais, pois tornam os mercados mais maduros e elevam o horizonte de planejamento do agronegócio. ■

Texto baseado em parte da apresentação "Alternativas de Financiamento para o Agronegócio", feita por Félix Schouchana, no Seminário Perspectivas para o Agribusiness - 2004/05, realizado no dia 6 de abril de 2004, pela BM&F e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

FÉLIX SCHOUCHANA *é diretor de Mercados Agrícolas da BM&F.*
E-mail: felix@bmf.com.br.
LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI *é chefe do Departamento de Mercados Agrícolas da BM&F.*
E-mail: lclaudio@bmf.com.br.



Lucros e perdas

Breve análise sobre a renda das principais culturas no País, de 1989 a 2004

JOSÉ GARCIA GASQUES

Quando se analisa o comportamento das principais culturas no Brasil, no período de 1989 a 2004, se constata um período de queda na renda agrícola até 1997.
A exceção foi a 'bolha' ocorrida em 1994, em função do lançamento do Plano Real, com ligeiro aquecimento nas atividades econômicas. Foi uma fase de grande reestruturação produtiva no setor.
A partir de 1998, ocorreu uma reversão no processo de declínio, e

Taxa de crescimento: produção, área e produtividade

Culturas	Produção			Área			Produtividade		
	1989 a 2004	1989 a 1998	1999 a 2004	1989 a 2004	1989 a 1998	1999 a 2004	1989 a 2004	1989 a 1998	1999 a 2004
Algodão herbáceo	2,84	-8,00	12,26	-4,47	-8,96	5,36	7,31	1,06	6,55
Amendoim	1,87	1,74	-0,89	0,44	0,83	-4,58	1,43	0,90	3,86
Arroz	1,09	-1,49	0,36	-2,61	-4,75	-1,77	3,70	3,42	2,17
Banana	0,87	-0,59	3,19	0,32	0,77	-0,33	0,55	-1,35	3,53
Batata-inglesa	2,23	2,65	1,96	-0,58	1,25	-3,16	2,81	1,38	5,29
Cacau	-5,67	-3,69	-3,38	-0,91	0,67	-4,03	-4,75	-4,33	0,68
Café	-0,46	-1,10	-11,08	-1,13	-5,22	1,51	0,67	4,34	-12,40
Cana-de-açúcar	3,13	3,66	4,31	1,96	2,21	2,50	1,17	1,42	1,76
Cebola	2,40	0,54	3,87	-1,31	-1,05	-0,78	3,72	1,61	4,68
Feijão	1,59	0,48	4,54	-1,95	-3,20	0,05	3,54	3,80	4,49
Fumo	2,40	1,80	1,82	1,38	1,92	4,21	1,02	-0,12	-2,29
Laranja	-2,32	2,35	-23,11	-0,66	0,86	-3,63	-1,66	1,47	-20,21
Mamona	-2,34	-16,70	10,79	-3,84	-13,29	-1,84	1,50	-3,92	12,87
Mandioca	-0,38	-2,52	1,70	-1,04	-2,50	1,52	0,66	-0,02	0,18
Milho	3,88	3,54	8,14	-0,27	-0,77	2,13	4,15	4,35	5,89
Pimenta-do-reino	-0,91	-13,04	18,59	-3,04	-12,14	13,96	2,13	-1,03	4,07
Soja	7,00	4,65	12,44	4,00	1,12	10,43	3,00	3,50	1,82
Tomate	3,72	3,05	3,51	0,17	1,11	-0,03	3,55	1,92	3,54
Trigo	1,69	-6,34	25,70	-1,06	-8,33	18,96	2,75	2,17	5,67
Uva	3,06	1,12	2,23	0,89	-0,13	3,54	2,17	1,26	-1,27

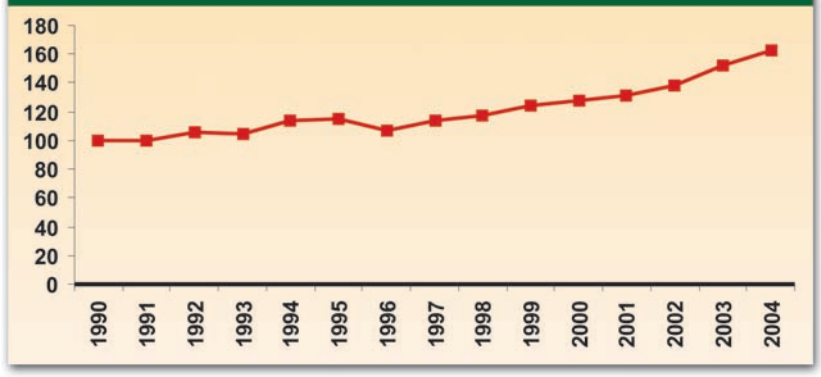
Fonte:IBGE

Evolução do produto de lavouras (índice de Laspeyres)

Ano	Índice de rodução Base 1990	Variação anual %
1990	100,00	-
1991	100,28	0,28
1992	106,20	5,91
1993	104,57	-1,54
1994	114,16	9,17
1995	115,02	0,75
1996	106,55	-7,37
1997	114,04	7,03
1998	117,32	2,88
1999	124,73	6,32
2000	128,29	2,85
2001	131,41	2,43
2002	138,11	5,10
2003	152,70	10,56
2004	160,75	5,27

Fonte dos dados brutos: FGV e IBGE
Lavouras: *algodão herbáceo, algodão arbóreo, amendoim, arroz, banana, batata inglesa, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, pimenta-do-reino, soja, tomate, trigo e uva.*
** As informações de produção se referem ao LSPA de março/04*
Nota: *os preços utilizados são do Censo Agropecuário de 1995/96*

Evolução do produto de lavouras (Índice 1990=100)



a renda passou a crescer.

O descontrole inflacionário e o desmantelamento das políticas setoriais afetaram profundamente a agricultura nos anos noventa. Os preços internacionais das *commodities* também não ajudavam. A busca por produtividade foi a saída para sobreviver na atividade. De 1989 a 2004, apenas duas culturas apresentam variação negativa na produção por hectare, a cana-de-açúcar, cujo índice já é alto, e o cacau, castigado pela vassoura-de-bruxa.

Algumas lavouras sofreram perda de renda, e não mais se recuperaram, como a do amendoim, da banana, do cacau e feijão. Já o arroz, milho e a mandioca apresentam recuperação. Com intensa baixa durante os anos noventa e uma saudável recuperação, ocorrida recentemente, apareceram o algodão e o trigo. A grande vedete é a soja, cuja receita duplicou. A cana apresenta evolução normal, enquanto a laranja está estável. O café, depois de um bom momento no final dos anos noventa, entrou em queda.

Entre as culturas, o desempenho da produção mostra variação. Os maiores aumentos foram registrados no trigo, na pimenta-do-reino, no algodão, na soja e mamona. A contribuição pela expansão da área foi mais significativa no trigo, na pimenta-do-reino e soja, enquanto a produtividade ajudou no algodão, na batata inglesa, cebola, no feijão, milho e pimenta-do-reino.

Algodão, mamona, pimenta-do-reino e trigo registraram grandes oscilações. Todos tiveram intensa baixa, entre 1989 e 1998, para depois entrar em recuperação. São lavouras que registraram ganhos de produtividade pronunciados, indicando mudanças no seus processos de produção.

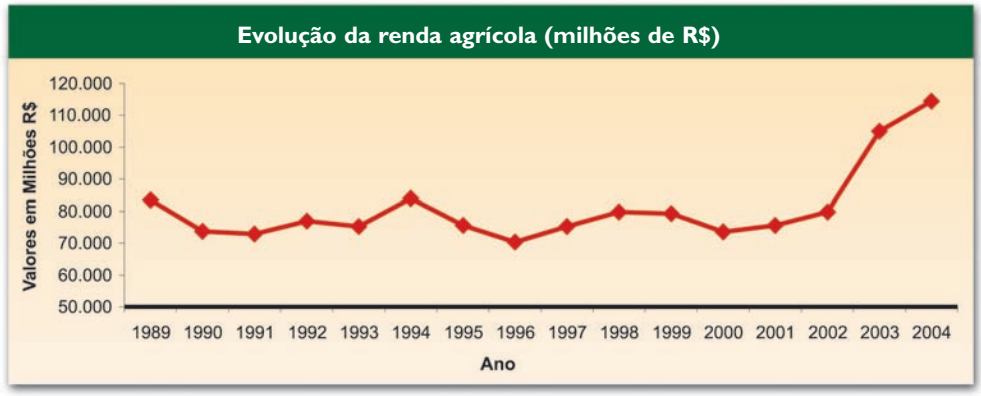
A cana apresenta resultado equilibrado. Ao longo do tempo, manteve um ritmo regular de expansão na produção, seja em função do alargamento da área

Taxa anual de crescimento da renda agrícola

Taxa/crescimento	Unidade	1989-2004	1990-1999	1995-2004	1990-1994	1995-1999	2000-2004
Algodão em Caroço	R$/kg	-1,52	-1,20	-0,41	-0,19	-1,16	8,68
Amendoim em Casca	R$/kg	-0,79	-1,95	2,41	-2,97	3,55	6,60
Arroz em Casca	R$/kg	-1,29	-3,36	2,28	-5,68	5,33	16,16
Banana	R$/DZ	-2,99	0,56	-8,13	-2,76	-10,12	-3,74
Batata Inglesa	R$/kg	-3,71	-4,11	-3,80	-1,53	-4,45	-8,55
Cacau	R$/15 KG	3,44	1,07	8,41	-0,52	8,14	18,23
Café em Côco	R$/kg	-1,78	7,27	-9,67	17,37	-0,04	-6,83
Cana-de-Açucar	R$/T	-1,43	-1,87	-1,51	-1,04	-2,83	-2,01
Cebola	R$/kg	-4,79	-4,51	-5,75	-12,96	-2,02	-6,57
Feijão	R$/kg	-3,32	-2,25	-1,43	0,79	6,15	3,87
Fumo em Folha	R$/kg	-1,75	-1,34	-2,38	4,44	-2,50	4,54
Laranja	R$ / CENTO	-1,42	-3,59	2,03	-4,19	-1,51	12,33
Mamona	R$/kg	-0,12	0,16	1,90	3,27	-2,26	3,09
Mandioca	R$/T	-1,09	1,07	-2,81	-2,99	-3,69	13,65
Milho	R$/kg	-3,12	-5,50	-0,11	-5,77	0,52	1,59
Pimenta do Reino	R$/kg	3,85	19,40	-4,67	7,55	33,57	-23,99
Soja	R$/kg	-0,29	-2,38	3,76	0,91	1,80	11,52
Tomate	R$/kg	-2,92	-3,64	-2,27	-2,53	-5,69	5,64
Trigo	R$/kg	-0,94	-2,79	1,85	-1,82	-3,17	5,67
Uva	R$/kg	8,58	16,46	9,08	-23,97	30,20	37,25

Renda agrícola (milhões de R$)																
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Algodão herbáceo (em caroço)	2.621	2.176	2.449	2.236	1.305	1.669	1.569	1.080	1.008	1.222	1.581	2.090	2.274	1.696	2.569	4.472
Amendoim (em casca)	200	161	180	220	179	167	150	143	150	161	198	220	148	167	216	261
Arroz (em casca)	6.046	4.923	7.207	7.601	6.133	5.841	5.118	4.149	4.135	4.596	6.211	4.539	4.246	4.574	6.280	8.979
Banana (DZ)	5.523	6.077	5.238	5.316	4.205	6.154	8.176	5.601	4.870	4.907	5.201	4.531	4.078	3.607	4.387	4.427
Batata inglesa	1.985	2.479	1.822	1.954	1.477	2.902	2.200	1.509	1.830	2.346	1.631	1.621	2.226	1.645	1.899	1.355
Cacau (15 Kg)	1.217	961	1.036	1.060	1.013	906	769	639	860	930	681	488	601	1.027	973	769
Café (em coco)	5.697	4.816	4.487	3.820	4.427	8.840	4.976	5.958	7.131	8.745	7.987	7.707	2.458	2.528	2.662	3.161
Cana-de-açúcar (tonelada)	8.961	9.590	9.603	9.993	8.702	10.292	9.798	11.170	11.917	12.103	9.355	9.964	12.363	10.654	12.193	11.735
Cebola	825	1.419	688	694	627	891	1.058	462	918	758	758	771	731	695	703	647
Feijão (em grão)	5.192	4.321	4.696	4.785	4.717	6.426	3.789	3.466	3.602	4.737	3.969	3.083	3.283	3.924	4.660	4.209
Fumo (em folha)	1.772	1.841	1.683	2.342	3.440	2.349	1.934	2.229	2.525	2.129	2.489	2.089	1.912	1.973	2.484	3.799
Laranja (cento)	6.540	6.724	6.178	6.421	5.008	5.980	6.537	4.492	5.554	6.062	5.983	3.802	6.461	7.043	6.737	6.663
Mamona (baga)	12	84	62	49	27	31	20	24	51	8	20	86	43	34	52	113
Mandioca (tonelada)	3.834	3.325	3.654	3.264	3.332	2.840	4.319	3.158	3.294	2.997	3.161	2.934	2.200	2.025	3.275	4.696
Milho (em grão)	10.862	9.732	10.638	13.737	13.003	11.227	10.528	9.909	8.865	8.791	10.201	10.663	9.534	10.371	15.807	13.603
Pimenta-do-reino	345	222	177	69	101	133	137	114	155	205	300	420	198	209	254	197
Soja (em grão)	15.960	10.191	9.356	12.035	14.738	13.096	10.714	12.460	15.243	14.595	15.188	15.347	18.896	23.614	33.024	37.514
Tomate	2.194	2.706	2.187	1.998	1.853	3.080	2.686	2.122	1.867	2.355	2.373	2.155	1.856	2.034	2.779	2.995
Trigo (em grão)	2.891	1.282	1.157	1.109	911	774	561	1.447	804	721	901	612	1.158	1.221	2.854	2.423
Uva	615	707	308	381	96	355	608	261	438	1.404	1.162	458	866	749	1.140	2.346
Total	83.292	72.806	79.084	79.094	75.294	83.963	75.647	70.393	75.217	79.772	79.350	73.580	75.532	79.790	104.948	114.364

ou pelo acréscimo da produtividade. Já quanto ao milho, a produtividade pesou mais no aumento da produção.
A laranja decepciona, com diminuição de área e intensa perda de produtividade em anos recentes. O café também caiu bastante.



Produto real de lavouras

A estimativa do produto real de lavouras é obtida mensalmente pelo IPEA, a partir da divulgação das informações de safras. Como é um índice, a evolução dos preços e das quantidades da base consta do Censo Agropecuário de 1995/1996. Como a parte variável do índice está nas quantidades de cada período, sua evolução é interpretada como o comportamento do produto ao longo do tempo em relação a um período-base. É, portanto, um indicador de produto real. Sua evolução representa as variações da quantidade de uma cesta de 21 produtos agropecuários, assinalados no rodapé da tabela.

Tomando o período de 1990 a 2004, nota-se que o índice de produtos passou de 100 para 160,75, o que indica uma variação de 60,75%. A maior variação anual ocorreu em 2003, 10,56%. Para 2004, a previsão com base nas estimativas de produção de março é de um crescimento do produto de lavouras de 5,27%. ■



ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
e participe da publicação que melhor acompanha o Agronegócio
0800 770 88 81




Álcool
Gasolina
IBAMA
www.vw.com.br



Arroz à BRASILEIRA

O ARROZ, QUE HOJE CHEGA À SUA MESA, É PREPARADO COM TRÊS INGREDIENTES DE PRIMEIRA: A TECNOLOGIA DA EMBRAPA E PARCEIROS, O APOIO DO GOVERNO FEDERAL E O TRABALHO DE MUITOS BRASILEIROS. POR ISSO, A CADA ANO, NOSSA CULTURA DE ARROZ MELHORA A QUALIDADE, AUMENTA A PRODUTIVIDADE, REDUZ CUSTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS. GOSTOU DA RECEITA? SIRVA-SE À VONTADE.

Embrapa
Um Brasil que dá gosto

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



O Brasil e a China acabam de ficar mais próximos.

Petrobras, uma das maiores empresas de energia do mundo, agora em Pequim. A Petrobras está abrindo escritório na China. E, para uma empresa de energia movida a desafio, isso é motivo de muito orgulho. Hoje, a Petrobras produz dois milhões de barris de petróleo por dia e está presente em 12 países. Além disso, ela é líder mundial em tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas e fornecedora oficial de combustível da equipe BMW WilliamsF1. E, para a maior empresa do Brasil, abrir as portas em Pequim significa ganhar definitivamente o status de empresa do mundo.

PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL